

# PTB e PS já em articulação.

Setores ponderáveis da oposição já trabalham ativamente a criação tanto de um partido socialista como de um partido trabalhista.

Um partido socialista e também um partido trabalhista, é o provável resultado das articulações de políticos dos mais variados matizes, que se preparam para não serem surpreendidos quando o Governo puser um ponto final à existência do MDB e da Arena. Nos bastidores é grande a discussão sobre qual a coloração que estes partidos assumirão. Entre os "socialistas", uns preferem a formação de um partido socialista, começa a tomar corpo o projeto dos que tendem mais para o centro, ou mesmo para a direita. O modelo econômico e político do Brasil deveria ser semelhante ao neo-capitalismo europeu, baseado na democracia parlamentar; "uma confederação de interesses que orientaria a produção de bens de consumo popular, com distribuição de renda pela via direta e pela via indireta".

Entre os trabalhistas, a coisa não fica por menos. Uns preferem a ressurreição pura e simples das teses do antigo Partido Trabalhista Brasileiro, enquanto outros, preferem dar-lhe uma roupagem nova, embora o seu conteúdo seja basicamente o mesmo: o "nacional-populismo". O escritor Moniz Bandeira confirmou esta proposta.

O partido (PTB) teria um programa mínimo nacional-democrático e um programa máximo de transformação do modo de produção da sociedade brasileira". Esta nova roupagem do petebismo é justificada, por ele, por uma tese que coloca em segundo plano os antagonismos de classe da sociedade brasileira e vê o imperialismo como um fenômeno externo: "no Brasil, o capital é predominantemente estrangeiro e o trabalho nacional".

Enquanto outros políticos apelam para o petebismo com ou sem sofisticções, Brizola — o grande herdeiro do trabalhismo — mantém-se em silêncio sem definir para que lado vai optar. Na espera, todos procuram conquistar a sua adesão porque sabem que o jogo de forças define-se a partir da opção de Brizola. E o peso das bandeiras do antigo PTB parece ainda ser tão forte que o próprio Governo se esforça para se apropriar da legenda do partido de Getúlio Vargas.

É o que faz o Secretário do Trabalho de São Paulo, José Maluly Neto, um incansável articulador de um partido trabalhista que venha a apoiar o regime. Maluly tem promovido reuniões envolvendo até 30 entidades sindicais dominadas por pelegos e conta com um assessor de grande porte em matéria de Ludibriar os trabalhadores: Joaquim dos Santos Andrade, ex-interventor e atual presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Para aumentar a confusão, um ex-funcionário do Ministério da

Justiça, José Barbosa do Rosário meteu-se no meio de velhos petebistas e passou a ser um dos arautos da reorganização do PTB. Mas o súbito entusiasmo de José Barbosa pelo trabalhismo dá para desconfiar: velhos membros do PTB acreditam que ele foi escalado por Armando Falcão para espalhar a confusão.

No campo dos que articulam a formação de um partido socialista, começa a tomar corpo o projeto dos que tendem mais para o centro, ou mesmo para a direita. O modelo econômico e político do Brasil deveria ser semelhante ao neo-capitalismo europeu, baseado na democracia parlamentar; "uma confederação de interesses que orientaria a produção de bens de consumo popular, com distribuição de renda pela via direta e pela via indireta".

Alguns setores levantam a questão da experiência alemã, em que a social democracia tem funcionado com eficácia na função de sufocar a contradição entre o capital e o trabalho. Não é por acaso que se levanta a questão alemã. Willy Brandt, presidente da Internacional socialista, prometeu fazer de seu partido o polo de atração do mundo.

Mas as articulações para a formação de um partido socialista não se limitam apenas à proposta dos moderados. Alguns membros do antigo grupo autêntico do MDB e ex-deputados articulam um partido que ao mesmo tempo tivesse um amplo espectro popular e um programa nitidamente socialista, ainda que mantivesse algo semelhante ao MDB: o seu aspecto de frente entre diversas facções.

A proposta de um partido socialista de esquerda tem encontrado algumas resistências. Em parte, porque os chamados "ortodoxos" temem perder a paternidade da patente socialista. E em parte, porque levantam-se argumentos como o da inviabilidade de se construir um partido com penetração nos trabalhadores nos quadros do regime de exceção, ou de que no momento se deve dar continuidade à luta pelas liberdades democráticas. Como contra argumento, os que propõem um partido socialista reconhecem essas dificuldades mas ressaltam que a reorganização é um tema posto na mesa pelo Governo e que, portanto, as articulações devem começar desde já, para que ninguém seja surpreendido de calças nas mãos.

Nas páginas 4 e 5.



## Ferrovários levam a melhor na Justiça

A Rede Ferroviária Federal foi condenada pela Justiça do Trabalho de Belo Horizonte a aumentar em 80 por cento os salários de 48 ferrovários mineiros, numa ação judicial que pode desencadear uma das maiores causas trabalhistas de que se tem notícia no Brasil. Em virtude da causa julgada, cerca de 100 mil ferrovários do país, além do mencionado aumento têm direito de pleitear uma diferença salarial cujo valor total poderá chegar aos 7,5 bilhões de cruzeiros.

A decisão tomada pela 8ª Junta de Conciliação e Julgamento de BH manda que a Rede Ferroviária cumpra a antiga Lei nº 4.345, de 20 de junho de 1964, que aumentava os salários da categoria em 110 por cento, mas que na ocasião foi simplesmente desrespeitada pela empresa. O juiz Isis de Almeida determinou agora que a Rede pague aos 48 ferrovários a diferença salarial dos últimos dois anos, que é o prazo de validade das reclamações trabalhistas; e só esta diferença daria a cada ferrovário que hoje ganha entre 3 a 6 mil cruzeiros, cerca de 75

mil cruzeiros, mais juros e correção monetária.

Entretanto, a vitória na Justiça do Trabalho não significa que os ferrovários vão receber já o aumento e diferença salarial a que têm direito, pois a Rede recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho e mesmo se for novamente derrotada poderá ainda apelar ao Tribunal Superior do Trabalho. Advogados trabalhistas experientes no setor calculam que a ação deve durar mais de 4 anos até chegar à decisão definitiva do Tribunal.

Um ferrovário mineiro, J.S., 29 anos de trabalho e salário de 4 mil cruzeiros mensais, lembrando a lição do passado, comenta: "No tempo que saí a Lei nº 4.345, todos os colegas ficaram alegres e teve gente que fez dívidas por conta; mas a Rede só pagou 30 ao invés de 110% de aumento. E não houve reclamação, não houve luta, pois a época era de muita vigilância e o pessoal estava meio com medo, era o ano de 64. Desta vez temos então de segurar e lutar para não deixar escapar a conquista".

## Metalúrgicos do Rio: nova vitória

Os metalúrgicos do Rio confirmaram, em segunda eleição, a vitória da chapa de oposição para a diretoria do Sindicato. A oposição ganhou, desta vez, por 4365 a 4310 votos, depois de uma campanha dramática, na qual os pelegos apelaram para várias formas de coação. Primeiro, romperam o acordo que haviam feito com a oposição, segundo o qual seria empossada a chapa que vencesse por maioria simples. Quando perderam, tentaram e obtiveram novas eleições. E então, fizeram o que puderam para impedir a vitória da oposição. Na fábrica CICERAL, por exemplo, vários operários tidos como de oposição foram simplesmente impedidos de votar. Durante a apuração, encerrada na noite de 21 de dezembro, tentaram impugnar ur-

nas em que se sabia que a oposição sairia vitoriosa. Apesar disso, a situação foi derrotada em todas as grandes fábricas, como a FIAT (antiga FNM) e a GE (General Electric).

Todas as manobras só serviram para desmoralizar ainda mais os pelegos. Mas eles ainda não se dão por vencidos. Rejeitados pelos trabalhadores, agora depositam esperanças na Delegacia Regional do Trabalho (órgão do Ministério do Trabalho), que ameaça impugnar seis nomes da chapa vitoriosa.

Entre os metalúrgicos do Rio existe uma certa apreensão e uma evidente coragem. Apreensão porque seu Sindicato já sofreu duas intervenções federais para afastar dirigentes legitimamente eleitos.

Pág. 3



## Depoimento

O deputado Airton Soares relata tudo o que viu em sua visita a Itamaracá, durante a recente greve de fome dos presos políticos.

Pág. 3

## Guiné Bissau

Dois militantes do PAIGC relatam a EM TEMPO os vinte anos de luta do que foi o primeiro movimento de libertação moderno na África negra. Damos também exclusivamente as resoluções do III Congresso do PAIGC.

Pág.9

EXCLUSIVO



## A carestia mineira

6

## Encurraladas

7

## E o ator, o que é?

8

## A pobre paz de Sadat

10



# gerais

## Aula prática

## Mãos ao alto!

Dia 16 de dezembro realizou-se em São Paulo uma assembleia de dissídio coletivo que o Sindicato dos Professores (1º e 2º graus) jamais conheceu. Até então, enquanto durou (e dura) a gestão de Claudino Busko, a tradição do sindicato tem sido sempre a de discutir reajustes salariais a portas fechadas. O sindicato chegou ao disparate, em 1976, de conseguir um reajuste salarial menor do que o concedido pelo governo.

Desta vez a oposição sindical — representada pelo Movimento de Oposição Aberto dos Professores (MOAP) e Movimento pela União dos Professores (MUP) — conseguiu mudar o rumo das coisas.

A assembleia começou com uma discussão de uma hora sobre se os professores não sindicalizados deveriam ou não participar. Note-se que apenas 5% da categoria é sindicalizada, embora o sindicato cobre imposto sindical de todos os professores; sejam eles associados ou não.

A discussão inflamou-se. Claudino Busko não queria a presença dos não associados: eram em número muito maior do que os sindicalizados. As oposições argumentavam que, já que se tratava de um problema de toda a categoria, todos deveriam permanecer, ao menos como ouvintes, sem direito a voz e voto.

A essa altura Claudino Busko já havia convocado um assistente sindical da Delegacia Regional do Trabalho, que pediu aos professores não sindicalizados que fossem embora.

Novos protestos. O presidente retirou-se para sua sala, voltou. E comunicou a todos: havia telefonado ao DEOPS para relatar os acontecimentos. Conselho da polícia: "Suspendam a assembleia".

Aí, os professores não associados retiraram-se. E começou a assembleia. Mesmo assim, as propostas do MOAP e MUP foram aprovadas. Entre outras, a que pede reposição salarial de 15%, correspondente à perda de 1977, aumento superior aos índices de custo de vida (calculado a partir de dados do DIEESE), e pagamento de férias em dobro — as do meio ou do fim do ano letivo. (S.P.)

No dia 2 de dezembro, uma sexta-feira, as conversas nos botecoins de Brasília foram subitamente interrompidas quando surgiram, de todos os lados, agentes da Polícia Federal e soldados da Polícia Militar portando revólveres e carabinas. As mulheres tinham que apresentar Carteira de Identidade, os homens tinham que mostrar também Carteira Profissional.

Os que não se identificavam eram revistados: um rapaz teve um revólver encostado em sua nuca; dois jornalistas foram algemados e várias pessoas foram encostadas às paredes, com as mãos para o alto, porque pediram aos policiais que se identificassem.

Nesse mesmo fim de semana, fatos assim se repetiram em Anápolis, a 150 km de Brasília, e barreiras nas estradas obrigavam os motoristas a se identificarem. Vários carros foram minuciosamente revistados. A Polícia Federal explicou tudo isso dizendo, laconicamente, que houve "um pequeno problema" nas imediações de Brasília. (M.A.)

## Protesto?

Risível tem sido o "aparente" arrabalo entre cineastas e governo baiano, a propósito da criação do Pólo Cinematográfico. Primeiro: os cineastas baianos protestaram contra sua exclusão da jogada oficial, sobretudo por não ouvir as pensantes cucas privilegiadas que transam com a "sétima arte". Segundo: os cineastas — no que protestaram — também colocaram seus préstimos à disposição do governo do Estado e da Embráfime, o que significa por via travessa que, dependendo da habilidade política, o protesto pode virar adesão, porquanto ao invés de ser defesa de princípio, resulta do desejo: chiar para pegar uma banda da fãta. O que se estranha no caso é exatamente isto: que os moços, inclusive os que botam banca de contestadores queiram, para avalista de sua rebeldia, o próprio Estado, numa risível proposta: contestar o sistema as suas expensas, o que não deixa, quanto ao cinema, de ser novo modelo, serão na temática, pelo menos no despudor. (Guido Guerra)

já foram sacados a essas alturas, com as devidas perdas e danos.

Impressionante é a cara-de-pau dos responsáveis por tudo isso. O ex-ministro Delfim Neto, por exemplo, declarou com toda a calma que por motivos de interesse sucessórios, só responderá às denúncias sobre a manipulação dos índices depois da definição dos futuros governadores de Estado. Ele não quer criar situações embaraçosas com Mário Simonsen, que permitiu, num relatório de 1974, que se revelasse a compressão dos números do custo de vida em 731 A transigência do embaixador se justifica. Afinal, ele não depende dos brasileiros, a quem sua política prejudicou, para permanecer no poder. (S.P.)



## Depois da queda

Um empresário em dificuldades pode dizer muitas coisas que não diz quando os lucros aumentam. Até acusar uma empresa norte-americana de rapinagem, atos de sabotagem, e se queixar de que o governo as favorece na tentativa de se aposar, na marra, de uma empresa brasileira.

O empresário que fez tão graves acusações (ninguém se interessou em apurá-las, aliás) é o presidente do grupo UEB (União de Empresas Brasileiras), José Luis Moreira de Sousa, que denunciou a Burlington Industries Inc., o maior grupo têxtil do mundo, de estar se aposando de uma das empresas do grupo, a Indústria Têxtil Seridó.

O grupo presidido por Moreira de Sousa sofreu intervenção do governo em agosto, depois de terem sido constatadas irregularidades no Banco Decret de Investimento, a ele ligado. Segundo Moreira de Sousa, a Burlington, sócia minoritária do investimento em Seridó, aproveitando-se destas "dificuldades eventuais" fez um verdadeiro jogo sujo para tomar conta da fábrica, fazendo-o relembrar "cenas de filmes de máfia, numa ação típica do capitalismo de rapina".

Estas pressões começaram com atos de sabotagem na fábrica, administrada por engenheiros americanos, que elevaram a temperatura da máquina, provocando incêndios e a paralisação da produção. Do lado de fora, com a conivência do governo, pressionaram para que a UEB cedesse sua parte no empreendimento "por um preço ridículo". (A.C.)

## Uma barra!

Barra do Riacho é um lugarejo no Norte do Espírito Santo. As coisas por lá estão mais para urubu que pra colibri. Primeiro chegou a Aracruz Florestal comprando a preço de banana as terras que pertenciam aos índios desde os tempos de Pedro II. A empresa expulsou os antigos donos e plantou eucaliptos no lugar onde havia lavouras e gado. Na esteira deste "progresso", vieram a prostituição e o aumento das doenças, a carestia e a miséria. Depois foi a vez de Aracruz Celulose, empresa do mesmo grupo, que só no Estado já investiu cerca de 600 milhões de dólares. Ergueram uma barragem na confluência do Riacho com o rio Juína, prejudicando as 2 mil famílias que ainda moram no lugar. Os rios ficaram com água salgada, sem peixes, estão tão rasos que não dão mais para a navegação. Os pescadores não têm mais atracadouros nem caminhos para o mar. No primeiro semestre do ano que vem, quando a fábrica começar a funcionar, ele já seja um produto dessa interação. (Victor Martins)

## Concordata

O pedido de concordata feito pelos empresários do grupo Frimesa (Frigoríficos Medianeira S/A), em fins de novembro, no Paraná, surpreendeu muita gente. Até então, o grupo parecia se desenvolver a todo vapor. As suas empresas apresentavam balanços tão animadores que, por si, serviam como prova de que "tudo ia bem". De repente, surgiu a notícia da concordata e a informação de que o grupo estava endividado em quase 1 bilhão de cruzeiros, quantia que não poderia pagar em "tempo hábil" — como se diz —, já que seus belos balanços eram forjados.

Como grande parte dos financiamentos ao Frimesa teve origem em bancos oficiais, surge uma primeira dúvida: como uma empresa em condições econômicas difíceis pode obter financiamentos tão elevados de órgãos ligados ao Estado? A resposta a esta (e outras) questões interessa, sobretudo, aos 3 mil empregados do grupo, que poderão ser demitidos a qualquer momento, para que seja resolvida a crise da empresa. E interessa também a quase 10 mil pessoas que vivem de empregos indiretos, criados pelo grupo. (R.O.)

## FINAIS

• A reivindicação de aumento salarial foi a causa imediata da paralisação das atividades de três seções (transportes, inspeção e usinagem) da Fábrica de Equipamentos Villares, de São Bernardo do Campo, em novembro último. Os trabalhadores elegeram comissões para coordenar o movimento e a luta obteve vitórias parciais, mas seis operários foram ali despedidos — exatamente seis representantes de comissão.

• "Em cada casa do bairro já morreu uma criança" — denúncia da Comissão de Moradores de Ermelindo Matarazzo, em São Paulo. Organizada na luta pela conquista de um centro de saúde, essa comissão realizou uma pesquisa na região. Resultado: a maioria do entrevistados (duzentas famílias) reclamou a instalação urgente de um pronto-socorro. Dia 17 último houve uma assembleia no bairro, para levar adiante tal reivindicação, começando pelo encaminhamento de um abaixo-assinado que já recebeu mais de 8 mil assinaturas.

• O primeiro DCE-Livre do Rio de Janeiro acaba de ser criado na Universidade Rural. A eleição da chapa Organizadora, por 1.600 dos 3 mil alunos, botou uma pedra em cima de um período de quase sete anos, durante o qual as entidades estudantis estiveram ali impedidas de funcionar.

• Teoria do general Milton Lima Comandante da 10ª Região Militar, em Fortaleza: os principais elementos de apoio e propagação do comunismo são os "trabalhadores, a organização internacional de estudantes, imprensa comunista internacional e infiltração na ONU, OEA e congêneres, nas organizações religiosas e na Cruz Vermelha Internacional" (Folha de São Paulo, 16/12/77).

• Do deputado Fernando Coelho (MDB-PE) sobre as "reformas": "Mudam-se os nomes e está tudo resolvido. As cassações passam a ser perda de mandato. O 477 permanece sendo aplicado com base nos regimentos das universidades. Tudo muda e tudo continua como está".

• "O sociólogo, preocupado com o exercício crítico de sua profissão e com a defesa dos interesses populares, que, pelo próprio caráter da ciência que pratica deve procurar captar, vê-se impossibilitado de exercer livremente sua profissão, ao lado de um grande contingente de profissionais que nem acesso ao mercado de trabalho consegue ter em decorrência da discriminação estabelecida em relação à profissão" — da carta de fundação da Associação dos Sociólogos do Brasil, lançada no último dia 14, em Belo Horizonte.

• Sete professores de São Paulo, acusados de participar do Movimento de Oposição Aberto dos Professores e do Comitê 1º de Maio pela Anistia, foram indiciados em inquérito no DEOPS. Na última terça-feira, aquele departamento pediu à Justiça Militar a prisão preventiva dos professores, acusando-os também de (em suas aulas) utilizarem textos de filósofos "contestadores de nossos valores civis e patrióticos".

• Aconteceu no dia 7 de dezembro em Porto Alegre, quando o deputado Cícero Viana (Arena-RS), irritado com jornalistas e alguns deputados, declarou: "Sou dedo-duro. Sempre serei dedo-duro. Oruguilho-me e tenho sido dedo-duro, porque estarei cumprindo um dever cívico e patriótico em apontar aqueles que solapam e procuram agitar este país e desagregar a família brasileira".

• Um show marcou o lançamento de EM TEMPO no Rio. No dia 11 de novembro João Bosco, Macalé, Candeia, Aline, o Grupo Maria Déia e o conjunto Coisas Nossas levaram um bom público ao Teatro Toneleiros, quando foi distribuído o nosso número zero. Ao mesmo tempo, na Bahia, a festa patrocinada pelo jornal contava com a presença de artistas regionais, entre outros, Riachão, Edevaldo Gentil e Edil Pacheco.

• Segundo admitiu o secretário de Relações do Trabalho de Ministério de Trabalho, Aluísio de Campos, a exclusão de um dirigente sindical ou de um líder trabalhista de sua entidade de classe pode ser adotada pelos delegados de trabalho, a partir de informações prestadas em caráter sigiloso pelos órgãos de segurança nacional. Caso o impugnado entre com recurso judicial, o delegado poderá

formação confidencial enviada pelos órgãos de segurança.

### curto circuito Reportagens

- 1 - "O bispo é comunista? Não, o sequestrador é fascista." (Uma entrevista com o bispo de Nova Iguaçu, seqüestrado no ano passado pela Aliança Anticomunista Brasileira)
- 2 - Raimundo Faoro, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil: "Todo brasileiro passou a ser suspeito de subversão".
- 3 - "Nós somos uma geração de jornalistas formados no AI-5, na paranóia. Nós somos o medo." (Editorial do número zero).

Uma dessas colunas se refere à volta da revista **O Cruzeiro**, dois anos depois de haver deixado de circular. A outra, ao surgimento do jornal independente e autônomo **O Repórter**. Em ambos, a idéia de ressuscitar a reportagem, a busca da informação, a denúncia... Adivinhe qual a coluna "Repórter" e qual a "Cruzeiro" e o leitor será premiado com a surpreendente revelação de que "bom jornalista" também é uma questão de ponto de vista. E do grau de autonomia dos que trabalham na edição de um jornal. (M.R.K.)

## Águas passadas

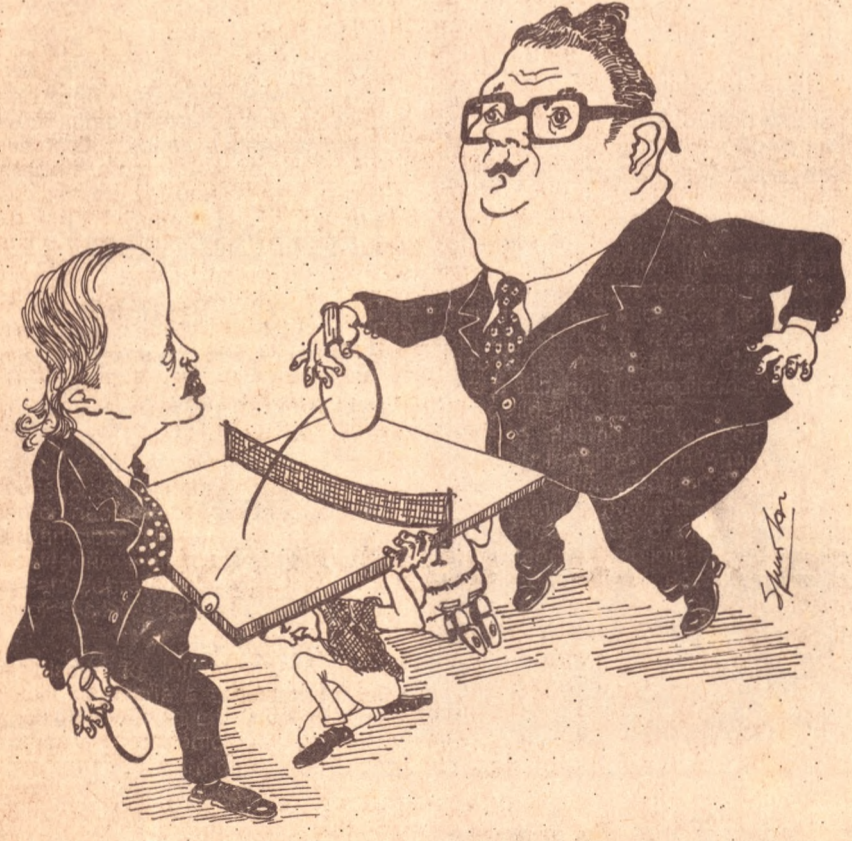
Pode parecer estranho que a Rede Globo, sempre tão novidadeira, esteja mantendo já há sete anos — desde 1970! — o mesmo jingle para a época das festas. A Globo não sai daquele "Hoje, é um novo dia de um novo tempo...", etc e tal. Muda o filme, o cenário, os figurinos, mas a musiquinha é sempre aquela.

Vai daí que este ano, como todo mundo já deve ter visto, as imagens que acompanham "...o futuro já começou..." são de festa num Maracanã ou coisa parecida. Os atores, como uma torcida selecionada, comemoram a pretensa vitória de um time uniformizado de amarelino nas cores da Seleção. Ora, 1978 como 1970 é ano de Copa do Mundo (esqueçam 74, "não valeu"). Ai eu me

lembro que 1970 foi um ano eufórico, ano de Brasil Grande, tricampeão, milagre econômico, classe média indo pra frente, Natal de fartura e muitas prestações pra depois. E por mais que os Natais daquele tempo em diante venham sendo cada vez menos preocupados, a musiquinha da Globo — muito mais que os discursos otimistas de presidentes, ministros e senadores — evoca sempre aquele arzinho de 1970, quando muito mais gente acreditava no Brasil criado pelo golpe de 64. A memória tem uma inércia própria, fácil de manejar. Anda na direção para a qual é empurrada, e ajuda a arrastar a consciência. Ainda bem que ela não se encontra sob a ação de apenas uma força. (MRK)

### Recado ao Leitor

- 1) Com este número, Experimental Dois, EM TEMPO sai às ruas pela terceira vez. De um número para outro, saiu sempre um pouco diferente — talvez para melhor — graças principalmente às críticas que temos recebido de inúmeros leitores. A opinião dos leitores será sempre importante para o jornal — e esperamos que ela nunca nos falte. Durante esse período experimental, EM TEMPO pretende firmar sua personalidade junto com seu público.
- 2) Temos recebido restrições a respeito do preço elevado do jornal. Infelizmente, não podemos vendê-lo mais barato. Nosso desejo é baratear ao máximo o preço, mas atualmente é totalmente impossível baixá-lo. Dez cruzeiros é praticamente seu preço de custo. EM TEMPO não tem qualquer vinculação com nenhum grupo econômico que o financie — nem pretende ter. Seu único sustentáculo econômico é o capital da Editora Aparte S/A, formado pela contribuição mínima de Cr\$ 500,00, feita por centenas de acionistas. Pretendemos elevar o número de acionistas e conseguir — já existem alguns — anunciantes.



EM TEMPO:  
**CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO** Aluisio Marques, Alvaro Caidas, Antônio Carlos Carvalho, Antônio de Pádua Prado Jr., Bernardo Kucinski, Fausto Brito, Gilseone Cocenza, João Batista Marques Guis, Jorge Baptista, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Otto Filgueiras, Rauli Anglada Pont, Robinson Ayres, Ronaldo Mota, Tibério Canuto.  
**DIRETORES** Antônio de Pádua Prado Jr., Bernardo Kucinski, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto.  
**EDITORES** José Arrabal, Maria Rita Kehl, Sérgio Mateus (Cultura), Tibério Canuto (Nacional), Carlos Tibúrcio (Internacional).  
**ARTES** Cida Spinola, Duto Bicalho, Eurico Ugaya, João Bosco L. Brandão, Néelson Cordela, Niels Andreas, Sérgio L. Papi.

**SUCURSAIS: Brasília** Marco Antônio, Marina Juevez, Néelson Penteado, Paulo Fona, Rita de Cássia, Rachele, Orlando Mindelo, Paulo Magalhães, Sérgio de Souza, Virginia Botelho. **Belo Horizonte** Alberto Duarte (chefe da sucursal) Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Flaminio Fantoni, Flávio Andrade, Haroldo, Genirique Oliveira, João Antônio de Paula, João Machado, Lélcio Fabiano Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Barcala, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Assapan, Virgílio Guimarães, Virginia Pinheiro (redação), Mariza Araújo (administração). **Curitiba** Carlos Ruggi, Elza de Oliveira, Reinoldo Atem; **Rio Grande do Sul**: Ana Barros Pinto, Gérson Shirmer, Jandira Cesar, Jorge Garcia, Lúcia Menezes, Marcelo Matte, Marcelo O'Lopes, Paulo Rejane Fernandez, Paulo Fogacci. **Salvador**: Adelson Oliveira, João Henrique, Linávia Maria, Oldack Miranda. **Rio de Janeiro**: Aduato Novas, Ana Maria Mandim, Antônio José Mendes, Bernardo Karan, Berta Sichel, Clotilde Hasselmann, Enio

Brauns Filho, Luiz Arnaldo Campos, Marcelo Baraba, Marcos Araújo Reis, Margarida Auran, Paulo César Araújo, Ricardo Lessa, Ruth Joffly, Sérgio Sbragia, Suelly Caidas (redação); Alan de Albuquerque, Cláudio Câmara, Jorge Ricardo Gonçalves, Olga de Assis, Orlando Guilhon, Raimundo Teixeira, Regina Braga. **ESCRITÓRIOS: Vitória** (ES) — Joaquim Nery, Luiz Rogério Frabino, Pedro Mansur, Victor Martins; **Campinas** (SP) — João Roberto Martins Filho, Rinaldo Barros. **Diretor Responsável**: Robinson Ayres. **EM TEMPO** — Experimental nº 2 — dezembro de 1977 — publicação da Editora Aparte S.A., Rua Lavras, 68, São Pedro (Belo Horizonte); rua Avaro Annex, Pinheiros (São Paulo). Composto e impresso nas oficinas da PAT — Publicações e Assistência Técnica Ltda., r. Dr. Virgílio de Carvalh Pinto, 412, Pinheiros, São Paulo, Fone: 853-7461.



# Visita a Itamaracá, a ilha da greve de fome

**O isolamento de dois de seus companheiros condenados à prisão perpétua fez os quinze presos da ilha de Itamaracá (Pernambuco) usarem a greve de fome como arma, uma aliada. Conseguiram repercussão internacional para suas reivindicações. Uma comissão do MDB, OAB e Igreja também se movimentou e visitou os presos de Itamaracá no começo deste mês. Desta comissão participou o deputado Aírton Soares, em companhia do parlamentar pernambucano Sérgio Murilo Santa Cruz. Neste seu depoimento, Aírton Soares relata as dificuldades para fazer valer até mesmo as decisões da Justiça Militar favoráveis às reivindicações dos presos. Diante dessas dificuldades, fica a pergunta: qual a sorte dos presos de Itamaracá?**

“Não comem nada?” indaguei ao militar de plantão na ante-sala do pavilhão do Hospital Militar do Recife, onde estavam internados os presos políticos. “Não”, respondeu o militar; “bebem somente água”. “Com açúcar?”, perguntei novamente. “Água pura”, respondeu o militar. “Há quanto tempo?” “Dois deles faz 23 dias, os outros, dezesseis. Comida nós trazemos chegamos até a deixar perto deles algum tempo, e são pratos saborosos, só o cheiro bom deixa a gente com fome, mas eles não tocam em nada.”

Fiquei então a pensar se os apelos que se ouvem para exercitar a “imaginação criadora” não teriam atingido os setores ligados ao aparelho repressivo, sofisticando os métodos de tortura.

Assim, conversando, entramos pelas celas-enfermaria. Numa delas, dois presos isolados, os condenados à prisão perpétua. Em uma outra, bem maior, treze presos políticos distribuídos por vários beliches. A aparência dos presos e as condições em que se encontravam lembraram-me conhecidos quadros de campos de concentração, onde homens esqueléticos, sem cor e marcados pela tortura aguardavam as decisões das autoridades nazistas.

Essa não é a primeira greve de fome deflagrada pelos presos políticos recolhidos em Itamaracá. Duas outras foram realizadas, todas visando a melhores condições carcerárias. Desta vez, o movimento teve início quando os condenados a ficar presos por toda a vida verificaram que caminhavam para o desespero e a exaustão psíquica, em função da segregação e do isolamento a que estavam confinados.

Logo depois de iniciado o movimento de greve de fome, os presos de Itamaracá receberam a adesão dos demais presos políticos, assim como o apoio da liderança da oposição no Congresso, da Ordem dos Advogados do Brasil e, particularmente, do Instituto dos Advogados de Pernambuco e da Igreja Católica, através de sua Comissão de Justiça e Paz.

Assim, a greve de fome dos presos de Itamaracá ultrapassou as fronteiras de Pernambuco, repercutindo

internacionalmente, como demonstrou o apelo da Anistia Internacional às autoridades brasileiras, solicitando que as reivindicações fossem atendidas.

A situação tornou-se curiosa porque os fatos se sucediam com muita rapidez. Durante a greve, o secretário da Justiça autorizou a entrada dos jornalistas no hospital-presídio para entrevistarem os presos políticos, o que resultou em manchetes de primeira página nos maiores jornais de Pernambuco, mostrando fundamentalmente que presos políticos não são marginais. Enquanto isso, o juiz auditor, depois de estudar as reivindicações dos grevistas, concluiu pelo atendimento da maior parte delas, principalmente o fim do isolamento, que foi por ele definido em seu despacho como medida inconstitucional.

A essa altura, o secretário da Justiça, responsável pelo presídio de Itamaracá, indagava ao juiz auditor se suas sugestões, que atendiam a maior parte das reivindicações dos presos, deveriam ser entendidas como **recomendação ou determinação** da Justiça Militar.

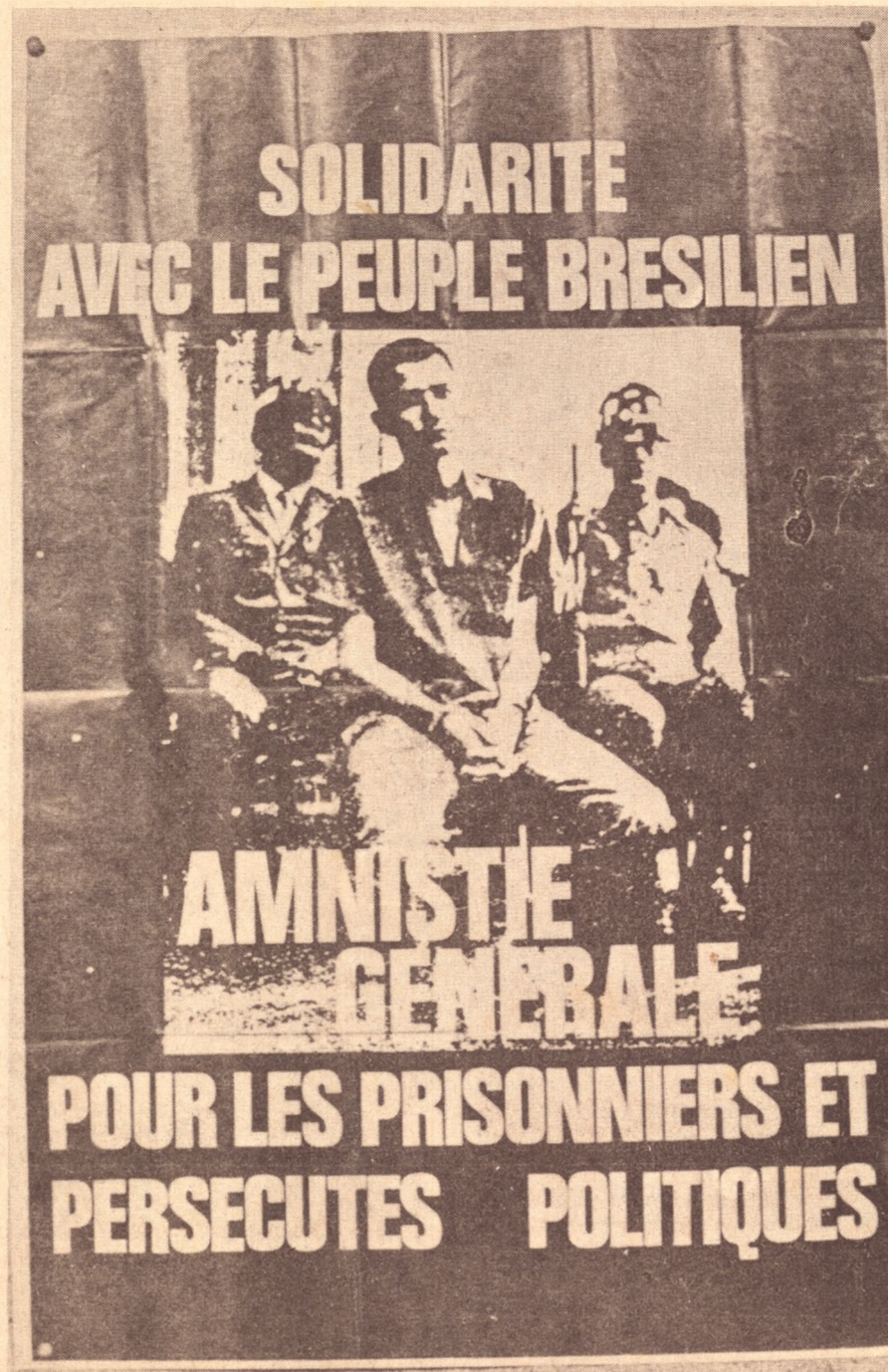
A resposta do auditor foi a de que somente **sugeriria**, por entender não ser de sua alçada determinar providências para órgãos ligados ao governo do Estado, por ser a Justiça Militar um órgão federal.

Dessa forma, as reivindicações dos grevistas ficaram nas mãos do secretário da Justiça, auxiliar direto do governador, o mesmo que se utilizou de cães e cavalaria contra as concentrações políticas do MDB.

Nesse interim, um habeas corpus era impetrado junto ao STM para que o órgão máximo da Justiça Militar pudesse apreciar as reivindicações.

Tínhamos então o pedido dos presos em andamento em dois graus de jurisdição da Justiça Militar, numa questão — que pretendiam administrativa e burocrática — de saber quem teria capacidade legal para apreciar as reivindicações, se a Justiça Militar ou se a autoridade estadual responsável pelo presídio onde cumprem pena os presos políticos.

A situação é um pouco confusa



porque a Justiça Militar não possui seus próprios presídios e, em decorrência, os presos ocupam alas separadas em estabelecimentos carcerários estaduais destinados a presos comuns, todos sujeitos à mesma

administração.

Se bem nos lembramos, a Justiça Militar não possui presídios porque ela não foi criada para julgar civis e muito menos as infrações à segurança nacional.

Essa era a situação quando recebemos, na Comissão de Direitos Humanos do MDB, o apelo das famílias dos presos políticos. Dirigimo-nos inicialmente ao STM, após marcarmos audiência para a Comissão com seu presidente. Na reunião com o presidente do STM, verificamos que, até então, não havia sido tomada nenhuma providência, pois o STM aguardava informações de Pernambuco para instruir o habeas corpus e, quando solicitamos autorização para a entrevista com os presos, fomos informados que deveríamos nos dirigir à Auditoria Militar de Pernambuco.

Diante disso, dirigimo-nos para o Recife e lá fomos recebidos no aeroporto pelos familiares dos presos políticos e muitos jornalistas.

No dia seguinte, ao nos encontrarmos com o presidente da OAB, fomos informados, para surpresa nossa, de que o secretário da Justiça nos esperava em seu gabinete, tendo chegado de Brasília na madrugada.

Durante a manhã de um feriado local, avistamo-nos com o secretário, que nos explicou suas razões para não atender às reivindicações, procurando fundamentá-las na Lei de Segurança Nacional. Disse-nos que poderia mudar de posição desde que fosse determinado pela Justiça Militar.

Aquela altura, o clima político era irrespirável, pois os defensores da exceção permanente, nos bastidores, jogavam toda a sua força de confronto contra os presos políticos, mantendo posições conhecidas, que têm caracterizado os momentos de maior arbítrio e violência por que passamos, sem nenhum respeito aos direitos humanos.

Sáimos da Secretaria da Justiça e fomos direto ao Hospital Militar, para a entrevista com os presos. Nossa comitiva era composta pelos advogados dos presos, presidentes da OAB e Instituto dos Advogados e representantes da Comissão de Justiça e Paz da Igreja.

O primeiro contato foi com os presos isolados, os dois da prisão perpétua: Carlos Alberto Soares, que sofre de doença do estômago e é o que esteve pior; seus lábios estavam inchados e rachados, tinha profundas olheiras marcadas na face, dificuldades até para articular as palavras e quase impossibilidade de andar. Roline Cavalcanti, um pouco melhor. Conversamos por algum tempo, mais ouvindo, até que se reafirmou para nós que as reivindicações eram justas e deveriam ser atendidas. Surgiram duas hipóteses, manter a greve de fome, aguardando a manifestação da Justiça Militar e uma solução política por parte do governo, ou suspender temporariamente a greve de fome, dando um crédito de confiança àqueles setores da sociedade, ali representados,

para que passássemos a atuar diretamente no sentido de ser atendidas as suas reivindicações.

Conseguimos autorização para que os presos em regime de isolamento pudessem se reunir com os demais e, depois de uma hora e meia de discussão interna, fomos chamados para ouvir a decisão, que era a de suspender a greve temporariamente, confiando na atuação das entidades ali representadas.

Imediatamente começamos a agir e encaminhamos, através de advogado e em nome de todos os presos políticos, uma petição à Auditoria Militar do Recife, para que as sugestões (do juiz auditor) que atendiam à maior parte das reivindicações fossem transformadas em determinação da Justiça Militar.

Surge então um primeiro obstáculo a nosso trabalho, pois a Auditoria Militar local se julgou prejudicada para apreciar o novo pedido, porque havia em andamento um habeas corpus no Superior Tribunal Militar.

Por isso, alguns dias depois, os advogados pediram o sobrestamento (suspensão) do andamento do habeas, a fim de que pudesse a Auditoria Militar apreciar o novo pedido.

O habeas corpus estava aguardando as informações que foram pedidas pelo ministro-relator às autoridades estaduais e, que somente chegaram na última hora, do último dia do ano de funcionamento do STM. O que impossibilitou que pudesse ser julgado o habeas corpus.

Isso fez com que fosse o habeas remetido ao presidente do STM, que poderá decidir **ad referendum** do Tribunal Pleno durante o mês de janeiro ou deferir o pedido de sobrestamento.

Estamos, então, na expectativa da decisão da Justiça Militar sobre o caso.

Os presos políticos, depois de se recuperarem por meio de dieta alimentar específica no hospital, foram removidos novamente para a ilha de Itamaracá.

A esta altura dos acontecimentos, estão a OAB, o Instituto de Advogados, a Comissão de Justiça e Paz da Igreja e a Comissão de Direitos Humanos do MDB, além dos familiares, integrados e trabalhando juntos na luta para pôr fim ao isolamento dos condenados a prisão perpétua e obter melhores condições carcerárias para todos os demais presos políticos.

Nessa movimentação toda, conseguimos atingir a opinião pública no sentido de mostrar que existem presos políticos e que esses presos são na maioria jovens, diferentes dos presos comuns, pois estão presos somente porque divergem politicamente do regime de exceção.

Aírton Soares

## Osasco: a luta contra os pelegos

*“Depois de nove anos e meio, recuperamos o direito de falar nesta sala, onde já alimentamos muitas esperanças e sofremos muitas derrotas”, disse um membro da ACO em 17 de dezembro, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, durante o lançamento da chapa de oposição.*

Dos 28 mil metalúrgicos de Osasco, Carapicuíba, Jandira, Cotia, Taboão da Serra e outras cidades vizinhas de Osasco, cerca de 50% são sindicalizados. Essa taxa relativamente alta de sindicalização decorre principalmente da tradição de luta dos operários da região. Nos últimos treze anos, apesar das sanções e pressões que pesaram sobre toda a classe operária, os metalúrgicos de Osasco conseguiram travar alguns movimentos contra o arrocho salarial. Em 1968, chegaram a realizar uma greve geral, ocupando fábricas e a sede do sindicato. Este movimento serviu de pretexto para que fosse decretada a intervenção no sindicato, então presidido por José Ibrahim (hoje exilado).

De 1968 para cá a categoria foi desmobilizada com a ajuda de pelegos como Roberto Unger (ex-interventor), Conrado del Papa, Henos Amorim (atual presidente) e João Afonso de Oliveira, vulgo Lacerda (secretário geral do sindicato).

Agora, com o lançamento da chapa de oposição (chapa 1) para as eleições de fevereiro, que é composta por operários que chegaram a Osasco depois de 1970, como José Pedro da Silva e Valdir Cirilo Piantoni,

Osasco é tomada por um clima de verdadeira guerra eleitoral. A oposição tem distribuído milhares de “mosquitinhos” (pequenos folhetos) nas portas das fábricas.

Estes folhetos trazem, de um lado, pontos do programa da oposição, e, do outro, versos como estes: “Companheiros! O sindicato atrelado é um problema muito real! Pelo sindicato Livre, lutemos na oposição sindical”; “Você está contente com o nosso sindicato, com nosso salário, com a nossa situação? Achamos que não./ Por isso pensamos juntos e criamos a Oposição/ Contamos com você para aumentar nossa união!”

Os dirigentes situacionistas, por seu lado, não admitem perder o controle sobre o sindicato, utilizando — para tanto — diversas manobras. No último dia 19, por exemplo, circulou em Osasco um panfleto que afirmava que a chapa 2 é que seria de oposição e que trazia alguns pontos do programa da chapa 1. Este panfleto, manobra para conseguir votos de operários menos informados, não trazia o nome de nenhum membro da chapa situacionista. (Ver programa da chapa 1, em “Aparte” página 11.)

## Rio: metalúrgicos ganham outra vez

O delegado regional do Trabalho não respeitou um compromisso formal dos dois candidatos a presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio e anulou a primeira eleição que deu vitória simples à oposição (4.897 votos contra 4.024). Os dois candidatos sabiam que seria um peso financeiro excessivo para o sindicato aguentar duas eleições seguidas. E provável, inclusive, que se a vitória, mesmo simples, fosse dos pelegos, a DRT tivesse reconhecido a eleição. Mas tudo bem: os operários voltaram às urnas e confirmaram sua disposição de lutar por melhores condições de vida e de trabalho, pela liberdade sindical e pelo direito de greve.

Na convocação para esta nova eleição a chapa de oposição deixou claro que não se conformava com a decisão da DRT, mas partia para a luta com toda força. “Companheiros, a vontade da classe tem de ser respeitada. Não se intimidem e não se deixem enganar pela demagogia e por ameaças mentirosas. Continuamos firmes em nosso propósito e nenhum motivo nos fará desistir de lutar intransigentemente pelos direitos da categoria. Os eleitos, estamos certos, serão empossados. Os metalúrgicos sabem o que querem e não se intimidam”, — dizia um folheto distribuído em todas as fábricas.

Os seis membros da chapa que estão ameaçados de impugnação já compareceram à DRT e não receberam grandes explicações do delegado. O representante do Ministério do Trabalho afirmou que a “suspeição” dos

nomes não partia do ministério mas de “outros órgãos”, que ele não quis explicar quais eram. No final, admitiu que talvez houvesse algum erro. O mais estranho é que três nomes ameaçados são de trabalhadores que romperam com a atual diretoria, mas que tiveram seus nomes aprovados nas eleições anteriores. A chapá de oposição, entretanto, recorrerá à Justiça contra qualquer medida que impeça sua posse.

Nos últimos anos, o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio sofreu duas grandes intervenções, sendo que a mais recente durou dois anos e foi depois de uma vitória da oposição semelhante a esta de agora. Nenhuma chapa realmente representativa conseguiu, desde 64, tomar posse: ou os nomes eram impugnados ou havia intervenção. Para os trabalhadores, os períodos de intervenção no sindicato e as gestões de direções pelegas têm consequências sempre drásticas como o rebaixamento da qualidade de vida, a ausência de fiscalização nas empresas e o aumento das arbitrariedades patronais.

A seguir, reproduzimos o depoimento de um fundador de 67 anos que viveu seus últimos 40 anos numa luta ininterrupta contra perseguições e arbitrariedades. Colhido quando o velho militante, às vésperas das eleições, falava para um grupo de jovens operários da oposição, no auditório do sindicato, este depoimento relembra dois períodos particularmente negros na história dos metalúrgicos do Rio: as intervenções de 1964 e de 1973.

Ricardo Lessa

## “Eles não acabaram com a gente”

“Em 1973, a chapa de oposição venceu por dois votos de diferença. O Ministério do Trabalho, quando viu que ganharíamos na segunda chamada, optou pela intervenção, alegando que a chapa de oposição era subversiva. Assumiu um policial, o Ubaldo Olchione. Durante a intervenção, que durou 18 meses, houve vários processos contra trabalhadores, uma série de pressões contra os integrantes da chapa de oposição, várias pessoas foram tiradas de suas casas, sofrendo as mais variadas perseguições. Alguns foram obrigados a fugir dos trabalhos, outros sumiram.

“Por pressão dos metalúrgicos, o interventor foi substituído, sendo escolhido um outro entre os próprios metalúrgicos. A segunda intervenção ficou encarregada de convocar novas eleições, que colocaram a atual diretoria à frente do sindicato. Durante esta intervenção continuaram as perseguições contra os operários que atuavam no sindicato. As eleições foram convocadas em regime de urgência, para o prazo de 15 dias. A chapa que conseguiu se formar não era das melhores e acabou praticando o mesmo que os interventores. A diretoria atual, inclusive, é integrada por um ex-interventor, o José Fernandes.

“Durante as eleições não houve campanha salarial. Os trabalhadores não tinham acesso ao sindicato e também não houve prestação de contas. Usa-

ram e abusaram do dinheiro dos trabalhadores. Encheram o sindicato de “funcionários” que permanecem até hoje como espíes. Engraçado é que o Ministério do Trabalho alegou dilapidação de verbas para intervir, apesar do próprio ministro ter aprovado as contas daquele ano.

“A primeira intervenção que sofremos foi em 64. Foi uma perseguição terrível, o sindicato foi quebrado, saqueado, vários companheiros foram processados e a classe toda sofreu um processo de amedrontamento. Os trabalhadores mais ativos foram obrigados a se esconder. Companheiros foram espancados até ficarem inutilizados.

“As eleições que se seguiram, ao final da intervenção em 1965, foram capadas. Os diretores escolhidos eram cortados pelo SNI, ficando só os piores elementos: Tudo foi feito, nestes últimos anos, para enfraquecer o movimento dos metalúrgicos. O que se viu neste tempo todo foi uma caça às bruxas, uma perseguição aos trabalhadores. Mas eles não conseguiram acabar com a gente. Estamos aí, de volta.”

(O fundador, que mesmo depois de 40 anos de trabalho não conseguiu se aposentar por causa das perseguições que sofreu, preferiu que seu nome fosse omitido: “Não precisa, bota um fundido, que os metalúrgicos do Rio vão saber quem é”.)



Nils Andress



# Um, dois, três, muitos partidos socialistas?

Como dois e dois são quatro, a Arena e o MDB vão se acabar. Disto estão certos os políticos que em plena atividade articulam o surgimento de no mínimo dois partidos socialistas: um mais à direita, com os olhos voltados para a social-democracia européia. Outro se propõe a ter uma plataforma bem mais à esquerda e a ter um caráter popular. De quebra, articula-se um partido trabalhista onde várias correntes cobiçam a legenda e o acervo do antigo PTB.

Ponderáveis setores da oposição, dentro e fora do MDB, têm discutido intensamente nas últimas semanas a possível criação de novos partidos políticos. Ainda que as articulações em curso não permitam ter uma visão definitiva sobre todos os partidos a serem formados, já é praticamente certo que nascerá um novo partido trabalhista, aglutinando as antigas bases do PTB e suas bandeiras, com uma roupagem nova, ou não. É bastante provável também o surgimento de um partido socialista, cujo conteúdo ideológico tanto poderá assemelhar-se ao da social-democracia européia como ficar à sua esquerda. É possível que no final brotem os dois partidos socialistas.

Os contatos visando à criação desses novos partidos vinham se arrastando timidamente há mais de um ano, até que se precipitaram nas últimas semanas, desembocando em articulações concretas a partir do momento em que ficou claro que o governo vai mesmo abolir o bipartidarismo tão logo a Arena preste seu último serviço ao regime: a sagração do novo general indicado pelo governo e os militares para a Presidência da República.

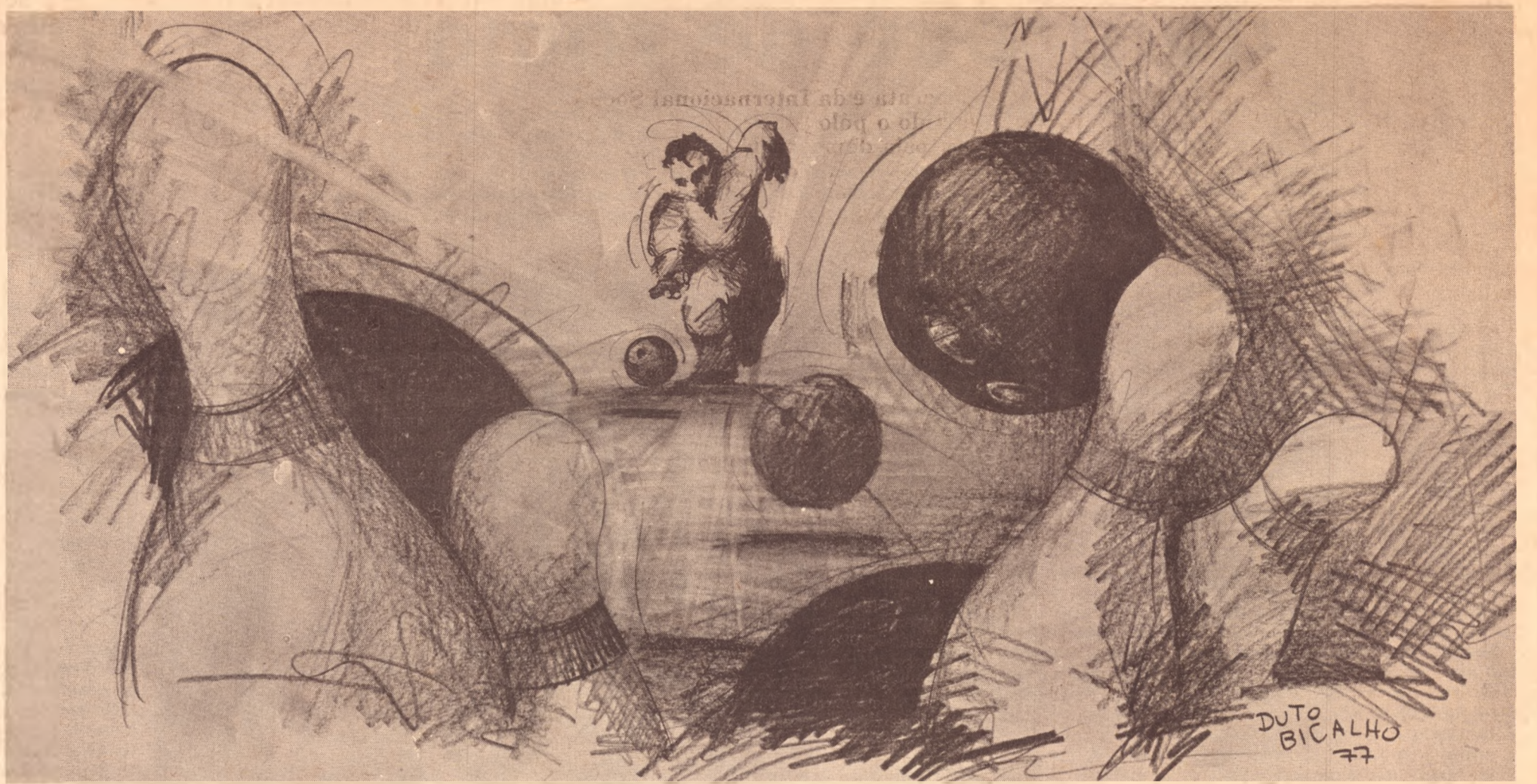
## O velho e o novo Petebismo

No Rio de Janeiro já foram criados os "centros civis Getúlio Vargas", reunindo antigos políticos do PTB interessados em aglutinar os remanescentes desse partido e explorar o peso da legenda. O conteúdo deste projeto está expresso na Carta aos Amigos, do antigo deputado petebista José Gomes Talarico, nada se diferenciando do nacional populismo, mas temperado com a idéia, muito na moda, hoje, de melhor distribuição de renda.

No exterior, o ex-deputado petebista, Maurílio Teixeira Lima tenta reunir apoio, dizendo contar com o aval do ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Aliás, Brizola é o fiel da balança petebista, para onde ele for irá a maioria das bases do PTB, que no Rio Grande do Sul permanece com uma grande força, ao ponto de o próprio Brizola dizer que, em seu Estado, para a organização do PTB é só "virar a placa do MDB". De qualquer forma, ele ainda não definiu qual corrente do petebismo apoiará, apesar de mostrar inclinações para um eventual partido social-democrata moderado, criado em cima das bases do antigo PTB.

Ainda na esteira do petebismo existe a proposta do professor Moniz Bandeira de dar uma roupagem nova ao antigo PTB. Sem romper com a essência do nacional-populismo, Moniz coloca como principal bandeira o nacionalismo, agora apresentado como resposta à contradição entre o capital (que é predominantemente estrangeiro) e o trabalho (que é nacional). Dentro de uma colocação pelo menos discutível da questão nacional, e certamente reduzida da luta de classes, esses "néo-trabalhistas" fazem uma revisão do papel desempenhado pelo PTB antes de 1954, dizendo agora, que ele tinha um caráter social-democrata. As reivindicações e a participação política dos trabalhadores, segundo esse programa, poderiam ser atendidas por um projeto "nacional-democrático" de um PTB ressuscitado.

Dessa forma, a "redefinição criadora" de Moniz Bandeira reproduz na sua essência a visão - já condenada por vários intelectuais como Otávio Ianni - que



unifica os interesses dos trabalhadores com o de uma hipotética burguesia nacional, em torno de uma aliança contra o imperialismo que passa por cima das contradições internas da sociedade brasileira.

## Para onde vai o PS?

Bem mais embaralhadas são as articulações em torno de um partido socialista. Elas começaram com a movimentação de deputados do antigo grupo "autêntico" e alguns políticos isolados, como Fernando Gasparian e Marcos Freire, mas logo de início surgiram, grosso modo, duas tendências. Uma bem moderada, procurando apoio explícito da social-democracia européia atualmente no poder. Os membros desta corrente tiveram várias conversações políticas com Willy Brandt - presidente da social-democracia alemã -, com Andrés Pérez -, presidente da Venezuela, e principalmente com Mário Soares, presidente do Partido socialista Português. A repercussão de uma dessas conversações levou inclusive o governo português a fazer um desmentido formal, apesar desses entendimentos serem verdadeiros.

As iniciativas desta corrente, levaram à semi-aglutinação de um outra tendência, onde estariam incluídos Lisânea Maciel, e outros e ex-parlamentares e deputados, favoráveis - na eventualidade de existir uma reorganização partidária - à formação de um partido socialista mais à esquerda desvinculado da social-democracia européia.

Apesar das várias nuances existentes nesta tendência, a sua proposta, ainda não claramente definida, é a de formação de um partido nitidamente socialista, mas abrangendo um largo espectro de opiniões e tendências. Ou seja, algo que mantenha o caráter frentista do MDB, mas seja qualitativamente superior ao atual partido de oposição.

Em suas conferências e entrevistas, Almino Afonso, ex-ministro do Trabalho de João Goulart, tem desenvolvido um pensamento idêntico ao da corrente que propõe a formação deste tipo de partido socialista. Algumas correntes minoritárias de esquerda parecem favoráveis a esta proposta, desde que fossem preenchidos certos critérios, como o de o futuro partido socialista ter uma forte base popular, que aponte para soluções socialistas e que seja garantida a sua democracia interna. O fato é que no Rio já circula um "manifesto pro-

criação do partido socialista, propondo ampla consulta a parlamentares do MDB, estudantes, intelectuais e dirigentes sindicais, visando detectar quais seriam as possíveis bases comuns para um partido socialista de amplo espectro e não estritamente operário.

## Os debates

As idéias sobre o que deve ser a reorganização do campo da oposição são vastas. O professor Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, está engajado em discussões paralelas, mas semelhantes. Segundo ele "já existe sociologicamente um partido político à esquerda do MDB". Sua proposta, aparentemente, é de aglutinar as lideranças numa "confederação de interesses", integrando trabalhadores e assalariados da classe média, que se orientariam para um modelo que "orientaria a produção para os bens de consumo popular, com distribuição de renda, via aumento de salários e via uma política social mais atuante". Este modelo se aproxima muito dos sistemas europeus baseados no princípio de democracia parlamentar e da cogestão ou seja, uma formação ainda nitidamente capitalista. De qualquer forma, não está claro ainda onde Fernando Henrique e outros intelectuais se situam, se na de um partido trabalhista (de esquerda ou não) ou se na de um partido social-democrata ou socialista moderado, parecendo de alguma forma, distante da idéia de um partido socialista mais contundente, mas sem fechar as portas também para este caminho.

Há os que se opõem às articulações em torno de novos partidos. A ala direita do MDB, só para dar um exemplo, sente-se assustada por uma movimentação que poderá definir eventuais apoios nas próximas eleições já em função dos novos partidos. Neste quadro, a candidatura de Franco Montoro para senador em São Paulo está a perigo, pois setores mais consequentes já procuraram criar a sua alternativa para o Senado.

Existem resistências menos conjunturais. As correntes mais ortodoxas da esquerda combatem a idéia de qualquer partido socialista por temerem a perda da paternidade do ideário socialista. Estas correntes, além disso, estão hoje decididamente engajadas em propostas exatamente iguais às do antigo populismo, definindo a luta contra o imperialismo, visto de uma forma externa, como a luta principal - no que se aproximam das idéias de Moniz Bandeira.

Já outros setores de oposição condenam a articulação em torno de novos partidos com o argumento de que toda iniciativa desse tipo teria hoje um cunho estritamente elitista, não permitindo a participação efetiva das classes trabalhadoras - última coisa que o governo permitiria. Para estes, em vez de se articularem novos partidos, deveria se continuar com a luta pelas liberdades democráticas até ao ponto de conquistar-se uma efetiva liberdade partidária.

Resta ainda o pensamento do deputado Alberto Goldman, que em debate no IEPES de São Paulo propôs uma outra fórmula: a transformação do MDB de uma "mera frente eleitoral em real frente política de oposições". Entretanto, os que propõem a criação de um partido socialista contra-argumentam que a explicitação, desde hoje, de tendências ideologicamente mais definidas dentro do próprio MDB são exatamente o melhor caminho para que ele se aproxime de uma frente política.

Este pensamento pode ser entendido nas palavras de Almino Afonso, durante os debates realizados no IEPES de São Paulo, de que "o fim do bipartidarismo é um dado posto na mesa pelo governo" e, portanto, "não adianta brincar de avestruz e ser depois surpreendido pela realidade. Os próprios articuladores do Partido Socialista admitem as dificuldades para a criação de partidos com efetiva participação popular nas atuais condições do regime autoritário. Talvez por este motivo, desencadeou-se a corrida pelo espólio do antigo PTB, que, com todo o seu populismo e atrelamento ao Estado sem dúvida se constitui ainda hoje, num dos poucos acervos de penetração popular.

Como pré-condição para a criação de novos partidos, há os que, como Almino Afonso, apontam a necessidade de se conquistarem as liberdades públicas e partidárias dando direito a todas as mais variadas correntes de opinião de se organizarem e defenderem suas idéias e posições. Exigem ainda condições para que os novos partidos possam cumprir o seu programa e estruturas partidárias que realmente assegurem, no interior de cada partido, a efetiva participação de seus membros. Apesar destas condições, Almino adverte que "é praticamente inevitável que o governo decreta o fim dos dois partidos e por isto é útil a reflexão a respeito dessa perspectiva". Na prática, não só a reflexão, mas a articulação já está tomando corpo.

# Redescobrimo o trabalhismo

Moniz Bandeira:

"O PTB exercia um papel equivalente ao da social-democracia européia, não poderia ser tolerado pelas classes dominantes brasileiras associadas ao imperialismo.

O PTB não era socialista, mas sim socializante".

Num momento em que se fala de reorganização partidária e surge a perspectiva de recriação de um partido trabalhista no Brasil, EM TEMPO entrevistou o escritor, jornalista e professor universitário Luiz Alberto Moniz Bandeira, em Paris, a propósito de seu livro lançado no Brasil há duas semanas, **O Governo João Goulart**, e sobre as atuais possibilidades de um Partido trabalhista.

Moniz Bandeira tem uma antiga ligação com o movimento trabalhista brasileiro - foi assessor parlamentar do deputado federal trabalhista Sérgio Magalhães, entre 1956 e 1964. Recentemente, quando o ex-deputado e governador Leonel Brizola, chegou a Nova York, depois de ter sido expulso do Uruguai, Moniz foi o primeiro a recebê-lo. Seu último livro procura fazer uma nova interpretação do governo Goulart, em sintonia com os movimentos no sentido da recriação do Partido Trabalhista Brasileiro, envolto em novas roupagens.

ET - Porque você decidiu escrever um livro sobre o período Jango Goulart?

MB - Eu comecei a escrever este livro quando Goulart ainda estava vivo. E decidi escrevê-lo a fim de que pudéssemos compreender a razão e o sentido do golpe de 1964. Porque até então, a versão corrente era aquela das classes dominantes, a versão dos que tomaram o poder em 1964, e essa versão foi assimilada até mesmo por diversos setores da esquerda. Não podemos explicar o golpe militar de 1964 apenas dizendo: a CIA (Agência Central de Inteligência, dos EUA) quis desestabilizar o governo, quis derrubar Goulart. Sim, mas porque a CIA quis derrubá-lo, em que condições internas ela pôde atuar? Então, teríamos: que ver o mecanismo social no Brasil, as lutas de classe que se travavam naquela época, pois o governo Goulart refletiu um momento dessas lutas de classe.

ET - Quais eram, na sua opinião, as bases sociais do governo Goulart?

MB - O governo Goulart representava cada vez mais os setores populares brasileiros - os trabalhadores e os assalariados. Evidentemente, era um governo de composição burguesa, com participação de setores da burguesia. Mas, na medida que foi tomando posições contra o imperialismo norte-americano, tomando posições nacionalistas e em defesa da classe trabalhadora, ele foi abandonado por esses setores da burguesia. O nível de organização, da massa durante o governo Goulart foi imenso, com o fortalecimento das Ligas Camponesas, o aparecimento dos sindicatos rurais e da organizações paralelas no movimento operário (o Comando Geral dos Trabalhadores, CGT, e o Pacto de Unidade e Ação, PUA). Assim, o golpe foi dado não contra Jango Goulart, nem contra as reformas - inclusive porque muitas delas foram realizadas depois de 1964 - mas sim contra o movimento operário. O golpe foi dado justamente interceptar esse processo de emancipação da classe trabalhadora.

ET - E qual foi o papel do Partido Trabalhista Brasileiro, PTB? Por que ele não foi tolerado depois de 1964?

MB - A burguesia não admitia sequer um partido trabalhista, que tinha uma prática próxima à dos partidos social-democráticos, que estão no poder na Suécia, Alemanha, Holanda, etc. O PTB era um partido para os operários que adquiriam uma consciência de classe para si, mas não antagonica ao regime. Isso porque há uma diferença entre os países adiantados da Europa, ou os Estados Unidos, e o Brasil, onde a questão social também é uma questão nacional. O Brasil é um país em que o capital é predominantemente estrangeiro e o trabalho nacional. As reivindicações salariais são reivindicações que afetam os cartéis internacionais, que se estabeleceram no Brasil com o objetivo de explorar a mão-de-obra abundante e barata.

Então, o PTB, que exercia um papel equivalente ao da social-democracia européia, não poderia ser tolerado pelas classes dominantes brasileiras associadas ao imperialismo. O PTB não era socialista mas socia-

lizante. Entretanto, o curso dos acontecimentos no Brasil fez com que o PTB levantasse a bandeira das reivindicações nacionais, marchando cada vez mais para a esquerda. Ele era um partido com uma prática mais próxima à da social-democracia do que daquela do populismo, porque ele intermediava as relações entre o trabalho e o capital.

ET - Na hipótese de ressurgimento do PTB, qual seria o seu programa?

MB - Creio que esse partido teria um programa, mínimo de caráter nacionalista-democrático e um programa máximo de transformação do modo de produção da sociedade brasileira.

ET - E o PTB ainda terá viabilidade?

MB - Acho que sim. Porque existe um espaço social a ser ocupado por um partido de tendência socialista ou social-democrática. E esse espaço pertence ao PTB. As massas operárias brasileiras que não se identificam com outras posições de esquerda tendem naturalmente a ser trabalhista. Evidentemente, só se pode pensar em reativação ou reorganização do PTB em condições de restauração da legalidade democrática, com a anistia ampla e irrestrita e liberdades plenas: de palavra, de associação, direito de greve, etc.

ET - Quais seriam as atuais possibilidades políticas de Brizola?

MB - Brizola é, já era em 1964, o líder de uma vasta corrente do movimento trabalhista. Hoje, mais do que nunca, ele é o líder do trabalhismo no Brasil. E creio que, se houver a restauração da legalidade democrática, ele emergirá como o grande líder popular que já é.

ET - E quanto às possibilidades do Partido Comunista, dentro de uma reorganização partidária?

MB - O PC também é uma realidade nacional. Está ligado historicamente à classe operária no Brasil. Se houvesse plena liberdade de organização, evidentemente ele ressurgiria. Aliás, nos países civilizados, inclusive nos Estados Unidos, o PC é legal. O partido trabalhista seria outra corrente, ocupando justamente



uma faixa social que corresponderia, em termos europeus, aos partidos socialistas, social-democratas. Isso não quer dizer que não possam, que não devam existir outras organizações ou partidos de esquerda, quicá trabalhando mais à esquerda do PC, ou mais à direita do PT. Poderia surgir um partido socialista de acordo com o da Alemanha Ocidental. E, na faixa do centro, os partidos liberais, conservadores, de direita.

ET - Mas, um partido socialista não ocuparia um espaço do PTB?

MB - Não acredito nessa possibilidade, porque o espectro social que corresponderia a um partido reformista, democrata, com objetivos socialistas, corresponderia ao PTB, que já era antiimperialista. Além disso, os partidos socialistas que existiram no Brasil sempre foram diminutos, e não houve nenhum deles filiados à II Internacional, a socialista. Nesse sentido, não possuíam uma tradição social-democrata.



# Mirem-se no exemplo da Alemanha

Ao ser reeleito presidente do Partido Social-Democrata e da Internacional Socialista, Willy Brandt prometeu que iria fazer do seu partido o pólo de atração de "todos os que, no mundo, optaram pela democracia e que são hostis ao comunismo e ao conservantismo". Coincidentemente, ou não, alguns políticos brasileiros miram-se agora no exemplo da Alemanha, como se de lá surgisse uma solução para a crise do capitalismo. A experiência alemã, contudo, demonstra apenas que o Estado autoritário pode ser apenas uma modalidade de Estado liberal.

"A Alemanha passou diretamente de um anticomunismo oficialmente fascista, o de Hitler, ao anticomunismo da guerra fria..."

Todos os projetos de redemocratização iniciados a partir de 1945, na Alemanha, foram sufocados ainda no embrião pela estratégia ocidental de transformar o país num bastião avançado da guerra fria.

Durante mais de vinte anos os democratas-cristãos moldaram o "novo" aparelho do Estado, desenvolvendo a ideologia da aceitação da legitimidade do poder estatal, herdada do fascismo. Tudo isso com farta cumplicidade dos sindicatos, que-criados pela CIA- logo se transformaram numa potência: hoje representam 8 milhões de operários e detêm um extraordinário poder econômico. São proprietários, inclusive, do quarto maior banco alemão, um indicio de que o pacto entre o capital e o trabalho pode funcionar de maneira admirável.

O Partido Social-Democrata (SPD), galgou o poder quando chegou ao fim o período mais crítico da acumulação capitalista e da reconstrução do país. Era preciso fazer algumas reformas tímidas. Mas, antes, o SPD teve de passar por uma redefinição política. A maioria de seus líderes começou a questionar se os laços com a doutrina marxista não seriam um obstáculo para se chegar ao poder. Era preciso dar boas garantias à burguesia monopolista, e a social-democracia - reformista desde a Primeira Guerra Mundial - decidiu, em novembro de 1959, no Congresso de Bad Godesberg, defender esta posição. E, de "um partido de classe operária, o SPD tornou-se "um partido de todo o povo", decidindo renunciar à socialização das empresas. Surgiu, enfim, a palavra de ordem definitiva: "O Estado, enquanto for necessário; a liberdade, enquanto for possível". Estava aberto o caminho do poder através destas definições do Congresso de 1959.

Em oito anos - desde fins de 1969 - os socialistas alemães não acrescentaram muito além do que geralmente fazem os socialistas no poder: disciplinar a contestação, administrar o capitalismo em crise, punir e prometer reformas. As reformas não vieram, mas uma das medidas do chanceler Willy Brandt foi assinar a Lei de Interdição Profissional, impedindo o acesso ao trabalho de muitas pessoas acusadas de serem contrárias ao regime. De 1972 até hoje, foram abertos 800 mil processos, com base nessa lei, estimulando, ainda por cima, o medo e a delação. "Ninguém ousa nem mesmo brincar, com medo de ser mal compreendido", escreveu recentemente o jornal liberal *Frankfurter Rundschau*. Um Prêmio Nobel de Literatura, Heinrich Bell - autor de *A Honra Perdida de uma Mulher* - disse recentemente: "A Alemanha está ameaçada por uma lavagem cerebral mortalmente perigosa".

Atualmente, o Parlamento discute a adoção de novas leis repressivas e os deputados acabam de condenar os presos políticos ao isolamento total, durante os primeiros dias de prisão, sem o direito de receber advogados ou parentes. Esta cortina de silêncio é particularmente alarmante, quando se sabe ou não se sabe o que aconteceu com Andreas Baader, Gudrun Ensslin e Carl Raspe, mortos na prisão-fortaleza de Stammheim.

Ao mesmo tempo, sob o olhar complacente da social-democracia, o país assiste hoje ao ressurgimento do neo-nazismo, com suas 142 organizações. Em poucos anos, elas conseguiram chegar a vários parlamentos regionais e, por pouco, não enviaram representantes ao Bundestag. Mesmo assim, o Centro de Proteção da Constituição, um organismo governamental, considerou que essas organizações "não representam um perigo para a segurança da República". A tolerância é acompanhada, evidentemente, de um movimento de idéias que consiste em reexaminar o passado e introduzir o hitlerismo na história. Alguns exemplos: o dis-

cutido filme de Joach Fest, "Hitler, uma Carreira", visto por milhares de alemães em poucas semanas; a livre circulação de *Deutsche National Zeitung* - 130 mil exemplares, que prega a reabilitação do III Reich e do nazismo com manchetes de primeira página: "Descoberto um novo engano sobre as câmaras de gás", a "Chantagem de Israel com a mentira sobre os 6 milhões de judeus", "Hitler, demônio ou messias?"

E o escândalo maior: a presença de duas das mais altas autoridades da Aeronáutica, os generais Walter Krupinski e Karlheinz Franke, na noite de autógrafos de Hans Ulrich Rudel, no cassino dos oficiais da Bundeswehr, o Exército alemão. Rudel é nazista declarado e herói muitas vezes condecorado por Hitler. Os jornais europeus chegaram a perguntar: "Este encontro de souvenir não seria, antes de mais nada, uma tentativa de reabilitar e reintegrar nas tradições do Bundeswehr as glórias militares do III Reich?" (Adauto Novaes)



# Devagar com o andor, o santo é de barro

Reorganizar é preciso. Está lançado o último lema de alguns parlamentares e oposicionistas, já de malas prontas para aderir aos novos partidos que se anunciam. Embora ninguém morra de amores pelo MDB, nunca é demais insistir que cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém. No caso, cabe indagar: apesar dos limites da conjuntura, quais os pré-requisitos para a formação de um partido capaz de absorver as forças sociais cuja oposição não se limita a um eventual descontentamento com o regime de 1964?

Para que ninguém dê o pulo no escuro, é bom lembrar que a reorganização partidária foi colocada na ordem do dia e tende ainda a ser determinada pelos que se mantêm no poder. É óbvio que uma possível decisão do regime, de pôr um fim à Arena e ao MDB, tem muito a ver com o burburinho de 1977 e visa antes de tudo impedir que se agrave seu isolamento político. Apesar de as mudanças a serem imprimidas pelo poder criarem a hipótese de novas brechas, para os que estão por baixo, não deve haver ilusões quanto ao jogo de forças: a reorganização partidária se dará num território limitado - nos marcos do próprio autoritarismo.

Não se trata simplesmente de anunciar um princípio, mas de apontar a essência do que está por vir: o tipo de pluripartidarismo que está pintando tem um forte componente antidemocrático. Como todo jogo do qual o regime é o dono da bola, este também é de cartas marcadas. De ante-mão, estão excluídos todos os partidos que hoje estão marginalizados da vida institucional. E quanto mais estes partidos sejam real-

mente de esquerda, mais a regra do jogo será aplicada com rigor.

A aberração não para aí: também não haverá espaço para os cassados, bandidos e exilados. Mais do que isto: o governo procura impor um tipo de pluripartidarismo no qual esteja vedada a hipótese de os trabalhadores terem a sua representação política através de um partido coerente com seus objetivos últimos.

Antes mesmo de preparar a bagagem para a mudança, há que se denunciar o caráter antidemocrático da reorganização que está sendo imposta de cima para baixo. Se é real o argumento de que o governo não tem o poder mágico de abrir as comportas apenas para seus amigos, sem criar espaço para os de baixo, é um erro ficar eufórico com tão pouco. Muito mais abdicar da luta por uma reorganização partidária na qual venham a superfície inclusive os partidos forçados a viverem na clandestinidade.

Apesar de tudo isto, há que se responder à pergunta: o que fazer diante de uma reforma que virá de qualquer maneira? E o caso de voltar o feitiço contra o feitiço, levando ao fracasso a tentativa do governo de recompor suas bases e de isolar os oposicionistas consequentes num diminuto partido com força para voçiferar mas sem uma ampla sustentação social e política. Ou seja, as brechas que poderão surgir só terão algum sentido se a reorganização partidária favorecer, de uma forma ou de outra, a organização independente dos trabalhadores, quer em seus sindicatos, quer em outros mecanismos.

Mas há limites: nenhum partido de oposição a ser criado poder ser entendido como aquele que, de fato,

# A história se repete?

Embora a história não se repita nunca, a não ser sobre a forma de farsa, é sempre bom lembrar-se dos exemplos históricos ao menos para retirar deles as lições que se fazem necessárias.

Em 1945, apenas para citar um caso, após a queda de Getúlio, novos partidos surgiram no cenário mas logo início do governo de Dutra comícios foram dissolvidos e foram efetuadas várias prisões e o Partido Comunista Brasileiro foi jogado na clandestinidade. E a tudo isto chamou-se de restauração da "democracia

1945: após quase um década de ditadura, a situação política no Brasil começava a se modificar. Com a derrota do nazifascismo, a crise econômico-financeira interna e a própria participação do Brasil na guerra ao lado dos norte-americanos, o autoritarismo foi-se isolando. As palavras democracia e liberdade voltavam ao vocabulário dos comícios políticos; as reivindicações cresciam a favor da anistia e pela reconquista de liberdades democráticas.

O movimento de vários setores contrários ao regime ganha corpo. Já no final de 43, é divulgado o Manifesto dos Mineiros, pedindo o fim do Estado Novo. Surge também a Declaração de Princípios do I Congresso de Escritores, realizado em São Paulo, a favor da redemocratização, de eleições e de uma Constituinte.

Essa realidade obriga o governo de Getúlio a utilizar a tática de "ganhar tempo", adiando a adoção de medidas em face da crise existente. As próprias conjecturas em torno do lançamento da candidatura do general Dutra à Presidência, que se divulga nos corretores da política, faziam parte desta tática.

Enquanto isso, os políticos, sem tomar conheci-

mento das leis que proibiam o funcionamento dos partidos, começavam a se articular em torno de novas agremiações. O fim da ditadura, a maior participação das classes fundamentais, as liberdades democráticas, o fim de todos os atos de exceção (censura, prisões, torturas, etc) eram os pontos mais importantes nestas articulações.

Nos primeiros meses de 45, começavam a aparecer os resultados destes movimentos. Em abril, foi decretada a anistia; dias após, foi legalizado o PCB, que estivera 23 anos na clandestinidade. Além disso, começavam a se formar o PTB, a UDN, o PSD e outros partidos de menor expressão.

O partido trabalhista reunia setores ligados a Getúlio. A maior parte de seus dirigentes pertencia à máquina administrativa do Estado. Eles haviam enriquecido no governo e percebiam que sua permanência no poder só seria possível através de uma ligação com as camadas populares, embora isso significasse fazer algumas concessões. Getúlio foi aclamado seu presidente de honra.

A União Democrática Nacional teve uma formação mais peculiar. Nasceu em São Paulo, entre intelectuais de esquerda que não haviam aderido a Luiz Carlos Prestes, o líder dos comunistas. A maioria dos grupos de oposição ao Estado Novo ingressava na UDN, inclusive os setores da nova burguesia industrial e financeira. Sob um mesmo ponto comum - oposição ao governo de Getúlio e derrubada do autoritarismo -, a UDN passou a se dividir em duas facções opostas: uma de pequena burguesia intelectual, tendendo para a esquerda, e outra de setores de industriais e banqueiros que se sentiam prejudicados em seus projetos pelo governo. Dentro da correlação de forças, estes setores burgueses, apoiados por liberais de classe média, passaram a dominar o novo partido. Sob a bandeira da redemocratização, juntam-se os banqueiros, os grandes industriais, os representantes do capital financeiro internacional e setores da pequena burguesia intelectual de esquerda, tendo como seu candidato à Presidência, o brigadeiro Eduardo Gomes. A parte minoritária fundou, dentro da UDN, a Esquerda Democrática, a chamada Ala Moça. Mais tarde, a Esquerda Democrática abandona a UDN. Uma parte ingressa no PCB, já legalizado, enquanto outra funda o Partido Socialista (PSB).

Por fim, havia o PSD, representando os tradicionais grupos da burguesia agrária, oriundos dos antigos partidos republicanos, e que haviam se aliado aos vitoriosos de 30. Sua área de atuação estava nas administrações estaduais e municipais, apoiando-se no "coronelismo".

Mesmo com as eleições marcadas para dezembro de 45, começaram a surgir dúvidas quanto as intenções de Getúlio em realizar o pleito. A imprensa, que na prática já se libertara da censura do DIP, intensificava a discussão sobre o processo eleitoral. A UDN lançava a palavra-de-ordem de "Todo o poder ao Judiciário", enquanto o PTB e o PCB defendiam a "Constituinte com Getúlio". A diferença básica estava no fato de que estes últimos queriam primeiro a eleição da Constituinte, ficando a escolha do novo presidente para depois da nova Constituição ter sido votada e aprovada. Isto, no fundo, era mais uma manobra do "ganhar tempo" de Getúlio. O PSD mantinha-se na expectativa.

Em outubro, o general Góis Monteiro, ministro da Guerra, impôs a Getúlio a renúncia sem luta, como quase sempre se deram no Brasil, as disputas pelo poder entre as classes dominantes.

O momento não permitia a manutenção do golpe. O Judiciário assumiu o poder, convocando eleições, ganhas pelo general Dutra. Constituinte eleita, Dutra presidente, algumas medidas foram tomadas logo no início de seu governo: comícios foram dissolvidos a bala, mortes, prisões, o PCB fechado, seus deputados cassados. Estava restaurada a "democracia". Neste processo, como bem diz Leônicio Basbaum, "o proletariado, sobretudo depois de 37, foi uma fera enjaulada. Depois de 45, no entanto, já estava domesticada..."

(Bernardo Karan)

Se chega a ser simplista a atitude de quem enxerga as articulações em torno de novos partidos de oposição como uma mera maquinação de velhos políticos populistas ou de uma central colocada a serviço da social-democracia, convém desde já estabelecer os pré-requisitos para a formação desses partidos. Do contrário, a pressa pode levar a erros incorrigíveis e a reorganização partidária pode implicar um retrocesso, em vez de representar uma conquista.

sintetiza a vontade política dos trabalhadores e faz valer sua vontade de ser força dirigente do país. Este dado, ao lado de a reorganização partidária se dar ainda sob a tutela de um regime de exceção, indica desde já o caráter transitório de qualquer partido de oposição novo, que terá a função única e específica de criar uma alternativa institucional para o momento que vamos viver.

Em linguagem mais clara: uma nova agremiação oposicionista deverá, antes de tudo, se colocar num patamar qualitativamente superior ao do MDB. Ou seja, aida que o eixo imediato de seu programa seja a luta pelas liberdades democráticas - que terá de ser redefinida como também o será o próprio campo da oposição - terá que apontar as soluções para os problemas estruturais da sociedade: a superação das contradições insuportáveis do capitalismo.

Dito em outras palavras: para cumprir bem o seu papel, a nova agremiação não poderá servir de joguete para o ressurgimento do populismo, seja este na sua forma tradicional ou em roupagem mais sofisticada. Muito menos ser receptiva a projetos políticos que na chamada democracia ocidental se transformaram numa arma eficaz para a sobrevivência do capitalismo. Para romper o casulo no qual o governo pretende confinar esse tipo de oposição, será necessário dar um caráter popular à nova agremiação. Não apenas no sentido de que ela tenha um "respaldo popular" mas na direção de que as forças populares não sirvam de "massa de manobra" e sejam, efetivamente, sujeitos deste partido, decidindo seus rumos e interferindo nelas.

Engana-se quem pensa ser possível gerar um partido popular nas cadeiras universitárias, em centros de estudo ou em cochichos políticos, sem fazer esforços para a ampla participação de vastas camadas sociais. Isto não condena a priori as articulações prévias em torno da nova agremiação, mas apenas indica o rumo a ser seguido: é ingenuidade acreditar que é possível decidir tudo trancado entre quatro paredes e depois ofertar, numa bandeja, um partido aos trabalhadores.

Dado seu caráter transitório - a ficar demarcado inclusive no seu programa, que deve lutar pela liberdade partidária - e dada sua própria diversidade de pensamento, a nova agremiação deve representar muito mais um movimento do que um partido, tal a diferenciação política que abrigará. Em tais circunstâncias é essencial exigir, desde já, a existência de uma efetiva democracia interna, capaz de viabilizar a convivência e autonomia de suas facções. No caso, não se pode repetir a história do MDB, cujo destino tem sido definido por seus setores mais atrasados.

Se diante das articulações já em marcha é condenável a atitude de quem as enxerga unicamente como obra e graça de velhos populistas ou de uma central vinculada à social-democracia europeia, há que se exigir dos que já optaram pelo pulo do gato que levem em consideração os chamados pré-requisitos. Do contrário, é melhor dobrar a roupa com mais vagar do que correr o risco de, na pressa de fazer a mudança, pegar o bonde errado. (Tibério Canuto)



# A capital da carestia

Nem mesmo o sucesso do Atlético, o clube mais popular da cidade, no Campeonato Nacional, tem conseguido aplacar os azedos resmungos das donas-de-casa da capital mineira diante de uma banca de mercado ou na hora de pagar o aluguel. E há motivos para isto: Belo Horizonte, entre todas as capitais, é a que tem apresentado os maiores índices de custo de vida, a ponto de ameaçar fechar o ano com quase 70% de aumento (perto do dobro do que as autoridades estimam para o Rio), 3,9% em novembro, e 62,3% acumulados até agora, segundo o IPEAD-Belo Horizonte.

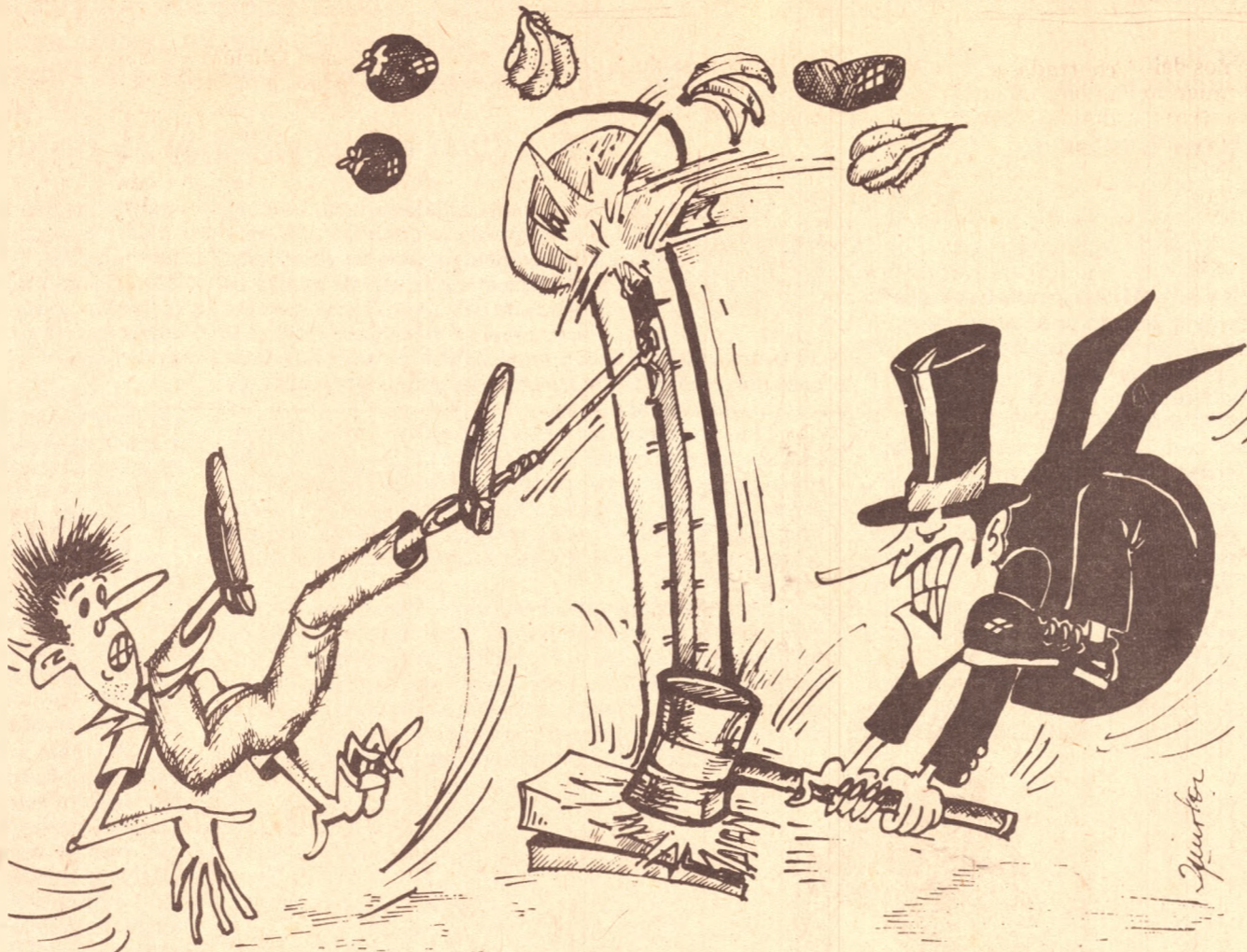
Como no resto do país, um dos fatores que mais têm puxado os preços para o alto são os alimentos, particularmente a carne e os hortifrutigranjeiros. Estes últimos chegaram a merecer da Câmara Municipal uma comissão de inquérito para investigar sua comercialização. O trabalho dos parlamentares, contudo, não foi fácil: em um dos mercados distritais da cidade, por exemplo, a visita dos vereadores foi saudada com uma sonora recepção musical - na verdade, a senha que os feirantes haviam previamente combinado para trocar os preços das tabuletas por outros menores.

A comissão só conseguiu descobrir o que já parecia evidente para todo mundo: parcela do aumento artificial de preços dos hortifrutigranjeiros pode ser creditada aos intermediários, os chamados "atravessadores".

Entretanto, não se pode reduzir o problema à simples existência de "atravessadores perversos" que atuam clandestinamente para aumentar o preço dos alimentos. Os "atravessadores" frequentam reuniões da Associação Comercial e aparecem seguidamente nas colunas sociais. Eles são os grandes atacadistas, isto é, os representantes do grande comércio, que controla não só o comércio de hortifrutigranjeiros, mas o de carne, feijão, móveis e também o de eletrodomésticos e de roupas.

São estes grandes comerciantes - juntamente com banqueiros e industriais - os responsáveis pela maior parte da carestia que assola as cidades como Belo Horizonte, com ramificações pelo resto do Brasil. A

Entre as capitais brasileiras, Belo Horizonte é a que tem apresentado os maiores índices do custo de vida: quase 70% em 1977.



elas se devem, inclusive, as diferenças de preços, às vezes paradoxais, verificadas nas diferentes regiões. Não é por acaso que a manteiga Itambé é vendida no Rio de Janeiro por um preço 30% inferior ao de Belo Horizonte, em cujas vizinhanças ela é produzida.

## O índice, outro grande vilão

Mas esta é só uma parte da história. Resta falar do próprio índice que mede comumente o custo de

vida (ver ao lado). A metodologia de cálculo empregada pela Fundação Getúlio Vargas subestima os resultados reais (de forma a baixar os índices oficiais de custo de vida e da inflação para todo o país), segundo a opinião de vários economistas, como José Viana, da Secretaria da Fazenda de Minas Gerais. Além disso, explica José Viana, "a FGV modifica seus métodos, visando alcançar ajustes irreais no Rio de Janeiro, devido à sua forte influência junto à opinião pública".

Se por um lado os índices acabam

reduzindo artificialmente a alta de preços, por outro os grandes comerciantes, industriais e empresários do setor financeiro, aumentam seus preços com base em custos artificiais, a fim de engordarem seus lucros. E quem sofre as consequências são justamente os trabalhadores.

Estes, com seus salários reajustados por decreto, segundo índices frequentemente manipulados - como o próprio governo reconhece que ocorreu em 1973 -, ainda fazem suas compras, pagando preços cada vez mais caros.

## Custo de Vida

Já se tornou famosa aquela piada do humorista Henfil na qual a empregada doméstica perguntava à patroa carioca por que ela não fazia compras no "supermercado" da Fundação Getúlio Vargas - onde se calculam os índices do custo de vida do Rio de Janeiro, que valem para todo o país.

Humor à parte, não há quem não sinta a curiosidade de saber o real significado do índice do custo de vida, que, para a maioria das pessoas, pode refletir tudo menos o que os bolsos sofrem.

Para facilitar a compreensão do que é o índice, vamos usar um exemplo bastante simplificado de uma cidade imaginária. Suponhamos que os jornais desta cidade publicam que o índice do custo de vida, em dezembro, cresceu 3,97%. Como se chegou a este número?

**Nivelando pelo alto**  
Em primeiro lugar, o órgão que calcula o índice deve ter em mãos uma pesquisa de orçamentos familiares, isto é, um levantamento de como as famílias gastam o seu dinheiro. Como, é claro, as famílias gastam de modo diferente, é preciso escolher uma que represente todas de alguma maneira. A solução, precária sem dúvida, é imaginar que a família com a renda familiar média retrate bem como o conjunto delas efetua seus gastos (tabela abaixo).

Mercadorias e Serviços	% dos gastos	variações dos preços (%)
Alimentação	42	5
Vestuário	5	3
Habitação	14	4
Art. residenciais	11	2
Saúde	4	2
Serv. pessoais	14	4
Serv. públicos	10	3

Em segundo lugar, deve ser também realizado um levantamento mensal dos preços das mercadorias e serviços consumidos pelas famílias para que se possa calcular as suas variações. No exemplo da tabela, os serviços e mercadorias estão agregados em grandes grupos como alimentação, vestuário etc. Bem, 3,97% é justamente a média das variações dos preços ponderados pelos seus pesos no or-

camento familiar.

Esta ingênua aritmética na verdade esconde armadilhas incriveis. Como já foi dito, as famílias gastam sua renda de maneira diferente. Uma pesquisa realizada em São Paulo mostra que as que ganham até seis salários mínimos por mês gastam 41% com alimentação; já as com renda acima de 20 salários mínimos gastam somente 16% de sua renda com esse item. Como sucede frequentemente, os preços dos alimentos estão entre os que têm crescido mais. Temos, então, que o custo de vida vai ser muito maior para as famílias de baixa renda. Esta mesma pesquisa revela que se em São Paulo só os alimentos tivessem subido 5% em um mês, o custo de vida para toda população seria de 1,45%, ao passo que para as famílias com renda mensal inferior, seria de 2,05%, e para as ricas, de 0,80%. Os índices, portanto, para serem mais reais deveriam ser calculados por grupos de renda.

**A grande sacada**  
Mas não é este o único problema. No caso do levantamento de preços, é fundamental que fique bastante claro onde e quais mercadorias terão seus preços pesquisados. Se forem considerados somente os supermercados filiados à CADEP (órgão da SUNAB), como geralmente acontece, o levantamento será precário. Isto porque os preços da CADEP são controlados e tabelados e, assim, não oscilam como em outros lugares.

O mais grave, entretanto, é que as mercadorias a serem pesquisadas são escolhidas arbitrariamente e o governo utiliza este recurso com frequência. Recentemente, por sugestão do próprio ministro Simonsen, a Fundação Getúlio Vargas passou a eliminar do cálculo do índice todos os produtos cujos preços subissem mais de 15%, na suposição de que eles seriam substituídos por outros mais baratos.

Impressionante é que um índice utilizado inclusive como referência para reajustes salariais seja tão frágil, passível de manipulação e tão propício para se tecer, através dele, uma cortina que esconda não só a verdadeira realidade da economia mas também os próprios tecnocratas que o elaboram.

## FNM trai acordo e não dá aumento: a luta continua

Os metalúrgicos da Fiat do Rio, antiga FNM, que estiveram em greve durante três dias no início de novembro, adiaram para fevereiro o desfecho da luta por aumento salarial.

O pagamento de dezembro saiu um dia atrasado e a firma italiana não cumpriu a promessa de dar aumentos gerais. Ela alegou dificuldades financeiras e renovou as promessas de aumentos, só que adiando para fevereiro. Os operários, mesmo sabendo serem falsas estas dificuldades, não fizeram nova greve, como estava programado, e aceitaram o prazo da empresa. Mesmo assim, em algumas seções foram feitos protestos e em quase todas os operários enrolaram o tempo entre a hora do pagamento (que saiu às 16) e da saída do turno (que é às 17hs).

Segundo os trabalhadores da fábrica, dois fatos impediram, concretamente que nova greve, mesmo que parcial, fosse levada. O primeiro foi a expectativa em torno da nova eleição para o sindicato. Na FNM, a oposição ganhou disparado a primeira eleição: em algumas seções, quase 90% dos metalúrgicos apoiaram a chapa de Osvaldo Pi-

mentel. De uma certa forma, eles preferiram não misturar as duas lutas e garantir uma segunda vitória, que poderá lhes dar, inclusive, mais respaldo no caso de nova greve.

O segundo fato foi o esparçamento de um operário no último dia da primeira eleição, em 28 de novembro. O clima de violência dentro da fábrica é tal que intimidada a maioria dos operários, e não é a primeira vez que denúncias de esparçamento se tornam públicas. O próprio jornal da oposição denunciou, na coluna "O que vai pelas fábricas", duas agressões dos guardas de segurança contra operários, uma no dia 18 de outubro e outra no dia 21. "Este tipo de coisas", diz o artigo "está se tornando comum na FNM e os operários contam que até tiros já foram dados contra companheiros lá dentro." Se estas denúncias não entram em detalhes, o esparçamento do dia 28 de novembro não tem como ser negado: foi assistido, inclusive, por membros da chapa da situação, porque o incidente ocorreu no portão de saída, em frente à mesa eleitoral. Tudo aconteceu porque o operário, na hora do almoço, foi interceptado de forma grosseira por um

segurança e respondeu à altura. Depois de espancado no portão de saída, foi demitido. Todos estes fatos criaram, dentro da fábrica, às vésperas do pagamento, um clima de tensão e medo.

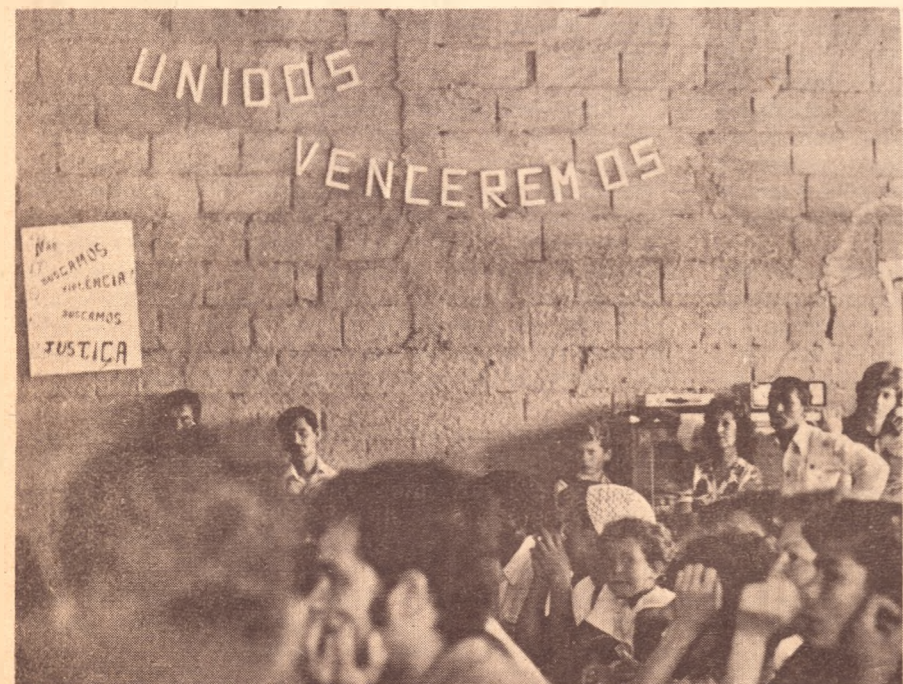
Mesmo assim, algumas seções não aceitaram passivamente a situação e, logo depois do pagamento, quando viram que não sairá o aumento prometido, pararam de trabalhar. Na revisão de automóveis, onde o chefe de seção quis forçar o trabalho na marra, o pessoal reagiu e o expulsou da oficina com barras de ferro. Foi necessário que boa parte da guarda de segurança chegasse para que ele pudesse voltar. Na marcenaria houve uma forma de protesto pouco comum: os operários pararam tudo e sentaram no meio da seção, em frente ao encarregado, e começaram a jogar dominó até a hora da saída. Apesar da rígida disciplina que a fábrica italiana tenta impor aos seus operários, usando inclusive de violência, não houve repressão nos dois casos. Talvez porque ainda esteja testando a resistência deles. Às vezes, manda cacete; às vezes, finge que não vê.



## Loteamentos clandestinos

### Problemas de 5 milhões de pessoas em S. Paulo

Os trabalhadores não moram onde querem: moram onde podem. O crescimento da luta pela legalização dos loteamentos clandestinos em São Paulo mostra que os lotes dotados de toda infra-estrutura de serviços, não são feitos para operários.



Em paróquias, escolas e até mesmo em cozinhas, moradores da periferia de São Paulo fizeram trezentas reuniões de um ano para cá. O assunto era um só: os loteamentos clandestinos onde vive essa gente. Com a presença média de cem pessoas, as reuniões ocorreram principalmente nas zonas Sul e Leste, onde mora a maior parte da população pobre da cidade.

Um cálculo aproximado aponta hoje para a existência de 1 milhão de lotes clandestinos na capital, habitados por mais ou menos 5 milhões de pessoas, 70% da população de São Paulo. São locais sem escolas, parques, postos de saúde ou praças. O loteador, escapando à fiscalização, não reserva 30% da área para a Prefeitura implantar escolas, áreas de lazer e outros benefícios, conforme manda a lei - pelo menos no papel.

Mas essa não é a única irregulari-

dade. Também de acordo com a legislação os lotes não poderiam estar em terrenos acidentados, em encostas de morros ou em vales sujeitos a enchentes. Precisariam ainda ter no mínimo 250 metros quadrados, ruas largas e guias. O que não existe, nos loteamentos clandestinos.

## A briga pela legalização

As imobiliárias garantem às pessoas que procuram lotes baratos que está tudo legalizado, tudo em ordem. A única coisa que exigem é o pagamento pontual das prestações. Muitas vezes, só depois de seis ou sete anos pagando religiosamente as mensalidades, a pessoa vai descobrir que o terreno é clandestino. Quando a notícia se espalha, em pouco tempo descobre-se que todos os lotes também estão naquela situação: O primeiro passo adotado é caracterizar formalmente a ilegalidade, obtendo-se certidões de que o lote não consta nos registros da Prefeitura nem no dos cartórios. O Departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São

Paulo, dá a assistência necessária nesse trabalho, que conta com o apoio da Pastoral da Periferia. Isso é o que muitas vezes ocorre onde há mobilização (calcula-se que, em pelo menos cem loteamentos clandestinos dos 10 mil existentes em São Paulo, o pessoal está tomando algum tipo de providência para a sua legalização).

O passo seguinte, nesses casos, tem sido reunir todas as pessoas interessadas e discutir as medidas a tomar. Há uma série de caminhos a seguir. Às vezes convoca-se o dono da imobiliária para explicar por que não registrou o loteamento e o que pretende fazer para obter o registro reivindicado pelos moradores. Quase sempre o proprietário recusa-se a ir até o bairro ou promete e não vai. Outra alternativa, já usada em alguns casos, é juntar os mais dispostos e ir direto à imobiliária pedir explicações e providências. Esse tipo de protesto tem rendido alguns resultados positivos e alguns problemas. Já houve caso do dono chamar a polícia para "acalmar" moradores "exaltados", numa imobiliária. Em outra ocasião, porém, bastou que os jornais noticiassem uma concentração diante do Fórum para que a imobiliária fosse ao bairro explicar que os moradores não precisavam recorrer à Justiça porque ela própria procuraria regularizar o loteamento.

## A limitação da boa lei

Já que a lei é exigente quanto às condições dos loteamentos, poderia parecer que o problema dos loteamentos clandestinos em São Paulo acabaria, a longo prazo, se houvesse estrito cumprimento da legislação. Mas é apenas uma impressão. Se as imobiliárias fossem reservar áreas para escolas e praças, construir ruas largas e lotes nunca menores que 250 metros quadrados, as prestações ficariam mais caras, pois os proprietários cobriam o valor dessas áreas a todos os compradores. O que não ocorre se a lei for burlada. Economizando todo esse espaço, o dono do terreno pode dividi-lo em maior número de lotes, barateando o preço unitário, chegando naquilo que o morador da periferia pode pagar.

Trocando em miúdos: um lote "dentro da lei" sai no mínimo por 1 milhão de cruzeiros. O clandestino pode ser comprado por, pelo menos, 250 mil cruzeiros, em prestações de 800 a 1.500 cruzeiros. O máximo que comporta a renda média de 3.300 cruzeiros das famílias que moram na Zona Sul, apontada em recente pesquisa da Secretaria dos Negócios Metropolitanos.





-HOJE TEM ESPETÁCULO? TEM SIM SENHOR!  
-HOJE TEM MARMELEADA? TEM SIM SENHOR!

## ...E o ator, o que é?



"É a mesma coisa que você perguntar pra um metalúrgico que trabalha numa grande metalúrgica se, porque ele está produzindo uma máquina importante, ele vai abrir mão do salário dele. Por quê?" Dulce Muniz

"A nossa categoria existe, mesmo não sendo organizada, não sendo politizada, não sendo conscientizada, não tendo coesão. Em momentos de crise a gente se une, em momentos em que companheiros ou peças são reprimidos a gente se une e consegue levar pra frente as reivindicações e exigir determinadas coisas." (1) "Aos trancos e barrancos, com grandes dificuldades, com problemas de cisão. Mas eu acho que, sempre em momentos que problemas graves se configuraram, ela sempre conseguiu, através de assembléias, tumultuadas ou não, tomar uma decisão coesa. E, neste momento, existem comunidades de autores, empresários, atores, etc. Quando existe um momento grave que atinge a nação, um problema realmente em que a gente tem que se manifestar enquanto intelectual, enquanto pessoas que trabalham dentro do campo da comunicação, aí ela existe." (2) "O que existe é uma mística de classe teatral, a partir de que o pessoal de teatro, pela característica do seu trabalho, trabalhar com um trabalhar com outro, acaba formando um ambiente de certa amizade. E como não é muita gente, não é como uma Volkswagen do Brasil, então o pessoal conhece todo mundo e cria um círculo de amizades, de informações. O que é importante a nível do pessoal se conhecer mais, saber o que o outro está fazendo. Como classe, como categoria social, não existe. Como agrupamento de pessoas, sim. Inclusive extrapola, pois ao mesmo tempo você poderia falar numa classe circense, um pessoal que toda segunda e terça-feira se encontra no Bar Ponto Chic. Obrigados pela dinâmica de procura de emprego eles têm de se encontrar, discutir seus problemas. A característica de trabalho faz com que as pessoas se juntem, mas isto não tem dinâmica nenhuma." (3) "A 'classe teatral' é um apelido megalômano que os artistas de teatro se deram. O que existe são trabalhadores em diversões públicas." (4)

### Os elementos da "classe"

"No Brasil a gente brinca de ator e de empresário. Na verdade, não existe um empresário forte. Você pode contar dois ou três empresários que são firmas, empresas muito fortes. Em geral, o que existe são atores que arriscam a pele levantando dinheiro em banco e se juntando a outros pra fazer um tipo de produção, ora deixam de ser produtores e passam a ser empregados de outras firmas porque não podem mais ser produtores. Este ano eu sou empresário; agora, no ano que vem, eu sou empregado da Globo, da Tupi, da Difusão. Esta confusão toda está exatamente em que o teatro não está suficientemente desenvolvido pra gente dizer: 'Isto é empresário, isto aqui não é'. A gente por enquanto brinca um pouco." (2) "Nos últimos anos, multiplicaram-se os atores-empresários. Mas alguns são mais atores do que empresários e outros mais empresários que atores. Por exemplo, ninguém iria apontar a Ruth Escobar para presidente do nosso sindicato, pois ela é, claramente, uma empresária bem-sucedida, embora seja também uma atriz." (5) "O ator, a atriz, o técnico, às vezes se vê impossibilitado, pela restrição do mercado de trabalho, de exercer sua profissão; então, ele se junta com mais um, com mais dois e forma uma pequena companhia que vai fazer espetáculos pequenos a nível econômico. Portanto, esta coisa é muito confusa, pois o ator vira empresário na medida em que ele não tem mercado de trabalho. Eu particularmente tenho uma firma, eu também sou uma empresária, produzo teatro infantil, mas eu sou uma atriz que defende os interesses dos empregados. Nossa categoria é muito específica, ela não tem regulamentação, ela não tem nada. Então fazemos cooperativas, pequenas empresas, não tem como dissociar isto. Enquanto a gente não tiver um mercado de trabalho, enquanto a nossa profissão não for regulamentada, não vamos ter jeito de separar empresários e empregados. Nós já temos grandes empresários, capitalistas, que são donos de indústrias e que, de repente, passam a investir no teatro. Este empresário deve ser impedido de entrar no nosso sindicato, porque este faz teatro com fim lucrativo. Não é o caso de atrizes, de atores que se unem para poder exercer sua profissão. Quando nós formamos nossas pequenas companhias, nossas cooperativas, não estamos visando o lucro, estamos apenas querendo exercer nossa profissão, querendo falar as coisas que a gente acha que pode falar, não no sentido do que é permitido. Mas as coisas que a gente gostaria de dizer, enfim, a nossa posição diante da vida, diante dos problemas sociais, dos problemas políticos, diante de tudo que envolve o ser humano." (1) "Na década de 60 não existiam grandes produtores, existiam grupos, produtores esporádicos. O grande produtor, o médico produtor são coisas do

O cinema americano por certo nos deixou uma lição inesquecível: índio quando fuma cachimbo da paz é porque se ferrou. A imagem, a baba passando de boca em boca e selando a "união dos contrários". O que aconteceu depois, pouco índio sobrou pra contar ou o próprio cinema americano já está se encarregando de fazer. A lição talvez nos caiba porque se não somos babadores de cachimbos, temos as nossas geléias.

Getúlio Vargas que o diga. As nossas geléias têm muitos nomes, o que só serve pra aumentar a confusão. Podem ser en-

contradas com o nome mais conhecido de união, ou extrato de classes, colaboração, diálogo, pacto, confraternização e daí por diante.

O mais engraçado ou trágico é que esta geléia jamais foi provada por seus garotos-propagandas, mas saboreada por quem está por cima. A geléia acaba sendo uma figura mitológica, mas eficaz, pois sua existência vive a mascarar contradições de toda a espécie.

O teatro brasileiro teria também a sua receita de geléia? (Por exemplo: coloque

uma pitada de produtores, adicione em seguida uma massa de atores e técnicos. Separe com cuidado as diferenças e mexa bem. Unte uma forma com verbas do SNT e jogue dentro a mistura). Esta, por certo, é uma receita simplista que esconde toda uma dinâmica onde trabalhadores do palco e o empresário tendem cada vez mais a definir os seus papéis, mas por certo é uma receita não muito distante da fraternidade populista do passado, o melão da geléia que, como se constata agora, só serviu para mascarar a concretude das possibilidades dialéticas do palco brasileiro.

Ser ou não Ser...



Que adianta chorar sob o pretexto de que o óleo nunca consegue se misturar com a água? Isso não vale nem mesmo uma lágrima inútil. Chegou o tempo dos teus criados te virarem as costas. Quando cada um for o seu.

Bertold Brecht

começo da década de 70. Têm muito a ver com esta política que o SNT vem tendo de fortalecimento do produtor. Então começou a existir a opção do cara ser produtor, onde ele entra porque não tem outra opção. Se você perguntasse a uma série de pessoas, elas prefeririam ser empregadas, de uma companhia. Você vai encontrar dentro do sindicato talvez uns dez ou quinze produtores que na verdade são atores, foram atores a vida inteira e, então, tentam ter uma saída para montar aquela peça que gostariam." (3)

### "Seria bom um sindicato só de trabalhadores. Mas..."

"No sindicato não existem grandes produtores, existem pequenos produtores que mais são atores. É uma dinâmica de briga, até 73-74 o sistema não estava em crise e dava possibilidade de se ter um capital e montar aquilo que você quisesse. Este caminho começa a ser negado porque os médios produtores estão começando a entrar em crise. Estes pequenos produtores, estes atores que viam como perspectiva ser produtores, ascender socialmente, estão vendo seus sonhos serem bloqueados. Até agora a prática sindical do Sindicato dos Atores não colaborou para que houvesse choques entre os interesses dos trabalhadores de teatro e dos pequenos empresários. Pois antes a prática do sindicato não era uma prática nem do pequeno produtor, mas do grande produtor. Na medida em que quem estava lá não era um, mas vários pelegos, bem respaldados, defendendo interesses que não eram dos empregados. Só quando a gente tiver uma prática que favoreça o trabalhador de teatro, aí vamos poder verificar se estes dez ou quinze pequenos produtores vão estar favoráveis aos empregados ou aos produtores, qual será a consciência de classe que eles vão ter. De qualquer maneira, seria bom um sindicato só de trabalhadores. Mas a gente precisa estar consciente de que não estamos na Volkswagen do Brasil; isto aqui é um setor de classe média. O que a gente teria que fazer seria uma política traçada de cooperativas, chamar as pessoas a se cooperativar, tanto os pequenos produtores como os atores desempregados, para que eles façam seus próprios empreendimentos centralizados com o sindicato. O sindicato lançaria uma política de empregos, não uma política de apoio ao pequeno produtor. Quer dizer, também uma política de apoio aos pequenos produtores indiretamente: se eles querem mais verbas do governo, não tem por que não apoiá-los, pois

isto interessa à gente também. Neste processo da classe, retomando o seu sindicato, a gente não pode esquecer que até agora os pequenos produtores não foram empecilho ou tiveram política atrasada em relação ao setor. Não podemos esquecer que eles estão muito perto da gente, principalmente nesta época de crise." (3) "Só existe no momento uma luta comum entre produtores e trabalhadores: a luta contra a censura." (4) "O ator é diretamente um assalariado produzindo mais-valia, e o diretor às vezes um assalariado, na maior parte do tempo porém associado a um produtor. Mas tais empresas, nas condições brasileiras, são extremamente frágeis, sempre na dependência de dotações e privilégios oficiais, de sorte que todos se sentem à margem do sistema, usufruindo suas migalhas, desenvolvendo uma consciência que, se é crítica, tende

contudo à utopia. O artista ora sonha com o teatro popular, a casa cheia de gente dialogando fraternalmente sobre questões políticas ou da vida cotidiana; ora vem a público contar suas mazelas; ora caminha para trás numa tentativa de destruir o próprio teatro e chegar a um ponto zero de consciência, de onde fosse possível recomeçar tudo de novo. Os atores, assalariados eventuais, e diretores e produtores, capitalistas de ocasião, todos estão sempre imaginando um sistema em que pudessem se inserir de uma forma mais contínua. Daí um certo fascínio pela integração comunitária ou da viagem da descoberta, num nítido salto para assuntos caros à cultura oficial. (...) A visão de mundo do homem de teatro no Brasil no máximo contrapõe às misérias deste mundo a utopia de um socialismo abstrato, porque não encara a crítica das

## Nas ruas, o começo.

"Companheiros circenses! Alertamos que a nossa chapa, a chapa nº 2, tem real conhecimento dos problemas e condições da classe circense."

O que explicaria um comunicado especial da chapa 2 ao pessoal de circo se as propostas dirigidas a eles pelas duas chapas concorrentes são idênticas!

O apelo lançado pela chapa identificada com as últimas gestões do Sindicato dos Artistas e Técnicos de São Paulo, em meio a um processo eleitoral que teve assinaturas de papel em branco, protestos, de duração, noite de vigília para impedir o sequestro de votos e a oposição vitoriosa no final, é um apelo que diz muito da história do sindicato. Criado em 1934, sua principal base de apoio, a única até bem pouco tempo, eram os artistas de circo, atrizes do teatro de revista e técnicos. Uma base um tanto ou quanto fluida. O pessoal de circo não parava em lugar nenhum, as streepers muitas vezes nem se consideravam uma profissão. De qualquer forma, mesmo para os técnicos que mantinham um vínculo mais permanente com a vida sindical, essa massa semimarginalizada, quase sempre sem garantia trabalhista alguma, se via obrigada a buscar no sindicato o assistencialismo. Assim se mantiveram os pelegos por bom tempo: graças às características de sua clientela, reforçando a fragmentação já existente. Mas nem nisto tiveram êxito. O esvaziamento do sindicato - nas penúltimas eleições votaram 70 de 800 associados - deveu-se fundamentalmente ao êxodo dessas antigas bases descontentes e desiludidas com a incapacidade dele cumprir sequer as funções assistencialistas.

Quanto aos atores, apesar de um passado de muitas lutas, sempre realizaram suas

manifestações à margem do sindicato. Só recentemente passaram a ser o peso dominante no sindicato e essa mudança foi acompanhada de algumas tentativas de dinamizar a vida sindical. Em 71 surge a Tendência Sindical Arte Livre, com propostas de democratização do sindicato. Este embrião de oposição sobreviveu o tempo justo do secretário José Antônio Gomes Maranhão" denunciar seus membros à Delegacia Regional do Trabalho usando um documento distraidamente assinado pelo presidente Juca de Oliveira. Como se vê, a história se repete.

Só que desta vez como farsa. Afinal, 77 não é 71. E o ano da retomada de lutas em vários setores sociais, em que a pequena-burguesia trabalhadora tem um destaque especial. Isto talvez explique a guinada que dá o sindicato, passando de uma diretoria "especializada" em delações para outra, a chapa Urdimento, bastante radicalizada a ponto de propor a autonomia sindical. Uma diretoria de sindicato que, em última análise, briga contra a estrutura sindical. Esta radicalização, porém, vem mesclada com uma série de indefinições e mesmo contradições. É o caso de um dos itens da sua plataforma, que reivindica a preservação dos cargos do sindicato junto a órgãos governamentais como a CET e a EMBRAFILME, incompatível com a visão mais geral que parece predominar na chapa. Porém, esta ausência de uma maior consolidação programática não é surpreendente se lembrarmos como se formou este movimento. O núcleo de Urdimento nasce em abril composto de velhos e novos sindicalistas. Os meses seguintes, de mobilizações, manifestações de rua, tem o efeito de produzir um reencontro da categoria, numa luta que

"A gente já esteve no auge da luta por liberdades democráticas, contra a censura; prendem artistas, a gente sai na luta; agora, a luta pela regulamentação da profissão." Robson C. Camargo

atuais estruturas de poder e os caminhos de sua superação." (6)

### Salário baixo, nem receber se fôr preciso

"O artista em geral, o cara que faz o cenário, o diretor, o ator, são a parte mais intelectualizada. O técnico, o cenotécnico, o boom-man, a costureira, se aproximam mais do setor proletariado. A parte intelectualizada tem muitos desvios; por exemplo, este pessoal é capaz de reivindicar um salário alto para trabalhar numa Cinderela do Petróleo de conteúdo bem burgês, e, pelo contrário, aceitar um salário baixo e em muitos casos nem receber porque é uma peça do Brecht, do Boal. Eles esquecem que o produtor está ganhando do mesmo jeito. Mas isto faz parte da consciência atrasada da classe. A gente já esteve no auge da luta pelas liberdades democráticas, contra a censura; prendem artistas, a gente sai na luta; agora, a luta pela regulamentação da profissão: a primeira vez que nós nos movimentamos foi no ano passado. Lutas específicas, só agora os atores começam a ter uma tomada de consciência de seus problemas, enquanto trabalhadores. Só agora estão sendo deixadas de lado as concessões intelectuais. Concessão intelectual, coisa que não acontece com o técnico, com a costureira. Se você não pagar a costureira quando ela te entrega o vestido, você não faz a peça. No caso do artista é o contrário. Inclusive o produtor, quando fala em produção, pensa primeira em pagar o teatro, pagar tudo e não conta que produção é pagar também o artista" (3). "Eu tenho uma visão muito pessoal a respeito disto. Eu acho que você só pode abrir mão de seus direitos trabalhistas quando você é dono de seu trabalho. Quando você está levando uma proposta. Agora, quando você está trabalhando para um empresário, não pode abrir mão disto, mesmo que seja a peça que for, tipo Gota d'água, que eu acho um espetáculo bom. Mas as pessoas vão estar trabalhando com grandes empresários e eles estão ganhando muito dinheiro. Em nome de que eu vou aceitar 1.000 cruzeiros, se o empresário fatura 3 bi por mês? Isto é um desrespeito à profissão. E a mesma coisa que você perguntar pra um metalúrgico que trabalha numa grande metalúrgica, se porque ele está produzindo uma máquina importante, ele vai abrir mão do salário dele. Por quê? O cara que colhe o arroz, está colhendo pras pessoas comerem. Por causa disto ele vai abrir mão do salário dele?" (1)

Paulo Nassar

Notas

- (1) Dulce Muniz - atriz e empresária teatral - chapa Urdimento, vencedora nas eleições na gestão de 1978.
- (2) Renato Borgh - ator e empresário - chapa Urdimento.
- (3) Robson C. Camargo - diretor - chapa Urdimento.
- (4) Cláudio Mamberti - chapa Urdimento - ator. Entrevista concedida a Maria Luiza Santos.
- (5) Declaração de atores - Folha de S. Paulo, 3/11/77.
- (6) Em "O contexto e os intelectuais", José Arthur Giannotti, artigo escrito para a revista Argumento, nº 4.

é comum a ela e outros setores. Episódios como a participação dos atores em passeatas, o protesto contra a prisão de alguns deles franqueando os teatros ao público na noite seguinte, os manifestos por liberdades democráticas foram repondo um sentido de unidade entre os atores. Ao mesmo tempo em que davam impulso a categoria como um conjunto, nutriam a própria chapa amadurecendo as suas posições.

Assim, quando Urdimento se formaliza como chapa numa madrugada de julho num teatro de São Paulo, reunindo cerca de 150 pessoas, seu programa já está delineado e parcialmente testado no processo que vinha se desenrolando. A adesão que vai receber daí em diante é menos como frente eleitoral que como um grupo que se revelava como uma alternativa de anarriação, de condução mesmo da disposição de luta presente entre os artistas. Ao levantar, na plataforma, a bandeira da independência sindical, Urdimento está exatamente dando continuidade, em outro nível, ao conteúdo das manifestações levadas à frente pela categoria, que foram essencialmente políticas.

É preciso lembrar que a chapa vence por uma margem de trinta votos apenas. E que as condições especiais em que atuou, num período de relativa efervescência política e em torno de questões mais gerais, como luta pelas liberdades democráticas e contra a censura, podem ter relegado para um segundo plano as possíveis divergências internas da chapa. E é quase desnecessário acrescentar que a permanência e aprofundamento de posições avançadas no interior do grupo dependiam fundamentalmente de ele levar avante o estreitamento com as bases. Só assim, inclusive, é possível arriscar a construção de um sindicalismo independente. De qualquer forma, nestes sete meses houve mais assembléias do que nos últimos nove anos.

Martília Maria



# Encurraladas

"No lugar em que trabalho agora, uma escola na boca de uma favela na Zona Norte, o ídolo da criança é o marginal."

"Uma das maiores violências da História brasileira é a violência de ocultar a violência. O arquétipo político que caracteriza o brasileiro como povo cordial, conciliador, com um jeitoinho para tudo, é uma forma de ocultar historicamente os conflitos e com isso garantir a reprodução das relações de dominação e exploração." (Gizlene Neder, professora de História da PUC/Rio, autora de uma tese sobre o assunto em depoimento ao *Jornal do Brasil*, em 17/11/77)

As professoras primárias do Rio de Janeiro estão proibidas de dar entrevistas. Assim, o Estado procura ocultar suas péssimas condições de vida e de trabalho. Mais que isso, tapando a boca das professoras esperam esconder a violência que elas presenciaram em seu dia-a-dia, tanto nos trens que as conduzem à zona rural como nas favelas onde se situa grande parte das escolas da rede oficial e nos conjuntos habitacionais onde nem as assistentes sociais têm coragem de entrar. Uma violência que reflete uma extrema desigualdade social. E que não é um fato isolado. Como afirma o professor Gisálcio Serqueira Filho, no momento representando o Brasil num seminário sobre violência que se realiza na Europa, ela "faz parte de um sistema estabelecido, parte de uma engrenagem social que se manifesta sob diversas formas na América Latina: a violência econômica, política, social, ideológica e afetiva".

Furando o bloqueio que lhe é imposto, uma professora carioca dá a **EM TEMPO** um depoimento-desabafo. Por motivos óbvios, sem identificar-se.

"Para chegar à Zona Oeste do Rio, a professora pega um trem. E nesse trem que viajam também os pais dos alunos. Bom, você não imagina o que acontece nesse trem. Aquela peça O Último Carro não mostrou um milésimo da carga com que os operários chegam ao trabalho e voltam para casa, todo santo dia. Às 6 horas da manhã e da tarde o povo sai e entra no trem pelas janelas, é uma loucura. Às vezes você só consegue saltar na estação seguinte, não naquela em que queria descer. Os ladrões ficam nas portas, esperam o trem começar a andar, puxam os relógios dos mais distraídos e pulam fora. Quando um operário pega um ladrão desses, todos os outros caem em cima dele e o espancam como se aquele fosse o cara que o roubou na semana passada. As mulheres são apalpadadas e não reclamam porque senão apanham. O "rapa" corre atrás dos baleiros, a gente esconde as balas nas nossas bolsas. Esses garotos ficam passando de um trem para outro, para vender balas.

Um dia meu trem estava parado quando comecei a ouvir berros. Olhei para a outra plataforma e vi o pavor estampado no rosto das pessoas. Gritavam e chegavam para trás, como se um trem fosse passar por cima delas. E que um garotinho desses que vendem balas estava atravessando a linha quando veio vindo um trem. Acho que dava tempo dele correr, mas parece que o garoto ficou paralisado quando viu a máquina vindo na direção dele. O maquinista do nosso trem correu, para a gente não ver a pasta que sobrou, mas as pessoas do último carro vieram. Não existe peça ou filme que consiga reproduzir os gritos, o pavor. O trem é uma vida e se a professora não agüenta ela pede exoneração."

Centenas de pessoas apedrejaram ontem de manhã a estação de Costa Barros, por causa do atraso de 20 minutos de dois trens de passageiros. Durante o tumulto, que durou 10 minutos, o grupo de segurança da Rede Ferroviária dispersou a multidão a tiros e prendeu dois rapazes acusados de terem iniciado o apedrejamento. Um passageiro foi ferido no

braço, dentro de um dos trens. Vidros, portas, janelas e o telhado da estação foram parcialmente destruídos, além de uma caixa d'água, sinais ferroviários e dois faróis de uma das composições. (O Globo, 30/6/77)

## Cidade do aço

"Bom, aí você chega a Santa Cruz. Essa área antes era de agricultores e agora está cheia de conjuntos habitacionais formados pelo pessoal que foi removido das favelas da zona urbana, que assaltam os próprios moradores. Nem as assistentes sociais têm coragem de entrar lá. Você vê o medo incrível que as crianças da zona rural têm dos que vêm das favelas. Vila Paciência, onde eu trabalhei, é conhecida como 'Cidade do aço'. Perguntei a um aluno por que este nome. 'Por causa dos revólveres, professora'. Todo mundo anda armado. Um dia três assaltantes entraram num ônibus, nesta região, e apontaram revólveres para os passageiros. Foram fuzilados. Porque todos os passageiros estavam armados. O motorista só teve o trabalho de largar os 'presuntos' na estrada.

Os assaltos são comuns, inclusive às crianças que saem das escolas. É violência o tempo todo, pai de aluno brigando de foice e porrete na porta da escola, estupros. Um aluno meu, de 7 anos, uma criança levada, normal, foi estuprado. Ficou meio débil mental, não aprendia a ler e escrever. Tem alunos que passaram pela Funabem (N. da R.: Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor). Dificilmente a professora sabe quem são estes alunos, porque ninguém avisa. Geralmente só descobre quando é xingada dos piores nomes, geralmente para forçar a professora a agredi-los. Quando conseguem, dizem: 'Agora que senhora me marcou vou dar queixa à autoridade'. Porque a professora briga, não tem jeito. Eles te provocam até você se ataca, se embolar com eles.

Em uma escola da Vila Kennedy, havia uma turma que ninguém queria pegar. Ninguém entrava lá por segurança própria. Um colega meu topou ensinar a esta turma. Impôs condição de que ninguém entrasse lá além dele e fez uma espécie de permuta com os alunos. Aprendeu com os garotos a lutar capoeira, a usar navalha, a roubar. Em troca eles aprenderam a ler e escrever e no final já estavam lendo até poesias de Manuel Bandeira."



A Escola Estadual 5 de Julho, em Madureira, foi arrombada e saqueada. Os assaltantes, que a polícia acredita que sejam jovens, roubaram pouco e destruíram muito. Rasgaram livros e documentação, cortaram os fios dos telefones, destruíram a biblioteca, escreveram palavras nas paredes, espalharam o material de merenda e mataram os peixes do aquário. Depois, trocaram de roupa e saíram uniformizados. (O Globo, 13/8/77)

O prefeito do Rio informou à Câmara dos Vereadores que já recebeu, este ano, 145 comunicados oficiais sobre assaltos e roubos na área das 789 escolas da rede oficial de 1º grau. A recordista é a Escola Villa-Lobos, em Padre Miguel, com sete assaltos até julho deste ano. (O Globo, 10/11/77)

## Pária do Estado

"Agora você imagina uma garota de 17, 18 anos, que sai de sua família certinha e a mamãe faz mingau, que estudou na Escola Normal e aprendeu a trabalhar com crianças bonitinhas, lavadinhas, e vai trabalhar aí, com salários ridículos. Porque só são contadas as quatro horas de aula. Ninguém conta as duas horas de ida, as duas de volta e as quatro de preparo de aula. Essa professora ganha Cr\$ 1.700 brutos. Nós dizemos que a professora é pária do Estado, porque todo mundo pisa nela. O aluno, o pai do aluno, a diretora, o secretário. Agora que a caixa escolar não é mais obrigatória, a gente tem que fazer vaquinha para comprar material, e o nosso dinheiro vai embora. Porque o nível intelectual das professoras está caindo? Se os salários baixam, os melhores fogem. Se melhorar o nível salarial, resolve-se o problema das professoras, mas o problema das crianças não vai acabar nunca, porque para isso o Estado precisa acabar com o problema dos pais das crianças.

No início a professora dá aulas maravilhosas, mas depois começa a ver que não adianta, que sua vida se resume ao idealismo, porque dinheiro que é bom ela não vê. Desacreditada do que faz, fica com raiva de ter feito e desiste. A professora recém-formada, se vê um aluno chorando, vai conversar com ele, chama seus pais. Quatro anos depois, na mesma situação, ela diz: 'Não fica triste não, meu filho, isso é assim mesmo'. Não quer se envolver, é uma defesa dela."

No município do Rio há 3 mil professores, de 1º grau, de licenciatura. E de mil o déficit de professores primários e de nível médio no Rio. Cinquenta por cento dos que terminam o curso normal não pretendem lecionar. Mais de mil professores do Estado ocupam cargo burocrático e não dão aula. Foram demitidos da rede particular, este ano, 1.600 professores de 1º e 2º graus. A evasão no magistério oficial ainda é acentuada: mais de trezentos deixaram a profissão até agora. (O Globo, 16/10/77)

## Que fome é essa?

"Nestas escolas, a comida estragada tem que ser enterrada, porque senão as crianças comem. E esse 'enterro' tem que ser feito com testemunhas. Mas tem uma contradição incrível porque, ao mesmo tempo em que comeriam a comida estragada, os alunos parece que têm raiva da comida que é servida. Pedem dois pratos e jogam um fora. A gente fica revoltada. Outro dia jogaram futebol com os bolinhos que foram ser-

vidos. Não dá para entender que diabo de fome é essa. Quem eles estão querendo agredir? O Estado? A professora?

"Numa escola vizinha à nossa, em Santa Cruz, assaltaram a despensa onde ficam guardados os alimentos que são servidos às crianças. Isso é muito comum lá. Eles levaram o que podiam, o que não ia se estragar. O resto, ovos e leite principalmente, destruíram. Jogaram os ovos nas paredes, derramaram o leite no chão e pisaram junto com farinha. Os professores ficaram três dias sem dar aula para limpar a escola, parede, chão, vidros, eles destruíram tudo. E no dia seguinte eram os filhos desses caras que iam ficar sem comer".

Pedaços de ratos e insetos, fios de piaçava, pedras e alimentos estragados foram algumas das irregularidades encontradas na merenda distribuída nas 789 escolas do 1º grau do Rio, segundo denúncia do vereador Romualdo Carrasco. Ele sustenta ainda que, apesar dos alunos técnicos do Instituto Annes Dias terem considerado "impróprio para o consumo" grande parte dos alimentos submetidos à análise de laboratório, "mesmo assim muitos dos gêneros contaminados ainda não foram retirados das escolas". (O Globo, 13/8/77)

## Sem anestesia

"No lugar em que trabalho agora, uma escola na boca de uma favela na Zona Norte, a situação é diferente. Em termos de agressividade é muito pior. Ali, o ídolo da criança é o marginal. Ele anda, fala e olha você como um marginal e você treme de cima a baixo. De vez em quando desaparece um. Dois alunos meus estão desaparecidos e a gente sabe o que houve. Estavam assaltando em bandos. Um grupo atirou num senhor, mas ele não morreu. Então enterraram ele vivo.

"Não dá para ver se entram na escola com canivete, gilete ou faca. Nessa escola, outro dia, um garoto de 13 anos partiu para outro com uma faca. Ia atingir a barriga e, para se defender, o outro segurou a faca com a mão. Ficou todo cortado. Levei o garoto ferido para o hospital e o médico deu os pontos na mão dele sem anestesia. Eu não sabia se segurava o garoto, que gritava e esperneava, ou se brigava com o médico. Se eu soubesse o nome desse médico eu denunciava. Eu quase desmaiei.

"O pai do garoto que esfaqueou o outro foi lá na escola. Disse que o filho é ótimo em casa, não responde. Isso é verdade, mas só o olhar dele me faz morrer de medo. Esse menino vai ser um ídolo na favela. O pai veio pedir a transferência do filho para outra escola porque, com seu comportamento, está chamando a atenção sobre a favela e os marginais locais o ameaçaram de morte.

"E como morre criança! Um aluno meu, em Santa Cruz, faltou durante muito tempo porque havia sido acidentado. Ficou com a perna presa na porta de um ônibus e foi arrastado quase dois quarteirões. Ele se curou e voltou à escola, mas algum tempo depois desapareceu de novo. Fui à casa dele e soube que tinha morrido um irmãozinho dele: 'Caiu na fossa, tia, e morreu afogado'. (N. da R.: A maioria dos conjuntos habitacionais, loteamentos e favelas do Rio não têm redes de esgoto, e sim valas ou fossas.) Eu disse que ele precisava se benzer, e a resposta foi esta: 'Que nada, no ano passado morreu outro. Pobre morreu muito, tia'.

Antonio José Mendes  
Margarida Auran

Esporte?

## Os cães passam...

"... E o capital nos apanha das maneiras mais diversas. Por isso, será tolice moralista nos limitarmos a esbravejar como heróis do povo, contra aqueles que foram cooptados. O problema não é pessoal, sequer ético. É estrutural..."\*

As recentes declarações de Pelé (principalmente na Câmara dos Deputados), considerando o povo brasileiro pouco interessado em política, despreparado para a escolha dos seus dirigentes e levado a votar pela amizade e não pelo mérito do candidato ("Voto direto é o que todo mundo quer, mas é preciso muita consciência", disse ele), provocaram um grande murmúrio na imprensa em geral. Por essas e outras (declarações), o ex-jogador de futebol foi fortemente atacado pelos "pontas-de-lança" dos vários setores (da sociedade).

O vereador Almir Guimarães, do MDB, chamou-o de "alienígena e defensor das multinacionais"; Glauber Rocha, por sua vez, afirmou que "Pelé é um garoto-propaganda nas mãos dos mercenários multinacionais... o que é mais uma prova do nosso colonialismo cultural".

O ataque que mereceu um maior destaque pela imprensa foi o lamentado do deputado Edson Khair, do MDB carioca: "É triste que um homem que saiu das camadas mais humildes da população brasileira venha agora, depois de rico, renegar o povo que aplaudiu seu sucesso".

Ora, estes lamentos mais parecem história de marido desiludido ao saber o estado de impureza de sua esposa, ou, o que é mais grave, estamos entrando no jogo pelo flanco direito.

O empresário e mito E.A.N. (por enquanto), pondo suas mangas de fora, está certamente e antes de mais nada executando as jogadas que a tática determina.

O espetáculo tem mais jogadores do que se pensa. Muitos subiram e desempenham suas funções (de acordo com o momento). São bem duros na jogada, pois este é o esquema tático. Os que estão por baixo, ou melhor, a retrans, agüentam o pau - e os de cima faturam os gols. Querem nos convencer que é um time só, mas são bem distintos. Basta observar.

Neste sistema, são necessários técnicos rígidos, jogadores de ataque fortes e dispostos, e a relação entre a turma da retrans e ataque é: a primeira agüenta e a segunda leva os trunfos.



Vejamos: o esquema tático está montado. Precisa-se de jogadores para fazer o jogo. Tem-se os técnicos ou técnicos-jogadores na tal linha de frente, só que aí o requisito é ser coerente, rígido, com interesses bem definidos e hábil o suficiente para perceber o grau de insatisfação da retrans. Portanto, qualquer um pode estar neste sistema.

Analisemos por partes. Pelé, por jogar no ataque, logicamente tem que cumprir com as funções que os objetivos lhe impõem. Ele não é o primeiro que está nesta jogada. É apenas mais um; só que os que jogam no ataque sempre reclamam da retrans. Afirma que ela não tem nível nem consciência; só faz besteira; joga muito duro para seu gosto e etcétera. Isto é até "natural", pois retrans e ataque nunca se deram bem.

O nosso ex-nº 10 está apenas fazendo o seu jogo; se lamentamos é um lamentado técnico, ou melhor, moralista, o que é lamentável. Pelé, devido a seu curriculum e fortuna, é homem da ofensiva e utiliza os meios que o esquema tático lhe proporciona. Senão a retrans avança.

Para um comentarista, não deveria interessar se Pelé "renega a turma da zaga", mas observar mais detalhadamente por que uma pessoa oriunda da retrans vai "trocar de camisa" e passa a jogar no ataque.

Logicamente, nesta linha de frente há os mais e os menos hábeis. Os primeiros, quando percebem que está duro de convencer - ou melhor, de furar - a defesa, voltam um pouquinho. Depende do clima do jogo. Mas todos (sejam claros) são bem unidos quando o esquema tático ameaça ruir.

Pelé é apenas coerente na sua atuação; os críticos é que continuam com seus comentários, dando pitos pra dizer que não estão no mesmo barco (será?); como se a brigada não fosse muito mais profunda do que parece. Nesse jogo não adianta ser um "triste espectador", mas ter claro as tramas para melhor esquematizar o ataque da retrans.

João Bosco Brandão

## Não é cega, é racista

Otelino de Sousa: um caso de racismo relativo, justiça relativa, democracia relativa.

O racismo põe mais um negro brasileiro em seu devido lugar! A ação que Otelino de Sousa, estudante de Medicina, 23 anos, solteiro, pobre, moveu contra os diretores da Clínica Botafogo que se recusaram a admiti-lo por discriminação de cor foi considerada impudente. Não por falta de provas: lá estava o depoimento do colega de Otelino atestando a veracidade de sua denúncia; lá estava a gravação da conversa que ele manteve com um dos diretores do hospital, o dr. Pedro Campelo, o qual fala claramente em "racismo velado", "pressões", "sujeira", "perseguição", "sacanagem". Provas suficientes para quem reconhece a cor das palavras e dos atos, mas fatos que precisam ser silenciados pelos que fazem a justiça dos brancos e dos ricos.

Assim, o tribunal decidiu: 1 - que a ampla divulgação dada pela imprensa ao caso foi uma tentativa de Otelino de influenciar a decisão do juiz; 2 - que não houve condições técnicas suficientes para comprovar a autenticidade da fita gravada; 3 - que os diretores da Clínica Botafogo são inocentes.

Em tempo: anexa ao dossiê de defesa do hospital, uma carta do professor Afonso Arinos de Melo Franco atestando a idoneidade moral do dr. Ulisses Viana, presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria e um dos proprietários do sanatório. Nunca é demais lembrar que o autor dessa carta foi também, um dia, autor da lei 1.399, que em seu artigo 7º diz: "Negar emprego ou trabalho a alguém em autarquias, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviços públicos ou empresa privada por preconceito de raça e cor. Pena: prisão simples de três meses a um ano, e multa de Cr\$ 500,00 a Cr\$ 5.000,00 em caso de empresa privada."

## ENQUANTO ESTRUTURA...

Em dezembro de 75, Otelino de Sousa, no quarto ano de Medicina, iniciou um estágio não remunerado de três meses no setor de Terapia Ocupacional da Clínica Botafogo. Passados seis meses, em junho, procurou definir sua situação: um colega que havia entrado junto com ele já fora contratado. O tempo passou, outros estagiários também o foram. Otelino, não. Ao tentar apurar a verdadeira causa que impedia a sua admissão foi informado de que o dr. Campelo, o psiquiatra para o qual trabalhava diretamente, estava com vergonha de lhe confessar que a discriminação racial era, na verdade, a política da casa: afinal, o que estava em jogo era a imagem de um sanatório fino, de clientela abastada. A presença de um médico negro pegava mal. Otelino foi falar pessoalmente com o dr. Campelo, que confirmou o fato. Revoltado, deixou a clínica.



- Depois - conta Otelino - descobri que a melhor atitude não era ficar calado. Tinha que denunciar esta situação racista. Voltei então a procurar o dr. Pedro Campelo, dessa vez levando um gravador na bolsa. Disse que ficara muito abateado com a conversa e que queria esclarecer melhor alguns pontos.

Eis alguns trechos, bastante esclarecedores, dessa gravação:

Otelino - Pois é, Pedro, mas eu acho que no momento em que você estava adiando a coisa, quer dizer, a minha entrada aqui por causa daquilo, quer dizer: eu acho que você tinha certeza...

Dr. Pedro - Há uma posição em relação a isso, mas a coisa não é dita abertamente, dessa maneira.

Otelino - É, quer dizer, é um racismo muito...

Dr. Pedro - Velado.

Otelino - Não é uma posição declarada, não é?

Dr. Pedro - É uma posição velada.

Otelino - (...) Não é só o dr. Ulisses o racista do hospital. Isso é mentira, dizer isso. Não é isso, não. Existe isso, não é só nele não. Nele, como em meu velho, no Antônio Carlos, nos que poderiam ter uma capacidade decisória. Não é só nele não. Não pega ele para cristo que não é verdade.

Otelino - (...) Dr. Pedro - Eu não tenho esse problema enquanto Pedro, mas enquanto...

Otelino - Diretor de hospital...

Dr. Pedro - É, e lê-lê-lê (...) aí é outro assunto (...) O Ulisses também não é um cara que, pessoalmente, tenha problema com isso, como meu velho também não, como o Antônio Carlos também não. Mas, enquanto uma estrutura: isto pinta.

(Clotilde Hasselmann)



# Guiné Bissau e Cabo Verde constroem uma nova sociedade

Em Tempo ouviu com exclusividade dois militantes do Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde, que divulgaram em primeira mão fora de seus países as resoluções do Terceiro Congresso do PAIGC, o primeiro realizado após a independência.

Reportagem da Equipe de Arquivo e Pesquisa. Texto final de Carlos Tibúrcio.



razões da luta de libertação contra a metrópole portuguesa, e os objetivos do PAIGC

## Durante o ano, medicina; nas férias, a guerrilha.

Nessa época, o partido fundado por Amílcar Cabral já definira uma política de "formação de quadros" voltada não somente para ganhar a guerra, mas também para a futura construção do país libertado. Venâncio e Sabino foram designados pelo PAIGC para cursar universidade no exterior. Sete longos anos passaram enquanto os dois militantes se formavam. A cada ano, nas férias, eles voltavam para Bissau e se integravam, clandestinamente, na luta guerrilheira. Nas selvas, cuidavam dos feridos e transmitiam os conhecimentos básicos de medicina, muitas vezes entre um combate e outro. "Além da ajuda concreta - afirmaram eles -, nossa preocupação principal era a de não perder contato com a nossa gente, com os nossos problemas.

"Cada vez que voltávamos a Bissau - continuamos os dois -, encontrávamos a guerra em outro nível: apesar das muitas derrotas parciais, mais e mais eram as zonas libertadas. E aqui está a chave da nossa vitória, conquistada com tanto sacrifício, durante tantos anos de luta, partindo das condições concretas do nosso país e do nosso povo, diante de um inimigo tão superior em termos de técnica e de armamentos: as zonas libertadas."

## "Dos portugueses, até os macacos aprenderam a fugir"

As zonas libertadas não eram apenas ocupadas militarmente. As Forças Armadas Revolucionárias do Povo - FARP -, após expulsarem os colonialistas de uma região, "iniciavam, de imediato, o trabalho de construção, sob novas condições so-

ciais". Eis alguns exemplos citados por Venâncio e Sabino: "Formava-se um comitê de base do PAIGC, composto por cinco membros, homens ou mulheres; instalavam-se brigadas móveis de saúde, que davam assistência de casa em casa, cuidando da população; construíam-se escolas ao ar livre, apesar dos constantes bombardeios dos portugueses. Tudo isso tinha de ocorrer com o mínimo de barulho e movimentação possíveis: muitas vezes, bastava a folhagem se mexer um pouco mais e as forças portuguesas imediatamente bombardeavam o local. Até os macacos tinham medo dos soldados portugueses. Diante do barulho dos aviões, que antes apenas despertava a curiosidade dos bichos, os macacos desciam desesperados das árvores e procuravam abrigo".

Nas zonas libertadas, segundo os médicos guineenses, as FARP instalavam também os "armazéns do povo". Neles, não só a população se abastecia diretamente, como tam-



Jose C. Belluco

bém os poucos armazéns privados compravam mantimentos sob o controle do comitê de base do PAIGC. Nessa época - explicam Venâncio e Sabino -, não circulava dinheiro e foi instituída uma forma de troca: o agricultor levava seus produtos aos armazéns do povo, onde eram avaliados e trocados pelos bens de que necessitava. Para neutralizar as possíveis deformações de "comerciantes privados" e para abastecer melhor toda a população da região libertada, foram criados também os "armazéns ambulantes". Até hoje, o comércio é controlado pelos armazéns do povo, "o que tem garantido a população contra quaisquer manobras especulativas".

da Guiné-Bissau e Cabo Verde fazem com que o partido e os governos procurem seguir uma linha preventiva". Na medicina, por exemplo: "Entrecurar doenças em hospitais pouco aparelhados e que dependem da ajuda de médicos de origem estrangeira - como são os nossos hospitais -, procuramos mudar as condições de vida e de higiene da população, desenvolver campanhas de vacinação, em suma, dar combate às endemias. Todo o atendimento é gratuito". As especializações que Venâncio e Sabino acabaram de concluir na Faculdade de Higiene e Saúde Pública na Universidade de São Paulo voltam-se, portanto, para o cumprimento dessa política.

## Orientação: prevenir, para não ter de remediar

Segundo Venâncio e Sabino, "os poucos recursos técnicos e humanos

Enquanto nos despediamos, entre fotografias e agradecimentos, Venâncio e Sabino deixaram claro que Guiné-Bissau e Cabo Verde esperam contar com a ajuda solidária de todos os povos e governos, em busca da construção de uma sociedade nova, "que não mais se baseie na exploração ou qualquer forma de discriminação".

ANO 30 - N. 38 - SEXTA-FEIRA 24 DE NOVEMBRO DE 1977

N.º 10000 - Preço 1,50 cruzeiros

# NÔ PINTCHA

ÓRGÃO DO COMANDO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINA: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE NEGÓCIOS, VILA FLOR, BISSAU

**ARISTIDES PEREIRA AO CONCLUIR O RELATÓRIO REAFIRMOU A POLÍTICA DE "NÃO-ALINHAMENTO" E O APOIO À LUTA DOS POVOS OPRIMIDOS**

Apesar das dificuldades que se apresentaram, pelo menos a futuro como sempre o PAIGC, com a confiança que nos vem de certos de que não, nem ninguém, poderá vencer a nossa luta, para a realização dos nossos objetivos da unidade Guiné-Cabo Verde de desenvolvimento - estas considerações do Secretário-Geral do PAIGC, Aristides Pereira, constituem o ponto final do relatório do CSI, que tem vindo a apresentar a delegação desde o primeiro dia da abertura do Congresso.

Antes, porém, e depois de uma intervenção do Presidente do Congresso, Aristides Pereira, Secretário-Geral do PAIGC, reiterou a importância da unidade Guiné-Cabo Verde e da luta dos povos oprimidos.

Nas suas intervenções, o Secretário-Geral do PAIGC, Aristides Pereira, afirmou que o PAIGC não se alinha com nenhuma potência imperialista e que o seu objetivo é a libertação dos povos oprimidos.

Em seguida, o Secretário-Geral do PAIGC, Aristides Pereira, afirmou que o PAIGC não se alinha com nenhuma potência imperialista e que o seu objetivo é a libertação dos povos oprimidos.

Em seguida, o Secretário-Geral do PAIGC, Aristides Pereira, afirmou que o PAIGC não se alinha com nenhuma potência imperialista e que o seu objetivo é a libertação dos povos oprimidos.

## 20 anos de luta

ILHAS DO CABO VERDE

GUINÉ-BISSAU

Pouco menor do que o Estado do Rio de Janeiro, com uma área de 40 mil quilômetros quadrados, e uma população de cerca de 800 mil habitantes (não há recenseamento oficial), Guiné-Bissau e o arquipélago de Cabo Verde são dois países, com dois governos, dirigidos por um só partido. Guiné-Bissau fica no continente, a noroeste da África. As ilhas de Cabo Verde, no oceano Atlântico, antigo entreposto de escravos, na época da dominação portuguesa. Um só povo africano, composto por mais de 30 tribos, que fala o português e vários dialetos que têm hoje uma base comum: o crioulo. Dois países paupérrimos, que sofreram durante quatro séculos de exploração e foram os primeiros a se libertar, dentre todas as colônias de Portugal na África, depois de 20 anos de luta.

A história da libertação está viva na alma do povo e marcada pela presença de um homem, que é venerado como um deus: Amílcar Cabral. Esse homem, que fundou em 1956 o Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde - PAIGC -, com mais cinco companheiros, foi assassinado pela polícia política de Portugal - a PIDE/DGS - em 1973, pouco antes da declaração unilateral da independência no dia 24 de setembro. Um ano depois, a República de Guiné-Bissau foi reconhecida por Portugal, em 10 de setembro de 1974, e a do arquipélago do Cabo Verde, em 5 de julho do mesmo ano. Portugal já não era mais aquele: a revolução de 25 de abril derrubava o regime ditador salazarista, então governado pelo ditador Marcelo Caetano.

No início, o PAIGC adotou uma estratégia política que definia a luta pacífica e reivindicató-

## Angola: Um partido dos trabalhadores

ANGOLA

Criar um instrumento político capaz de mobilizar a classe trabalhadora, isolando-a dos setores mais reacionários - esta foi a principal resolução adotada no 1º Congresso do Movimento Popular de Libertação de Angola.

Qual foi o verdadeiro significado da decisão tomada pelo MPLA no 1º Congresso encerrado a 10 de dezembro? Está mais do que claro que para sobreviver às pressões internas e externas, a criação de uma estrutura mais consistente que a de um "movimento" foi a saída que se impôs ao governo de Agostinho Neto. Os antagonismos sociais existentes no vasto front do MPLA continuavam a obstruir seriamente a revolução angolana, às voltas com os interesses conflitantes de parte da pequena burguesia, incapaz de assimilar outro modo de vida que não aquele produzido pela sociedade colonial e capitalista. Foi exatamente em seu meio que os dissidentes liderados por Nito Alves encontraram o apoio necessário para a tentativa de golpe de 27 de maio. O fracasso jogou por terra as intenções divisionistas. Mas deixou ainda evidente a necessidade de se afastar essa parcela da pequena burguesia do "processo revolucionário" apoiado no socialismo científico de base marxista-leninista que vem sendo conduzido pelo MPLA.

Não foi por outra razão que o 1º Congresso, ao concluir os seus trabalhos, tornou público os estatutos do partido recém-criado. Neste, enquanto os trabalhadores e os solda-

## 3º Congresso

RELACIONES EXTERIORES

No plano externo, o PAIGC afirmou sua política oficial de não-alinhamento - isto é, de equidistância com relação às duas grandes potências, os Estados Unidos e a União Soviética, predispondo-se a "estabelecer relações com todos os países, com base no Direito Internacional, no respeito mútuo e na não ingerência nos assuntos internos de outros países".

Foi também confirmado o apoio do povo guineense e cabo-verdiano à luta de libertação dos povos "submetidos ao jugo colonial e imperialista, principalmente à Frente Patriótica do Zimbábue (Rodésia), à SWAPO (Namíbia), ao CNA (África do Sul), à Frente Polisário (Marrocos) à OLP (Organização de Libertação da Palestina), ao MPLA (Angola) e a FRELIMO (Moçambique). Soldados guineenses estão ainda em Angola, depois de terem lutado ao lado do MPLA contra a dominação portuguesa.

Participaram do Congresso 305 delegados de base, muitos dos quais vestidos com indumentárias de dia de festa. Diversos representantes políticos ligados ao PAIGC são também lideranças naturais de suas tribos de origem. O partido tem procurado aproveitar ao máximo os valores culturais do povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde, estimulando todos aqueles que vão ao encontro dos princípios coletivos de trabalho, da solidariedade fraternal, da luta pela construção de uma nova sociedade.

A imprensa no Brasil - e aparentemente também a internacional - não publicou nada sobre o Terceiro Congresso do PAIGC, o primeiro a se realizar depois da independência, de 15 a 20 de novembro de 1977. EM TEMPO ouviu dois militantes do PAIGC, que se encontravam no Brasil, e teve acesso a todas as edições especiais do jornal oficial do partido - *Nô Pintcha* -, que circulou diariamente, cobrindo o Congresso.

Venâncio e Sabino consideraram a realização do Terceiro Congresso "uma obra gigantesca, que mostra aos povos irmãos a responsabilidade e a luta do povo guineense e cabo-verdiano, principalmente levando em conta que a realização dos dois primeiros Congressos ocorreu em plena guerra, no meio da selva".

Os dois médicos de Bissau declaram-se contra "a organização capitalista da sociedade", afirmando que têm uma "formação socialista", sendo, portanto, "favoráveis a uma alternativa para Guiné-Bissau e Cabo Verde em que predomine um sistema onde não ocorra a exploração da maioria da população por uma minoria de gente rica". "Esperamos - afirmaram eles - que o PAIGC construa uma sociedade baseada nesses princípios".

O TERCEIRO CONGRESSO

As edições especiais do "*Nô Pintcha*" dão conta de que o secretário-geral do PAIGC, e presidente da República de Cabo Verde, Aristides Pereira, defendeu no Congresso a adoção de uma perspectiva - que foi aprovada em resolução - "de construção de uma economia independente para os dois países, reafirmando a prioridade para a agricultura, cabendo um papel complementar à indústria". "Os portugueses - lembrou no Congresso Aristides Pereira - não deixaram no país qualquer infra-estrutura industrial, sendo a maioria da população campesina". Ainda do ponto de vista econômico, o Congresso reafirmou a importância dos "armazéns do povo", negando a alternativa do comércio privado. Deste ponto de vista, o comércio tende a ser completamente dirigido pelo Estado.

Considerando que existem duas vias gerais de desenvolvimento econômico-uma, que reproduz "o subdesenvolvimento e a miséria" e outra que "rompe com o subdesenvolvimento e constrói o progresso, acabando com a exploração do homem



# Soares, um radical de centro que trabalha para quem?



Pedindo socorro ao Fundo Monetário Internacional, Mário Soares recebeu uma resposta pouco sedutora para os seus brios socialistas: toda a ajuda em troca da cabeça dos trabalhadores.

Depois de dezoito meses no governo, o primeiro-ministro Mário Soares foi obrigado a demitir-se quando a Assembleia Legislativa recusou um voto de confiança ao plano do Partido Socialista de combate à inflação, à especulação e à redução do déficit do balanço de pagamentos. O plano fora apresentado durante as negociações que o governo português tem mantido com o Fundo Monetário Internacional, a fim de obter um empréstimo da ordem de 750 milhões de dólares. Em vista das exigências que lhe foram impostas pelo FMI, o governo socialista de Mário Soares recusou, na prática, assumir sozinho a responsabilidade da concretização das negociações, procurando comprometer os demais partidos com o seu pesado ônus político.

## "A culpa foi dos trabalhadores"

O pano de fundo desta crise política é a grave situação econômica que o país atravessa. A inflação, que em 1976 alcançara 36%, continua a correr fortemente o poder aquisitivo dos assalariados; o desemprego atinge 15% da população ativa do país; a dívida externa chega a mais de 40% do Produto Interno Bruto. As exportações que o país realiza só cobrem a metade do valor das importações, gerando um déficit comercial crescente. Os empresários recusam-se a atender aos apelos do governo no sentido de reativarem os investi-

mentos. A insatisfação das camadas populares é cada dia mais forte.

Diante de tudo isso, o FMI exigiu: a desvalorização imediata do escudo em 30% (o que na realidade já vem sendo posto em prática pela flutuação da moeda); drásticas restrições nas despesas públicas, que levaria à falência todas as empresas públicas ou nacionalizadas, preparando assim o caminho para a sua devolução às mãos de capitalistas privados; drásticas restrições nas importações, que aliado à política de desvalorização do escudo levaria o custo de vida à proporções inimagináveis (algo semelhante ao que aconteceu no Chile); e a execução de um plano econômico de emergência, algo semelhante ao que fora apresentado por Mário Soares na Assembleia Legislativa. O ônus desta "política de austeridade" (austeridade para quem?), como costumam chamar os tecnocratas, é bem conhecido por Mário Soares. Sua aplicação é impossível sem uma repressão selvagem sobre a classe trabalhadora portuguesa, que ainda possui um forte poder de barganha por meio de suas organizações sindicais.

Na verdade, é isto que toda a direita, desde que o governo de Mário Soares lhe abriu as portas, vem exigindo. Quem - afirmam - senão eles, os trabalhadores, são os únicos responsáveis pelos "descalabros do 25 de Abril?". E deste coro não participam somente os reacionários ligados ao regime de Salazar e Caetano. O próprio Mário Soares usou e abusou

desta fórmula ao atribuir todas as dificuldades do país aos "desmandos" do gonalvismo - período em que Vasco Gonçalves dirigiu o governo, fortemente influenciado pelo PC. Ao fim e ao cabo esta é uma forma de dizer e legitimar que o peso da crise caia sobre os trabalhadores.

## Qual a origem da crise

A verdadeira origem da crise remonta ao parasitário e dependente capitalismo português edificado, em grande parte, pelo colonialismo e pelo Estado Corporativo. O capitalismo português formou suas bases através de uma forte exploração colonial, que, por um lado, fornecia matérias-primas e produtos alimentares a preços insignificantes e, por outro, proporcionava um mercado cativo para os produtos industrializados da metrópole.

Também um forte protecionismo à indústria local favoreceu a concentração industrial e financeira de um punhado de grupos monopolistas nacionais, que lhes evitava uma concorrência estrangeira poderosa e lhes mantinha salvaguardados os mercados coloniais. A "paz salazarista" assegurava também um regime intensivo de exploração da força de trabalho, que mediante um forte aparelho repressivo (a famigerada PIDE/DGS) atuava no sentido de aniquilar toda e qualquer resistência popular ao regime.

Uma rápida consulta às contas nacionais portuguesas é suficiente para constatar que os desequilíbrios econômicos e financeiros vinham se agravando nas últimas décadas. Os balanços de pagamentos deficitários da metrópole só eram saldados mediante os excedentes proporcionados pelas colônias. Isso permitia ao regime vangloriar-se das suas contas, ditas nacionais, ou gabar-se das suas reservas de ouro e divisas como se essas surgissem por obra e graça de uma boa "administração". O reverso da medalha, as péssimas condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora era outra história, que a imigração forçada ou estimulada (só na França podem ser contados mais de 1 milhão de imigrantes portugueses) ia buscar no estrangeiro aquilo que era impossível obter no seu próprio país.

Dessa forma, a queda do regime colonial-fascista fez saltar as próprias bases de sustentação do capitalismo português. Privado de seus mercados coloniais cativos e tendo à frente um movimento operário extremamente vigoroso, que ganhou paulatinamente consciência de exploração secular a que estava submetido, o capitalismo português deixou exposto todas as suas contradições e debilidades. Talvez quem mais claramente revelou, num primeiro momento, a desagregação do sistema foi a própria classe burguesa, ao responder com a sabotagem econômica os primeiros movimentos reivindicatórios pós-25 de Abril. Ou-

tros tentaram inverter a marcha do carro da história propugnando um arremedo de solução para o problema colonial. Spinola, enquanto esteve no poder, sempre trabalhou com a hipótese de uma solução onde não cabia a livre e total independência das colônias. Para isso promoveu à última hora movimentos fantoches em Angola e Moçambique para respaldar um novo modelo de dominação.

A queda do regime significou, sobretudo, a conquista pela classe trabalhadora das mais amplas liberdades democráticas. Como não reivindicar melhores condições de vida e salários? Como não reivindicar o direito à habitação, quando se vive em barracos? Como não exigir o direito ao trabalho, quando se viveu toda uma vida sob o arbítrio do patrão? Como não reivindicar o direito à terra, quando os campos férteis e incultivados eram transformados em reserva de caça dos latifundiários? Como não ocupar as fábricas, quando os seus proprietários decretavam o seu encerramento ameaçando de desemprego milhares de trabalhadores? É por ter usado reivindicar tudo isto que a direita hoje pretende fazer com que os trabalhadores paguem a crise. Ou seja, as alternativas burguesas levam necessariamente a isso.

De fato, embora o processo protagonizado pelos trabalhadores portugueses não tenha culminado na criação das bases de uma nova ordem social e econômica, por força muitas

vezes de erros e equívocos cometidos no interior do próprio campo das forças populares, é inegável que ele deixou marcas profundas na vida política do país. São heranças como a liberdade sindical, o direito de greve, a proibição de demissões arbitrárias, etc., que hoje se encontram vivamente ameaçadas. Os conselheiros do FMI sabem que nenhuma "política de austeridade" pode resistir a um movimento operário e sindical forte. Por isso condicionam sua preséptica "ajuda financeira" à existência de uma paz social (ou seja, à custa da repressão aos trabalhadores), sob pena de comprometer inapelavelmente o PS com a direita mais reacionária e perder boa parte das suas bases eleitorais. A direita tampouco tem força para governar, mas espera que o tempo corra a seu favor. Que fazer?

Para as forças que apostam na plenitude do capitalismo, nada melhor que Mário Soares continue gerindo a crise, promovendo o seu fortalecimento, enquanto elas lhe preparam o seu enterro. Para os trabalhadores, a necessidade é de se forjar uma política de interesses comuns com todos os exploradores, que abra uma alternativa de fato socialista.

Eduardo Fernandes

## Sadat e a arte de "fugir" para a frente

O lance habilidoso de Sadat oferecendo a paz a Israel pode ser explicado pelo profundo desgaste interno da política de "nem paz nem guerra".

Economicamente, a política de "nem paz nem guerra" pode ser mais onerosa que a própria guerra. Constatando a que chegaram, há muito tempo, os países do "campo de batalha" do mundo árabe em seu combate de três décadas contra o Estado de Israel.

Dentre os quatro Estados árabes do "campo de batalha" (Egito, Jordânia, Síria e Líbano), abstraindo-se a Organização pela Libertação da Palestina (OLP), que utiliza os métodos da guerra de guerrilhas, é certamente o Egito que arca com o maior esforço de guerra. E isto não somente por ser de longe a mais importante economicamente; mas também porque militarmente a confrontação árabe-israelense se decidiu quase sempre em território egípcio como ocorreu em 1956, 1967 e em 1973. (1)

As despesas militares egípcias representam atualmente 33% do Produto Nacional Bruto, porcentagem idêntica à de Israel. No entanto, a diferença importante é que o PNB (12,9 bilhões de dólares para o Egito e 12,6 bilhões para Israel, em 1976) corresponde, no caso do Egito, a uma população de 39 milhões de habitantes e, no caso do Estado sionista, a uma população de 3,6 milhões de habitantes. No primeiro caso, um país classicamente "subdesenvolvido", onde o esforço de guerra significa adiar indefinidamente o desenvolvimento econômico. No caso de Israel, apoiado diretamente pelos Estados Unidos, dispo de uma indústria bélica capaz de alimentar sua própria máquina de guerra, além de exportar armamentos a numerosos países do "Terceiro Mundo". Isto é, capaz de compensar parcialmente, com os lucros assim obtidos, os seus gastos militares.

### O Cálculo de Sadat

O campo árabe esteve sempre dividido entre duas concepções de guerra contra o Estado sionista: a **guerra popular**, na qual caberia aos palestinos o papel dinâmico numa guerra prolongada, onde a mobilização política teria um papel tão importante quanto a mobilização militar convencional; e a **guerra limitada**, conduzida essencialmente pelos Estados Maiores dos países do campo de batalha e que teria o objetivo de golpear o dispositivo militar israelense. A guerra limi-

tada criaria as condições para uma "solução política negociada", e assim os interesses nacionais do povo palestino seriam sacrificados em proveito da restituição aos Estados beligerantes dos territórios ocupados por Israel.

A guerra de 1973 cumpriu parcialmente com os objetivos da guerra limitada quando, pela primeira vez, os Estados árabes conseguiram "empatar" com Israel num confronto militar convencional. Parcialmente, uma vez que Israel persistiu em sua recusa a qualquer concessão de fundo, inclusive quanto à desocupação dos territórios árabes.

Finalmente, a guerra civil no Líbano - decidida pela intervenção síria do lado da direita antipalestina libanesa - representou, ao mesmo tempo, um enfraquecimento da capacidade operacional tática dos guerrilheiros palestinos e uma prova de que nenhum dos países árabes estava disposto a subordinar seus interesses territoriais imediatos à causa da libertação da Palestina.

No contexto da "reconversão capitalista" do Egito empreendida por Sadat - firmemente disposto a eliminar todas as seqüelas do frustrado "socialismo" nasserista -, o governo do Cairo denunciou o conjunto de acordos de cooperação com a União Soviética, inclusive no terreno militar. É fácil imaginar as consequências dessa atitude para um país em estado de beligerância que, do dia para a noite, rompe com seu principal fornecedor de armas. Atitude arriscada, mas calculada, Sadat havia pensado inteiramente nas opções estratégicas do Egito e decidido buscar na submissão aos Estados Unidos aquilo que não obtivera no confronto com Israel: a famosa "solução política" através da mediação de Washington.

### O sentido da visita

Bloqueada a Conferência de Genebra pela intransigência israelense em não admitir a participação dos representantes legítimos do povo palestino, Sadat compreendeu que o tempo não trabalhava a seu favor. Mesmo porque estava enfrentando no campo interno, um profundo descontentamento provocado pela crescente deterioração das condições de vida do povo egíp-

Mas quem pagará por essa paz em separado? A verdade é que um acordo em separado entre Egito e Israel poderá ser, ao mesmo tempo, o golpe mortal na luta de emancipação do povo palestino.

cio, cuja pobreza financia a situação de "nem paz nem guerra", após o "empate" militar de outubro de 1973. Dai, Sadat ousou a espetacular manobra de se transportar, com a pomba da paz a tiracolo, aos arcaicos do "inimigo sionista".

O estilo é o homem. Já a guerra de outubro de 1973 revelara a enorme habilidade do chefe de Estado egípcio em "fugir para a frente". Naquela ocasião, acalmou o ardor de seus generais e o descontentamento popular por meio de uma guerra limitada que lhe restabeleceu o prestígio interno e reafirmou as pretensões egípcias de liderança do mundo árabe, isolando a Líbia de Kadafi, que o acusava de inércia e capitulacionismo. Dessa vez, tendo optado, após a ruptura com os soviéticos, pelo guarda-chuva americano, a "fuga para a frente" teve de ser no sentido da paz e não no da guerra.

Dezenas de milhões de telespectadores presenciaram a sessão solene do Parlamento de Israel, no qual Sadat expôs, com não fingida emoção e com indiscutível coragem moral, sua proposta de paz. A eloquência de sua atitude contrastou nitidamente com o discurso mesquinho do chefe do governo israelense: um tecido de arrogância, ressentimento e suficiência, no qual não figurava a única concessão verdadeira que Israel poderia ter feito - o direito dos palestinos à independência nacional.

Para dezenas de milhões de telespectadores, Sadat apareceu grande e generoso, e Begin pequeno e rancoroso. Vitória propagandística essencial para quem, como Sadat, entregou a Washington a solução de um conflito que se arrasta por mais de trinta anos e vai deixando atrás de si um longo cortejo de miséria, sangue e destruição. O problema é que, nos Estados Unidos, o lobby sionista é muito mais poderoso que o lobby árabe, ainda que o governo Carter comece a se irritar com a intransigência de Israel, cada vez mais isolado pela opinião pública internacional que, com razão, identifica a opressão nacional aos palestinos com o regime do **apartheid** da África do Sul.

Sadat provou à opinião ocidental - intoxicada pela propaganda sionista - sua vontade de paz. Conta agora com a intervenção ocidental, sobretudo americana,

para impor a paz a Israel. Para tanto parece disposto a ir bem longe, inclusive dividindo o campo árabe e negociando uma paz em separado com o sionismo, muito provavelmente às expensas dos mais legítimos direitos dos palestinos. Resta saber se o Ocidente está disposto a entrar com a contrapartida. Caso contrário, o chefe de Estado egípcio terá concedido tudo sem obter nada.

A supor que consiga um certo êxito, a causa da emancipação do povo da Palestina correrá perigo mortal. No melhor dos casos, Israel admitirá a criação de um "bantustã" - isto é, um protetorado sem autonomia política e submetido à asfixia econômica crônica no qual os palestinos serão encerrados como num vasto campo de concentração.

Sobra, evidentemente, a opção de continuar o combate. A Conferência de Trípoli, ao denunciar a capitulação traidora de Sadat, mostrou (2) que os palestinos não estão isolados. Mas quem se iludirá com uma Síria, que há um ano atrás entrou no Líbano para manietar estes mesmo palestinos? Para não falar do pequeno rei Hussein, da Jordânia, o homem do Setembro Negro de 1970. Face a Assad e a Hussein, Sadat tem ao menos a vantagem de não ter as mãos sujas de sangue do massacre do povo palestino. Ao negociar com o inimigo, não terá apenas ousado realizar um sonho que os outros dois compadres acalentam em segredo?

A Líbia, o Iraque e a Argélia constituem sem dúvida baluartes do antiimperialismo e da defesa da libertação nacional da Palestina. Mas não são países do "campo de batalha" e não podem, portanto, oferecer aos guerrilheiros palestinos uma base de retaguarda para operações militares no interior do território ocupado por Israel. Sobretudo, não poderão contrabalançar, nem econômica nem militarmente, o peso do Egito, da Síria, da Jordânia, do Líbano e da rica Arábia Saudita, se os governos desses últimos países decidirem seguir o Cairo numa "solução negociada" luta entende-se, imposta por Washington - às expensas de um povo heróico que luta obstinadamente por sua existência histórica. A política de "nem paz nem guerra" ameaça concluir-se com uma paz desonrosa para o mundo árabe.

Antonio Moraes



# aparte

## Críticas à crítica de Pellegrini Jr.

"As armas e os barões", artigo de Domingos Pellegrini Jr - EM TEMPO, Experimental Um, pág. 8 -, além de ter provocado controvérsias em diferentes setores de nosso jornal, antes e depois da sua publicação, foi também o pratop preferido para a crítica das últimas cartas que recebemos. Abaixo, três exemplares destas cartas:

### Somente nata coalhada, ou: a iconoclastia da cultura dá status.

Li com interesse o artigo "As armas e os barões", de Domingos Pellegrini Júnior (EM TEMPO - Experimental Um). Na parte em que o autor relaciona os "três grandes mitos da intelectualidade - a Cultura de Resistência, a Cultura Nacional e a Cultura Popular" - o serviço deixa a desejar. Primeiro está impreciso: de toda a rica vida cultural dos anos 50 e 60 fica ali apenas a nata coalhada, esquecendo-se o leite que havia em baixo. Segundo, está incompleto. Falta um tempero decisivo na vida cultural brasileira de hoje: a Iconoclastia Cultural. Essa iconoclastia, que viceja rápido e atinge logo altas cotações no mercado, consiste em se considerar como droga tudo o que veio antes. Somente agora a luz se fez. Julga-se em bloco, rotula-se em bloco, adjetiva-se em bloco. Iconoclastia: é mais importante quebrar as imagens do que saber como se fez a igreja. Arrasar a história é sempre uma aventura para um discurso autoritário.

Deve-se atirar uns quantos adjetivos bem assestados sobre umas quantas personagens da vida cultural, tomadas como bodes expiatórios. É melhor isto do que aprofundar o pensamento dessas personagens, procurando discernir o que ali havia de ideologia, o que de pensamento crítico; o que era política pour épater le bourgeois (nunca se sabendo ao certo, naqueles idos do populismo, se era pra fazer patê da, ou pra empatar com a burguesia), o que era contribuição efetiva para a democratização da cultura.

A receita da iconoclastia é ótima. É claro que as receitas do populismo vendem muito mais. É claro que se render às receitas da indústria e/ou do poder rende muito mais. Mas a iconoclastia da cultura dá um status incrível. E de vez em quando até parece que se está, de verdade, fazendo a crítica do populismo, do nacionalismo, de outras formas ideológicas.

Iconoclastia oferece satisfação garantida. Ou o seu ícone de volta.

Flávio Aguiar - São Paulo

### Ele enfia o dedo na ferida e provoca discussões. Mas...

Meus caros: o artigo "As armas e os barões" de Domingos Pellegrini Jr., tem em si a supimpa vantagem de levantar a cortina e trazer à tona a grande questão do momento em debate no seio das oposições: o questionamento às alternativas nacionalistas, populistas e reformistas, tão responsáveis por erros políticos que nos levaram a 64. Alternativas essas que ainda se ensaiam nos dias de hoje, quando as oposições deviam tomar para si outras respostas, no enfrentamento à política dominante, seja do regime, seja do sistema capitalista que vivemos.

É claro que as formulações de Pellegrini se retringem ao âmbito cultural, mas ele enfia o dedo na ferida e provoca a discussão, que de cultural logo alcança o espaço do debate político. Nisso, EM TEMPO dá uma contribuição vigorosa ao processo histórico brasileiro. Não se trata aqui de ser contra ou a favor do artigo. Trata-se de reconhecer que ele está na pauta da conjuntura, numa formulação inovadora.

A mitomania, no campo das artes - sejam os mitos baianos, paulinos ou gularianos - é uma forma de dominação da inteligência das massas pelos setores dominantes (vide capas da revista Amiga). Essa mitomania só interessa mesmo seja à indústria cultural ou às fórmulas populistas e reformistas. Produzir mitos é a mais reles forma de embotamento das consciências e mascaramento das relações de produção e exploração. No que Pellegrini acerta. Porém, o que limita o seu artigo é o tom de generalidade. O que a polémica de EM TEMPO deve procurar superar, pegando cada questão concreta, cada momento da realidade cotidiana, desvelando em cada caso, o que é de interesse da indústria cultural, do populismo e do reformismo, para nesse evidenciamento

contribuir à melhor clarificação de cada um na sua forma de agir, pensar e se organizar, em busca de outras alternativas culturais e políticas mais conseqüentes, que não estejam atoladas nos vícios do passado, no reformismo, no populismo e em suas fórmulas recauchutadas dos dias de hoje.

Leonardo Salles - São Paulo

### "Tanto Gullar quanto Pontes anteciparam-se em muito às objeções de Pellegrini"

"As armas e os barões", artigo de Domingos Pellegrini Júnior, publicado no EM TEMPO - Experimental Um, abre debate importante e oportuno. Talvez o faça com excessiva veemência e destemperança, talvez seja por demais rebarbativo e adjetivo, mas, sem dúvida, levanta questões importantes. Afinal de contas, o que é Cultura Popular, Cultura Nacional, o que se esconde por trás desses conceitos tão usados quanto abusados?

O esforço de Pellegrini nos parece pertinente, justa a sua preocupação em buscar contornos mais nítidos para categorias envoltas em nebulosas atmosferas, onde a busca de um falso consenso parece obscurecer a necessidade de concretização das idéias, de submetê-las à crítica criteriosa a partir de perspectiva teórica coerente.

Se vemos méritos na perspectiva adotada no artigo, problemáticas parecem-nos as análises concretas de autores e obras como Paulo Pontes, Ferreira Gullar e Gota d'Água (...)

Depois das diatribes contra Pontes e Gullar, Pellegrini passa a analisar os conceitos de Cultura de Resistência, Cultura Popular e Cultura Nacional. É sobre isso que gostaríamos de chamar a atenção. Um exame mais cuidadoso das posições de Gullar e Pontes sobre tais conceitos revelaria, certamente, uma lucidez e acuidade que a belicosa investida de Pellegrini não faz adivinhar. Indo além, diríamos que também Gullar quanto Pontes anteciparam-se em muito às objeções que hoje lhes faz Pellegrini, definindo uma perspectiva, no tratamento das questões da Cultura Popular no Brasil, de grande amplitude e correção. (...)

Em Cultura Posta em Questão (1965), Ferreira Gullar sistematizava e teorizava sobre a experiência rica e estimulante do CPC da UNE. Nesse intrigante ensaio encontra-se uma concepção de cultura popular que seria retomada pelo próprio Gullar em outras ocasiões e que é marco de uma visão da cultura autenticamente transformadora da realidade. (...) No texto de Gullar estão, explicitamente, essas importantes idéias: a) a cultura é determinada (mediatamente) pelas condições mesmas de dominação do capital; b) a cultura popular não se limita a ser mitificação da produção cultural do povo, ela passa também pela crítica sistemática da ideologia dominante; c) a cultura popular só se realiza a partir da organização independente do povo. Tais idéias colocam uma concepção de cultura popular rica e consequente, sem os particulares e equívocos da concepção criticada por Pellegrini.

Outro ponto decisivo na concretização de uma correta concepção de cultura popular é definido por Paulo Pontes. Na apresentação do texto de Gota d'Água, Paulo Pontes mostra quanto é equivocada a posição de Pellegrini ao acusá-lo de populista. Para Paulo Pontes o que define o caráter popular ou não da cultura é a sua postura, sua perspectiva, ou seja, popular é o que ideologicamente popular. Com isso amplia-se, enriquece-se o conceito de cultura popular, desmitifica-se a noção estreita de que o que é popular é ingênuo e tosco, o folclórico, o "nacional". (...)

Pellegrini assesta suas baterias contra Gullar e Pontes, implacavelmente tenta mostrá-los representantes de uma cultura imobilista e populista. Entretanto, na crítica aos mitos da Cultura de Resistência, Cultura Popular e Cultura Nacional, as idéias de Gullar e Pontes são justos e afiados instrumentos que só enriquecem e contribuem para a materialização de uma autêntica cultura nacional popular no Brasil, que é o que o Pellegrini parece querer.

João Antônio de Paula - Belo Horizonte  
(Devido ao pouco espaço, não pudemos publicar a carta na íntegra.)

## Um dia de saúde e de democracia

Durante o ato público de comemoração do Dia Nacional de Saúde e Democracia, dia 15 último, no TUCA (São Paulo), foi lida e aprovada a Carta dos Profissionais de Saúde à População Brasileira, proposta anteriormente pelo XII Congresso Nacional de Médicos Residentes. O documento está recebendo adesão de centenas de médicos e outros profissionais de áreas conexas, sob a forma de abaixo-assinado. Trechos de seu texto:

As condições de saúde da população brasileira são precárias e tal situação vem se deteriorando em decorrência direta da má distribuição da renda e dos baixos salários, da pobreza e da fome, das péssimas condições de moradia e saneamento e também de uma inadequada Política Nacional de Saúde.

As doenças infecciosas e parasitárias atingem mais da metade da população brasileira, e a estas se somam as doenças degenerativas, tais como câncer, doenças cardiovasculares e outras, que acometem grande parcela de brasileiros. A mortalidade infantil vem aumentando progressivamente nos últimos anos, na proporção em que vem decrescendo o poder aquisitivo do povo. Assim é que, em São Paulo, a taxa de mortalidade infantil cresceu de 63 óbitos de menores de 1 ano, por 1.000 nascidos vivos, em 1960, para 96 óbitos por 1.000, em 1976. A vida média do brasileiro é ainda muito baixa, já que cerca de 75% dos trabalhadores recebem mensalmente menos de dois salários mínimos, não podendo, assim, conseguir alimentos em quantidade e qualidade suficientes para, pelo menos, gerar a energia consumida pelas horas de trabalho e alimentar adequadamente as suas famílias. A grande maioria da população vive em condições sub-humanas, habitando moradias sem abastecimento de água e sem rede de esgotos. As favelas, cortiços e alagados se multiplicam assustadoramente nos centros urbanos. Assim, em cada 5 habitantes do Rio de Janeiro, 1 é favelado. Em São Paulo,

não mais que 30% possuem rede de esgoto e apenas 53% têm água encanada. Achamos, que os fatores apontados acima, são os principais responsáveis pela baixa qualidade de vida do povo brasileiro.

Diante disso, deparamos com a prática de uma medicina com marcada tendência mercantilista, voltada em grande parte para o lucro e secundariamente para a saúde. Tal prática médica passou a existir no Brasil, significativamente, a partir da última década. O INPS, que possui grandes recursos financeiros, deixou de construir seus próprios hospitais e ambulatórios e optou por funcionar através de convênios com casas de saúde e hospitais particulares, pelo sistema de pagamento por ato médico realizado, o que, como se sabe, constitui um fator de corrupção. Este sistema incentiva a prática de atos condenáveis, tais como operações desnecessárias, intervenções prolongadas, exames laboratoriais sem utilidade e tantas outras aberrações que têm sido cometidas em nome da Medicina e freqüentemente denunciadas pela população, pela imprensa e pelos próprios profissionais de saúde e suas entidades (...)

Nós, profissionais de saúde, por outro lado, reivindicamos melhores condições de trabalho, entendendo-se por isto, não apenas salários condizentes, como também plenas liberdades para o exercício de nossas profissões, pois somente assim contribuiremos para elevar o padrão de saúde de nosso país. Constatamos assim que profissionais de saúde e população não têm aspirações contrárias como, rotineiramente, se procura difundir. Portanto, não só nossas reivindicações se complementam, como também é profundo o nosso sentimento de insatisfação diante da realidade de saúde do Brasil.

O país vive sob regime de exceção, o povo como principal interessado e como verdadeiro financiador do sistema de saúde não pode discutir e colocar livremente as suas reivindicações, e muito menos lutar por um sistema de atenção médica volta-

do para as suas reais necessidades. Atualmente, nossas entidades representativas e as dos demais trabalhadores não têm, sequer, o direito de opinar sobre a Política Nacional de Saúde a ser traçada (...)

Nós profissionais de saúde, a exemplo de importantes setores da sociedade, vimos publicamente firmar nossa posição contra o estado de exceção vigentes. Ao mesmo tempo, reivindicamos amplas liberdades para que todos os setores da população participem democraticamente na resolução de seus problemas, discutindo e propondo saídas concretas e necessárias, tais como a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livremente eleita.

### Aparte: opinião da ADUSP

Ainda no Dia Nacional de Saúde e Democracia, o médico-professor Carlos Eduardo Baldião, secretário da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP) afirmou, no decorrer de um discurso:

"Muitos de nós vamos aos países centrais escolher nossos temas de estudo em lugares e com critérios pertencentes a outro contexto, contribuindo com nosso trabalho para os países ricos e para os ricos de nosso país e, conseqüentemente, para a exploração do nosso próprio povo". Segundo Baldião, "o sábio, mais do que nunca, tem se apresentando com a aparência de árbitro. O profissional de saúde elimina do seio de seu exercício a política, que é a sua essência. Exerce a profissão transformando-se em sujeito e o povo em objeto". E para superar essa situação, "não basta saber que há correlação entre altas taxas de mortalidade e baixos níveis de renda. É preciso entender o caráter dessa relação". Dentro desse prisma é que Baldião considera que "não é necessário somente que a Universidade o ensino dela decorrente se abram para o povo. É necessário que o povo organizado a submeta a seus interesses."

## Oposição sindical já tem programa: Osasco

Em fevereiro próximo serão realizadas eleições para a escolha da nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco (14 mil filiados). No último dia 17 de dezembro, a chapa de oposição, liderada pelo caldeireiro José Pedro da Silva, lançou sua carta-programa para concorrer ao pleito:

### PROGRAMA DE LUTA DA CHAPA 1 - A CHAPA DA OPOSIÇÃO

**Autonomia sindical**  
- Independência em relação ao Ministério do Trabalho; Imposto sindical recolhido diretamente aos cofres sindicais; Estatutos feitos pelos próprios trabalhadores; Negociação direta com os patrões (Contrato Coletivo de Trabalho); Realização de Congressos e Conferências na própria base.

**Política sindical**  
- Democratização do Sindicato, com mobilização e participação de toda a base nas decisões importantes para a categoria; Aproximação e solidariedade com outros sindicatos e associações profissionais; Luta contínua por melhores condições de trabalho e emprego; Luta contra o arrocho salarial; Luta pelo salário míni-

mo de acordo com os cálculos do DIEESE (pelo DIEESE o salário mínimo atual seria quase três vezes maior); Luta pelo Direito de Greve como é reconhecido no mundo todo, com revogação da lei 4.330; Luta por Delegados Sindicais com imunidade e pela formação de Comissões de Fábrika; Realização de assembleias periódicas por fábrika; Criação de subdesdes sindicais em Taboão, Cotia e Jandira; Jornal a serviço dos trabalhadores.

**Luta por contratos coletivos de trabalho**  
- Reajustes trimestrais de acordo com o aumento do custo de vida; Salário igual para trabalho igual, inclusive mulheres e menores; Salário igual para o funcionário que substitui outro na mesma função; Incorporação das horas extras nas férias, 13º e descanso remunerado; Pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade enquanto não se eliminam suas causas; Estabilidade no emprego com Fundo de Garantia; Pagamento do salário até o dia da homologação do contrato do trabalhador despedido; Reajuste integral para os que estejam no INPS ou aposentados; Complementação pela

firma do que é pago pelo INPS em caso de afastamento; Ampliação da estabilidade para gestante e ampla fiscalização da legislação; Obrigatoriedade de creches; Estabilidade para o menor alistado no serviço militar; Estabilidade para os cipeiros, não podendo ser despedidos até 6 meses após o fim do mandato e fiscalização da eleição da CIPA pelo Sindicato; Obrigatoriedade de 20% de empregados com mais de 40 anos de idade; Fiscalização dos convênios médicos pelo Sindicato.

### Assistência social e administração

- Luta por melhores condições de atendimento pelo INPS; Melhoria da assistência médica e dentária do Sindicato; Ampliação da assistência jurídica; Criação de cursos profissionais e supletivos que atendam também o pessoal que trabalha em revezamento; Dinamizar o Departamento Cultural, para promover palestras, exposições, shows, filmes, festivais, etc.; Ampliação da Biblioteca, inclusive com livros técnicos; Facilitar o uso da colônia de férias para o associado e dinamizar o Departamento Recreativo, já existente, mas que não tem funcionado.

## Por uma forma mais simples e direta

**Amigos jornalistas:**  
O jornal EM TEMPO é muito grande, as notícias são muito compridas e complicadas. Para se entender o que elas dizem é necessário ter uma cabeça do tamanho de São Paulo.

Política é um assunto muito complicado. A classe operária está muito afastada dela e por essa razão é difícil ao trabalhador compreender, por exemplo, a manchete "Reformas não mudarão o regime" (EM TEMPO - (Experimental Um)). O operário não imagina o que são essas reformas nem tampouco o que significa "regime".

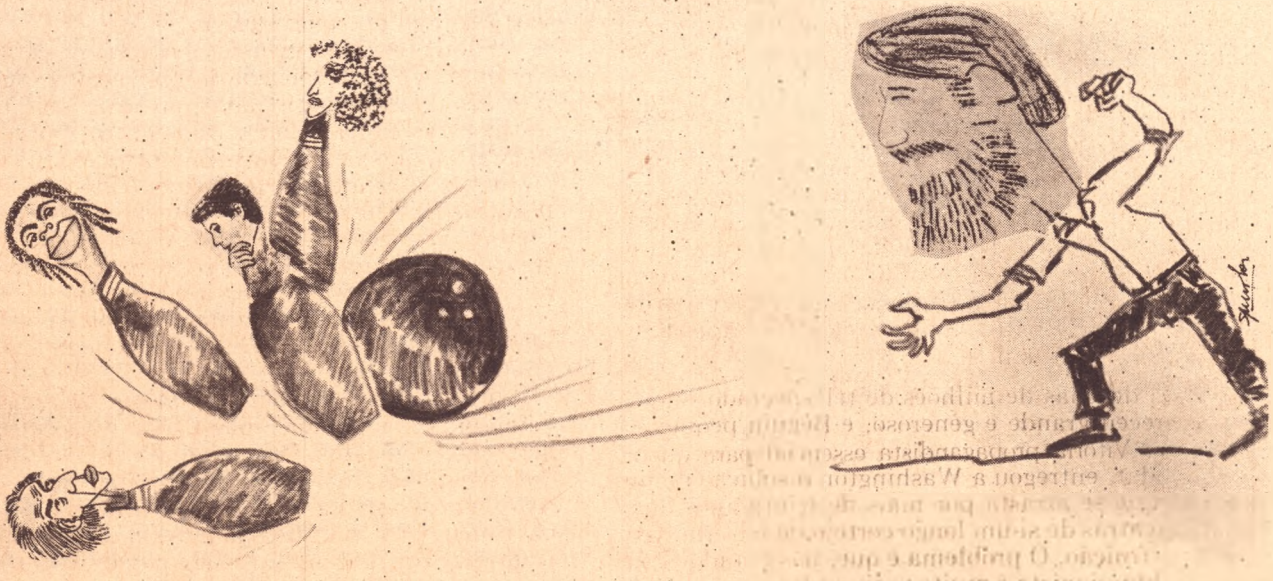
As notícias sobre greves são interessantes, mas deveriam ser publi-

cadadas numa forma mais simples e direta, que facilitasse a compreensão por parte do operário. Grande parte do operariado não é sindicalizado ou, se é, está completamente alheio às atividades de seu sindicato, pois o mesmo pouco tem feito pelos seus associados nos últimos anos.

Seria interessante uma reportagem sobre a situação atual dos sindicatos, sobre as vantagens ou não de ser sindicalizado, sobre o que o sindicato pode ou não fazer. Esta reportagem deveria ter linguagem simples, citando exemplos de sindicatos atuantes, como o Sindicato dos Metalúrgicos e, se possível, entrevistas com seus líderes.

Para atingir mais a população da periferia deveriam ser divulgados os trabalhos de movimentação de massas, como os de loteamento clandestino, custo de vida, clube de mães, mutirões etc.

Esperamos que esta crítica sincera contribua de alguma forma para o aperfeiçoamento deste jornal, de tal maneira que as notícias sejam mais claras e que comuniquem melhor com a classe operária, que necessita realmente de conhecimentos e informações.





## Explicado o milagre brasileiro:

# Disparou a jornada de trabalho!

A jornada de oito horas diárias de trabalho, árdua conquista dos trabalhadores, é hoje uma ficção. A política de contenção salarial e o enfraquecimento da organização sindical transformaram as horas-extras em necessária complementação de salários irrisórios

Em dezembro de 1971, eram 70 mil os operários da indústria automobilística do Estado de São Paulo. Produziram, nesse mês, 43 mil veículos. Quase seis anos depois, o mesmo número de automóveis passou a ser produzido por pouco menos de 50 mil operários. Em poucas palavras, um aumento de 89% na produção, verificado nesses mesmos seis anos, correspondeu a um incremento de apenas 47% na mão-de-obra utilizada. Ou ainda: se em 1971 um operário fabricava, aproximadamente, 60% de um veículo, em 1977 sua produção mensal subiu para cerca de 78%. Este notável crescimento da produtividade do trabalho pode ser atribuído exclusivamente a inovações tecnológicas? Segundo as informações disponíveis, o aumento do ritmo de trabalho e a extensão das horas extras são os grandes responsáveis. Como consequência, no caso da automobilística, 30 mil operários foram alijados do processo de produção.

### As estatísticas dão só uma pálida idéia

Avaliar a verdadeira dimensão das horas extras no país constitui tarefa difícil. As empresas, no geral, utilizam artimanhas — o duplo relógio de ponto, para enganar a eventual fiscalização oficial, por exemplo — para poderem pagar as horas extras como normais. E as próprias estatísticas oficiais são muitas vezes manipuladas, de forma a adequar os dados aos prognósticos otimistas dos tecnocratas. Mesmo assim, estatísticas fornecidas pelo Centro de Documentação e Informática (CDI) do Ministério do Trabalho comprovam o aumento de 6,5% no número de trabalhadores industriais de São Paulo que passaram a fazer horas extras. Aplique-se a elas a taxa corretiva de desconfiança (t.c.d.) que especialistas e não especialistas usam unanimemente quando se deparam com dados oficiais (o "erro" cometido no cálculo do índice inflacionário do período 72/73 ainda está bem presente na memória de todos), e teremos uma idéia do crescimento real da jornada de trabalho diária para parcelas consideráveis da força-de-trabalho no país.

Se em 1970 cerca de 36% dos operários da construção civil realizavam horas extras, cinco anos após 46% passaram a fazê-las — um aumento de pouco mais de

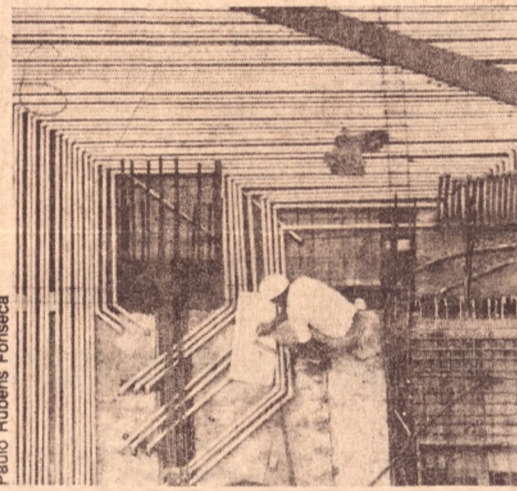
10%. Mais de 180 mil operários do setor de bens de capital, por sua vez, fizeram de uma a 22 horas extras semanais, em 1975. Ou seja, foram obrigados a esticar sua jornada de trabalho para muito além do período normal de 8 horas.

Este fato repete-se em maior ou menor escala em todo o setor industrial e a área dos chamados "serviços" nada deixa a desejar em relação à indústria. Para o pessoal do comércio os mesmos dados, do CDI do Ministério do Trabalho, demonstram ter aumentado em 6%, de 1970 a 1975, o número de trabalhadores realizando horas extras.

### O salário mínimo real diminuiu em 35% nos últimos doze anos

Enquanto isso, a riqueza do país — medida em termos dos bens e serviços produzidos internamente — tem aumentado constantemente. Basta lembrar que o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 143,9 por cento de 1965 para cá, ao mesmo tempo que a situação da classe trabalhadora piorava visivelmente.

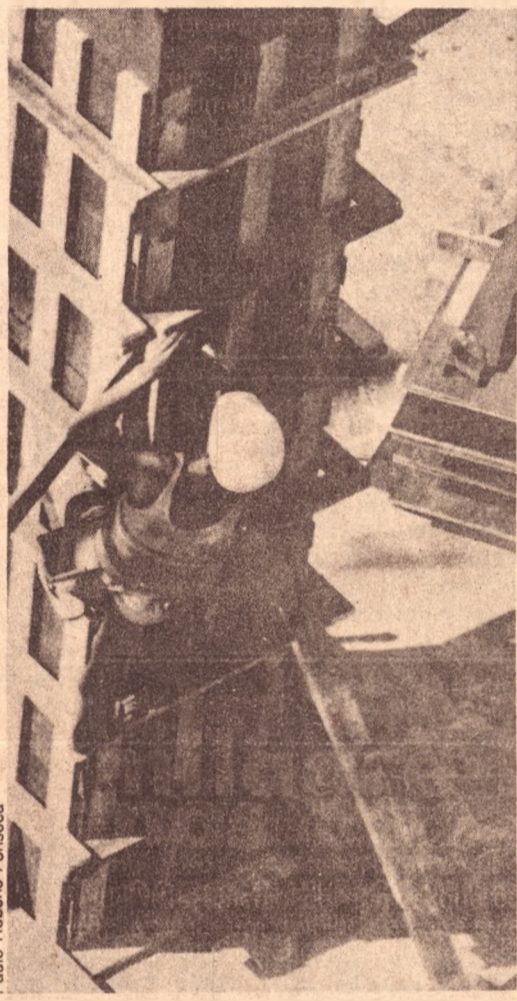
Há vinte anos atrás o decreto-lei 399 fixava as necessidades alimentares mínimas de um trabalhador, estabelecendo quantidades de produtos essenciais consideradas indispensáveis à sobrevivência de uma pessoa. Em 1965 um operário tinha que trabalhar 87 horas e 20 minutos para conseguir a chamada "ração mínima". Hoje,



Paulo Rubens Fonseca

tem que trabalhar quase o dobro: 126 horas e 27 minutos, de acordo com dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. Se ele tiver mulher e dois filhos para sustentar, na base da "ração mínima", não conseguirá o dinheiro necessário se não trabalhar pelo menos 17 horas por dia, isso sem considerar outras necessidades, também essenciais, como transporte, aluguel, remédios, gás, escola.

O arrocho salarial e o aumento do custo de vida explicam, portanto, por que o trabalhador brasileiro se mata fazendo horas extras. Desorganizados, com seus sindicatos atrelados ao Ministério do Trabalho, não vêem outra saída senão se sujeitarem a uma exploração ainda maior, para escaparem dos prejuízos impostos pela exploração habitual. O que converte a quebra da jornada de oito horas, via horas extras, numa das mais importantes conquistas do capital e do regime autoritário nos últimos anos.



Paulo Rubens Fonseca

## Produzir cada vez mais, ganhar cada vez menos

Sete dias de trabalho seguidos ao invés dos seis que manda a lei em São Paulo e em Minas Gerais; "boicote" de condução por parte da empresa na Bahia, para obrigar os trabalhadores a dar hora extra; 10 a 14 horas "normais" de trabalho na construção civil do Rio de Janeiro. São muitos os artifícios usados para fazer da jornada de trabalho legal de oito horas simples letra morta.

### Aratu, "Um deus nos acuda"

São 500 operários da Tecnomont, empresa montadora subsidiária da Dow Química S/A., instalada no Centro Industrial de Aratu. Serralheiros, eletricitas, carpinteiros, instrumentistas, montadores, todos pegam às sete da manhã e largam às dezoito. Jornada média de trabalho, descontada uma hora de almoço: 10 horas.

Os trabalhadores da Tecnomont não têm muita escolha para decidir quanto tempo por dia querem trabalhar. Como os canteiros de obra da empresa ficam geralmente fora do perímetro urbano, eles só tem uma condução para ir ou voltar de lá — o ônibus da própria fábrica. E o setor de transporte é controlado pelo setor de pessoal — que só libera os carros às dezoito horas.

— "Peão" que resolve acabar os trabalhos às quatro horas não pode ir pra casa, tem que esperar até às seis por condução. Ou seja, ele dá as duas horas extras "fora do programa".

A declaração é de um técnico da empresa. A média de salário dos peões é de seis cruzeiros a hora. As segundas e sextas-feiras é feito um levantamento daqueles que vão querer dar horas extras durante a semana. Conta um mestre-de-obras:

— "É um deus nos acuda. Todos querem dar hora extra. Tem camarada que trabalha sábado, domingo, feriado, faz dobrada. Casa então, todos querem".

Ameçada "dobrada" é outro mecanismo de prolongamento da jornada: peão pega às sete de um dia para só largar às 16 do outro. Com isso, eles recebem mais: o preço da hora extra vai dobrando de quatro em quatro horas, à medida em que a noite

avança. A explicação é de um técnico especializado:

— "Peão fica bravo fazendo a gente diz que ele não deve fazer tanta hora extra. Ele diz que ganha mais com isso, tem presente pra dar pro filho".

### Hora extra? Hora extra é hora normal!

A Tecnomont pelo menos paga a hora extra. Um carpinteiro da construção civil do Rio de Janeiro não tem esse "privilegio". Diz que recebe os mesmos 8 cruzeiros que ganha por hora normal:

— No envelope de pagamento, as horas extras vêm como hora normal. Tanto faz uma como outra.

Outro jeito das empresas burlarem a lei é não considerar domingos e feriados como dias de descanso. Na J.L. Alliperti S/A, siderúrgica de São Paulo, isso é comum. Seus 2.600 operários cumprem normalmente 10 horas de trabalho, recebendo em média 11 cruzeiros por hora. No setor de controle de qualidade, há obrigatoriedade de 12 horas de trabalho diárias:

— Se a gente não faz, o patrão manda embora. Ou então, não deixa fazer hora extra quando precisa. E a gente precisa — conta um operário.

Se os empregados da Alliperti cumprissem apenas as oito horas de trabalho legais, não seriam 2.600, e sim 3.000. Desse jeito, a empresa deixa de arcar com os encargos trabalhistas desses 400 empregados em potencial, alijados do processo de produção.

### Só seis domingos por ano com a família

Até o fim de agosto deste ano, os 110 operários da fábrica de soda das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo — uma indústria que não pode parar — trabalhavam num

sistema de revezamento por turnos que só lhes permitia folgar um domingo a cada sete semanas. A indústria exigia que eles operassem os caldeirões de soda ininterruptamente, cada um trabalhando sete dias seguidos para folgar no oitavo. Resultado: quase sempre as folgas caíam em dias de semana.

Os operários começaram a lutar pelo "domingo livre". E descobriram que a lei 4330 — que regulamenta o direito de greve — permitia a greve legal. Foi só ameaçar a empresa e eles conseguiram a folga obrigatória após o sexto dia de trabalho. Mas não conseguiram acabar com o alongamento da jornada: todos eles continuam fazendo duas horas a mais por dia.

Na usina da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira instalada em João Monlevade, Minas Gerais, vigora o mesmo sistema de revezamento da Matarazzo de São Paulo. E com um agravante: além da semana de oito dias, eles não recebem o descanso semanal remunerado.

— Eu acho que não tem lei pra trabalhar sete dias, a semana é de seis, ou não é?

A pergunta é de Zé Clovis, 45 anos, 27 deles passados dentro da Belgo. Um companheiro seu, Wilson, diz que trabalha oito horas semanais a mais do que manda a CLT. E acha que devia ser mudado o tipo de revezamento. Antônio Quaresma, operário de turno, desabafa:

— A gente começa a trabalhar terça-feira e continua por sete noites seguidas. Depois vem a folga de 56 horas. Nos dias de semana normais a gente só folga as oito horas da quarta-feira, porque quinta-feira pega de novo.

Desde 1973 o Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade luta contra esse estado de coisas, primeiro pela via administrativa e agora pela judicial. Segundo João Paulo Pires Vasconcelos, presidente do sindicato, os operários submetidos à prorrogação de 48 para 56 horas de trabalho semanais apresentam desde envelhecimento precoce até distúrbios psicológicos. Zé Clovis conta:

— São 50 e tantos dias de saúde que a gente perde num ano. Isso porque dentro da usina nós temos poeira, zoeira, calor. Tô sofrendo das vistas, muito mesmo, sem meus óculos não sou mais ninguém.



## EM TEMPO!

MDB Gaúcho

## Satte quer arrasar o Setor Jovem

Pedro Osório Dias Satte foi expulso do Setor Jovem do MDB de Porto Alegre, dia 26 de novembro, sob a acusação de ter falsificado 900 fichas de filiação partidária. Tal fato poderia passar despercebido, mas um detalhe chamou atenção da imprensa: Pedro Osório é filho de João Satte — o presidente do MDB na capital gaúcha, deputado estadual eleito em 1974.

Pedro Osório havia falsificado as tais fichas na tentativa de ganhar as eleições para a direção do Setor Jovem. Mas mesmo assim não conseguiu. Um dia depois de sua exclusão, declarava irado o presidente do Metropolitanano, pai do falsificador: "O Setor Jovem não existe legalmente. A convenção que elegeu os atuais dirigentes foi desautorizada pelo Partido".

Como se vê a luta é mais do pai que do filho, e pelo controle de partido. Afinal, o Setor Jovem é tido como "radical" pelas direções partidárias, pelo próprio trabalho que desenvolve no dia-a-dia. Agora, por exemplo, está distribuindo um "panfletão" sobre a Constituinte — **Uma Luta dos Trabalhadores** — para ser levado nas vilas, bairros operários e fábricas de Porto Alegre. Este é o único trabalho em favor da Constituinte que está sendo feito pelo MDB naquele Estado.

**Satte, Simon, Setor Jovem**

Na verdade, João Satte é um dos mais obscuros deputados da oposição gaúcha. Esteve sempre ao lado da direita do PTB, e subiu à direção emedebista de Porto Alegre depois que Sereno Chaise foi impedido de continuar como presidente, por ser cassado. João Satte era o vice e assumiu, mas dizendo que não podia presidir o MDB: "Sereno Chaise é o presidente. Não posso concordar com seu afastamento por uma decisão que não respeita as próprias leis. Que não aceita a volta de um cassado, mesmo depois de cumprida a pena de dez anos".

Chaise é outro remanescente do trabalhismo gaúcho, último prefeito eleito pelo povo da capital, cassado em 1964. Antes, porém, já era famoso por ter sido o primeiro

a desmobilizar a massa que tomou conta da Prefeitura de Porto Alegre a 1º de abril de 1964. Mas na grande imprensa, sempre apareceu como o "melhor do PTB". E durante os quatro meses que permaneceu na liderança do Comitê Metropolitanano, seguiu a mesma linha de conduta que João Satte, hoje: sem o menor pudor, tentou afastar os progressistas do partido. Especialmente, é claro, no Setor Jovem.

Outros setores avançados do Partido, assim como a irmã de Leonel Brizola, os vereadores cassados Glênio Perez e Marcos Klassman, têm sempre deixado claro que a direção do Metropolitanano não os representa e nem ao conjunto da oposição de Porto Alegre. Seja como Sereno Chaise, seja como João Satte.

Enquanto isso, Sereno Chaise espera a decisão da Justiça sobre a participação ou não de ex-cassados de atividades políticas. Mas em silêncio. E Pedro Simon, presidente estadual emedebista? Assiste à distância a disputa: "É difícil se envolver num caso destes. Afinal Sereno é o último prefeito eleito de Porto Alegre. É verdade que a direção do partido aqui está mal. Eles não fazem nada. O Setor Jovem é mais atuante. Mas os guris têm muita pressa, ficam distribuindo notas esculhambando o partido, os deputados, eu mesmo. E tem outro aspecto: do lado do Sereno tem gente do Brizola, do outro lado tem a irmã do Brizola. Não há como se envolver nisso. Eles que resolvam".

Afastado do conflito, fazendo força para ficar bem com todas as tendências, Simon está representando, mais uma vez, o "pião" do partido. Não nega o apoio aos jovens. Nem à direção do Metropolitanano. Mas sempre por fora. Dentro do partido, espera o quadro ficar mais claro.

De tudo isso, ninguém tem dúvidas de que o deputado João Satte pode muito pouco contra o trabalho do Setor Jovem. Principalmente porque esbarra no interesse político do MDB gaúcho de manter as forças progressistas dentro do partido — afinal, 1978 é ano eleitoral.